



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO ECONÓMICO DO ANO DE 2019

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão constitui-se como o instrumento primordial através do qual a Câmara Municipal cumpre o objetivo de prestar informação adicional às demonstrações financeiras relativas ao exercício económico do ano de 2019, tendo em vista proporcionar a melhor análise e interpretação dos dados financeiros e económicos que constituem os Documentos de Prestação de Contas relativos a este exercício.

Para esse efeito, são reproduzidos no presente Relatório uma seleção dos principais quadros e gráficos que melhor podem fornecer o devido enquadramento dos resultados alcançados com as condicionantes ocorridas durante o ano de 2019, bem como a comparação entre os objetivos pretendidos e os resultados efetivamente atingidos.

Este enquadramento deve, desde logo, atender às circunstâncias concretas que impactam a situação transposta nos documentos de prestação de contas, como sejam:

1. A natureza especial das autarquias locais, a quem é aplicado um sistema específico de normalização contabilística que, na prática, faz articular e convergir dois tipos de contabilidade, a orçamental e a patrimonial, mas que produzem informações financeiras diferenciadas consoante a perspetiva de observação de cada uma delas.
2. O reconhecimento e valorização de ativos fixos, sejam imobilizações corpóreas ou incorpóreas, ou sobretudo os bens do domínio público, não evidencia ainda de forma completamente ampla o património real do Município, não obstante o esforço que tem vindo a ser desenvolvido ano a ano no sentido de dar continuidade ao processo de valorização de todos os elementos do ativo, designadamente em relação a existências, cujo trabalho foi iniciado em janeiro de 2019 e que já apresenta no corrente ano uma nova realidade em relação a esta conta.
3. A atividade financeira do Município é substancialmente dependente da sua participação financeira no Orçamento de Estado e, numa expressão mais reduzida, das receitas próprias em impostos e taxas, sendo que a atividade de investimento do Município nos últimos anos tem sido largamente suportada no acesso aos financiamentos por fundos comunitários, situação que no ano de 2019 registou uma substancial melhoria relativamente aos anos anteriores, dado que entraram em execução alguns dos investimentos beneficiários de financiamento comunitário e que, por isso, permitiram iniciar a inversão da tendência de decréscimo que se vinha registando em anos anteriores, devido às dificuldades no arranque do novo ciclo de programação relativo ao Portugal 2020. É certo que, tendo havido um enorme esforço em matéria de preparação de projetos e de submissão de candidaturas e ainda de reprogramação de algumas operações que já haviam sido objeto de aprovação, estas não refletiam ainda uma atividade efetiva neste período de vigência



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

do Portugal 2020 em termos de desenvolvimento de projetos concretos de investimento e de recebimento de participações, situação que em 2018 e 2019 melhorou substancialmente, como mais adiante se fará referência numa abordagem em concreto desta matéria. Por outro lado, o desenvolvimento em concreto dos investimentos relacionados com a reposição dos danos municipais em infraestruturas e equipamentos destruídos pelos incêndios de outubro de 2017, repercutiu-se também, de forma muito expressiva, no exercício de 2019, quer no que se refere à realização de despesas, quer também no que se relaciona com o recebimento das respetivas participações financeiras através do Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE) e que atingiram um valor de 1,8 milhões de euros.

4. Dada a sua natureza integralmente pública e sem caráter lucrativo, o Município não tem por vocação ou finalidade produzir resultados positivos do ponto de vista financeiro, visto que o resultado obtido em cada exercício não deve ser apenas económico, mas deve também incorporar as perspetivas social, cultural, desportiva, do empreendedorismo, do desenvolvimento, do turismo e da afirmação com o Município como um todo, sem perder de vista o objetivo de sustentabilidade.
5. À semelhança do que já tinha ocorrido numa forma bastante intensa na parte final do ano de 2017 e também em todo o ano económico de 2018, o exercício de 2019 foi ainda bastante influenciado pelos efeitos dos incêndios que atingiram todo o território do Município de Oliveira do Hospital nos dias 15 e 16 de outubro de 2017, desde logo no que se refere aos investimentos financiados pelo FSUE, mas também em relação àqueles que transitaram de 2018 e que se referem às intervenções de estabilização de emergência pós incêndios.
6. Por outro lado e ainda que com reduzido impacto financeiro na execução orçamental de 2019, o território do Município foi também atingido pelas fortes intempéries do Inverno anterior, das quais resultaram avultados prejuízos de âmbito particular, mas também ao nível de infraestruturas e equipamentos municipais, os quais estão calculados num montante superior a 3 milhões de euros.
7. Por último e ainda referente aos impactos resultantes dos incêndios de outubro de 2017, repercutiram-se ainda no exercício de 2019 algumas ações de recuperação das atividades económicas, sociais e familiares aos mais diversos níveis, designadamente:
 - 7.1 Na prestação de assistência a todas as pessoas relativamente às quais permanecessem sinais de carência resultantes dos impactos provocados pelos incêndios, designadamente ao nível de suprimento de carências alimentares, de vestuário, de utensílios domésticos e outras;
 - 7.2 Na implementação em concreto das medidas preconizadas no programa Renascer, quer no que se refere ao apoio e acompanhamento dos processos relacionados com a reconstrução das habitações permanentes afetadas pelos incêndios, quer também ao nível dos projetos de financiamento relativos à reposição das condições de laboração das empresas;
 - 7.3 Foram também concretizados todos os procedimentos vocacionados para a criação de uma medida específica de incentivo à recuperação das habitações não



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

permanentes, através da aprovação do respetivo Regulamento de Apoio e do desenvolvimento do procedimento concursal;

7.4 Por último e como já referido, foi concluída toda a operação de reposição dos equipamentos e infraestruturas sob responsabilidade do Município afetados pelos incêndios, tendo sido obtido, e já recebido, todo o financiamento concedido no âmbito do Fundo de Solidariedade da União Europeia, com a participação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e da Agência para o Desenvolvimento e Coesão.

Importa salientar que as propostas de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2019 foram preparadas e aprovadas tendo como orientação principal a vontade de regresso à normalidade possível. após os extraordinários impactos negativos sofridos na decorrência dos incêndios de outubro de 2017, para cujo desígnio se procuraram implementar no terreno as medidas previstas no programa Renascer, já anteriormente mencionadas.

Por outro lado, as linhas principais de atuação perspectivadas para o exercício de 2019 mantiveram-se também fiéis ao rumo que vem sendo seguido em prol do desenvolvimento do território do concelho de Oliveira do Hospital e da afirmação das suas principais potencialidades, tendo em vista obter o melhor posicionamento em termos de captação de novos investimentos e de novos residentes e visitantes. Em concreto, o desempenho obtido no exercício transato manteve-se balizado pelos seguintes quatro vetores essenciais de orientação:

- Em primeiro lugar, uma permanente postura de sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município, quer através da obtenção de mais ganhos de eficiência nas diversas áreas relacionadas com o funcionamento de instalações e consumos de natureza regular, quer também por meio da escolha das opções mais vantajosas do ponto de vista do interesse económico do Município em matérias relacionadas com os investimentos, com o apetrechamento de instalações e serviços e com a assunção de novos encargos de carácter continuado.
- Em segundo lugar, um elevado ênfase nas políticas de apoio às camadas mais desfavorecidas da população, onde se incluíram ainda as situações relacionadas com os mais atingidos, famílias e empresas, pelas consequências dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, mas também através do fomento da empregabilidade e do apoio às principais carências manifestadas pelas demais famílias sinalizadas por necessidades em matéria de condições de habitabilidade, apoio à primeira infância e incentivos à frequência do ensino superior.
- Em terceiro lugar, um reforço da relevância que deve ser dada às matérias relacionadas com os instrumentos de gestão territorial e com os mecanismos vocacionados para apoiar e definir o desenvolvimento estratégico do território municipal, tendo por base essencial o Plano Diretor Municipal em vigor, mas também o bom aproveitamento dos elevados investimentos municipais realizados em ordem ao apetrechamento dos serviços municipais com meios tecnológicos de elevada utilidade e melhor eficiência. Neste âmbito, a alteração parcial do Plano Diretor Municipal executada no exercício de 2017 e aprovada no ano de 2018 veio permitir uma melhor adequação do Plano às novas dinâmicas que os aglomerados do concelho



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

vinham evidenciando em termos de expectativas de crescimento em novas construções e novos investimentos, e foram já iniciados os procedimentos tendentes ao início dos trabalhos da 2.ª revisão do Plano Diretor Municipal que, além de constituir o cumprimento de uma obrigação legal, permite uma nova adequação dos instrumentos em vigor às novas realidades que os últimos anos trouxeram ao nosso território em diversas matérias. No mesmo âmbito ainda, foram também iniciados com grande urgência os trabalhos relacionados com a 2.ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, a qual é essencial à concretização do investimento relativo à Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital.

- Em quarto lugar, o reforço do alinhamento com a política de investimentos do Município e a sua articulação com o envelope financeiro através do Portugal 2020, seja através do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital, seja pela via do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, seja também com recurso direto ao POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Uso de Recursos, ao qual haviam sido apresentados mais 11 novos projetos de investimento na área do saneamento básico, para levar a efeito no contexto da nova empresa multimunicipal Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A., dos quais foram aprovados 9 operações, com um investimento total de 1,8 milhões de euros.

A realização do ano económico do 2019 foi substancialmente influenciada por todas estas linhas essenciais de atuação, seja ao nível da fase preparatória que envolveu a realização de inúmeras diligências junto de instituições regionais e nacionais através das quais são canalizados os apoios financeiros que sustentam a estratégia de investimento do Município, seja ao nível do desenvolvimento em concreto dos procedimentos e das realizações que dão corpo aos principais investimentos elencados no âmbito da estratégia atrás mencionada, seja ainda ao nível dos atos quotidianos de decisão e realização levados a efeito por parte dos responsáveis autárquicos em relação aos diversos pelouros e setores de atuação que estruturam a atividade do Município.

Nessa medida, o presente Relatório, bem como os documentos de prestação de contas que o acompanham, visam fornecer um conjunto de informação consistente que é representativa da atividade do Município realizado ao longo do último exercício económico e é também demonstrativa de que aqueles propósitos essenciais foram largamente atingidos e ainda de que o foram em total respeito por um clima de consenso e concertação permanentes entre a generalidade dos agentes políticos e em total obediência a um desígnio de dedicação permanente ao interesse público municipal e de compromisso firme com o desenvolvimento económico e social das nossas comunidades e do território do concelho como um todo.

Importa realçar que, embora sem reflexo nos documentos de prestação de contas de 2019, o exercício de 2020 será influenciado, em dimensão ainda não possível de prever, pelos efeitos da crise sanitária do COVID-19, quer em termos de assunção de um volume considerável de despesas, autónomas ou em articulação com a CIM – Região de Coimbra, quer em termos de perda de proveitos, em consequência das isenções ou benefícios tributários que têm sido concedidos para minimização dos efeitos da pandemia.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL



VISÃO, MISSÃO, VALORES E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Visão

O Município orienta a sua ação no sentido de apostar na qualidade e na gestão do conhecimento, aproveitando e criando oportunidades que permitam desenvolver o Concelho de Oliveira do Hospital, tornando-o mais competitivo e atrativo a nível económico, cultural e social.



Missão

O Município tem como missão garantir o bem-estar da população, através do desenvolvimento integrado e sustentado do território.



Valores

O Município orienta a sua atividade no respeito integral e permanente pelos valores da Isenção, da Transparência, do Rigor, da Qualidade, da Orientação para a Munição, da Inovação e da Pró-atividade.



Objetivos Estratégicos

1. Qualidade do Serviço e Impacto na Sociedade:
Desenvolver uma nova cultura organizacional
Melhorar a relação Organização – Munição
Incrementar o uso alargado das novas tecnologias
Simplificar e desburocratizar procedimentos

2. Valorização dos Recursos Humanos:

Promover a formação dos trabalhadores

Incrementar a comunicação entre os diversos níveis organizacionais

Implementar novas práticas de gestão de recursos humanos

3. Desenvolvimento Sócio-económico do Concelho:

Implementar e melhorar a rede de infraestruturas

Promover o desenvolvimento turístico

Melhorar o apoio social

Adequar a oferta educativa às necessidades do Município

Promover a cultura, reforçando as tradições locais e envolvendo as populações.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

Seguindo uma estratégia orientada no sentido de tomar posição financeira em entidades cuja atividade ou objeto social tenha interesse estratégico ou funcional para o Município, tendo em vista a melhor prestação dos serviços e utilidades que a Câmara Municipal coloca à disposição das suas comunidades e populações, o Município detinha em 31 de dezembro de 2019 as seguintes participações financeiras:

PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS					
Rubrica POCAL	Entidade	Capital Próprio / Fundo Patrimonial (Exercício 2018)	Resultado Líquido (Exercício 2018)	Particip. Social %	Saldo Final
41131	WRC-Web Região Centro, ADR, SA c)	388 886,00 €	-251 951,85 €	0,36%	5 000,00 €
41132	Municipia-Emp. Cartograf. Sist. Inf., EM, SA b)	3 342 947,98 €	6 093,08 €	0,16%	4 985,01 €
41133	Matadouro Regional da Beira Serra, SA b) e)	569 185,83 €	-355 091,35 €	2,22%	24 000,00 €
41134	CoimbraVita - ADR, SA a)	a)	a)	1,48%	9 980,00 €
41135	Águas do Vale do Tejo, S.A.	204 732 681,00 €	4 222 375,00 €	0,55%	459 315,00 €
41136	CESAB - Centro de Serviços do Ambiente b)	875 171,55 €	-107 119,82 €	0,40%	1 500,00 €
41137	BLC3 - Campus de Tecnologia e Inovação d)	3 259 735,42 €	8 792,30 €	44,00%	7 000,00 €
4122	FAM - Fundo de Apoio Municipal				488 440,00 €
a) - Informação não disponível e) Em liquidação b) De 2018 c) De 2017 d) De 2016					1 000 220,01 €



Para além destas, a Câmara Municipal integra ainda a gestão de outras entidades de que foi cofundadora, designadamente a Serra do Açôr – Associação de Desenvolvimento Regional, a Adeptoliva – Associação para o Ensino Profissional dos Concelhos de Tábua, de Oliveira do Hospital e de Arganil e a ADI – Agência para o Desenvolvimento Integrado de Tábua e Oliveira do Hospital e integra, na qualidade de associado, a ADXTUR – Agência de Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto, a ADIRAM – Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha e a Associação Geopark Estrela. Foram igualmente desenvolvidas diligências no sentido da criação da empresa intermunicipal Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A., conjuntamente com os municípios de Seia e Gouveia.



No âmbito das restantes entidades intermunicipais e para além da ANMP – Associação Nacional dos Municípios Portuguesas e suas secções, o Município está também integrado na AMRPB – Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão e na CIM-RC – Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, em cujo Conselho Intermunicipal o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ocupa a respetiva presidência.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE GERAL AO ANO ECONÓMICO

O ano de 2019 registou mais uma vez um crescimento da economia mundial bastante abaixo das melhores expectativas, com as principais zonas económicas a registarem abrandamento, que foi muito influenciado pela reduzida dinâmica do comércio mundial e do investimento.

Os Estados Unidos inverteram em 2019 a tendência de crescimentos consistentes que vinha apresentando desde 2016, a que não é alheio o arrastamento dos efeitos das guerras comerciais que mantém com os principais blocos económicos mundiais, não obstante os acordos fechados no final do ano com o México e o Canadá.

Das grandes economias avançadas, apenas o Japão apresentou um crescimento entre 2018 e 2019, enquanto que todas as economias emergentes se apresentam em queda desde 2017, situação que se agravará muito em 2020 e anos seguintes, tendo em conta os efeitos económicos catastróficos que a crise sanitária está já a revelar em toda a economia mundial.

A Zona Euro continuou a apresentar resultados com elevada fragilidade, a que não foi alheia a crise do Brexit, que se prolongou por demasiado tempo e com reflexos nos países cujas economias são mais dependentes de parcerias comerciais com o Reino Unido. De tal modo que os principais países da Zona Euro, como Alemanha, Itália e Espanha, mas também Portugal, coincidiram em termos de performance económica com o resto do mundo, apresentando decréscimo no crescimento do PIB, que se mantém nessa tendência desde um ligeiro pico que se verificou em 2017. Por conseguinte, a média da Zona Euro apresentou o mesmo comportamento descendente. Não fora a intervenção do BCE no ajustamento das taxas de referência de operações bancárias, consolidando ainda mais a fixação de uma taxa negativa, bem como na compra de dívida pública a um ritmo elevadíssimo e a situação de cada um dos países seria ainda mais preocupante.

Por seu lado, o Reino Unido conseguiu conter em 2019 a descida que tinha apresentado no ano anterior, tendo obtido um crescimento de 1,3%, igual ao registado em 2018.

As chamadas economias emergentes apresentaram de forma generalizada descidas nas suas taxas de crescimento anual do PIB entre 2018 e 2019, sendo que, à exceção da Rússia, que corrigiu ligeiramente em alta em 2018, todos os principais países deste grupo mantêm decréscimos desde 2017, sendo que apenas China e Índia, apesar das descidas apresentadas, mantêm crescimentos dos seus PIB acima da fasquia dos 5% anuais, ao passo que Rússia, Brasil e África do Sul, por ordem decrescente, apresentam taxas idênticas de crescimento anual do PIB entre 0% e 1%.

Em Portugal o ano económico fechou com um crescimento do PIB de 1,9%, inferior ao valor final de 2,1% registado em 2018 mas, ainda assim, superior pelo segundo ano consecutivo, à média da zona euro, que terá registado um crescimento económico de apenas 1,2%, uma taxa de desemprego de 7,6% e uma inflação média de 1,3%. Nestes indicadores, Portugal apresentou também resultados superiores à média da Zona Euro, com uma taxa de desemprego de 6,5% e com um Índice Harmonizado de Preços no Consumidor de 0,4%. Assim, Portugal permaneceu, pelo menos até à explosão da crise



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

sanitária do COVID-19, num nível razoável de recuperação em relação a alguns dos principais indicadores que concorrem para a formação do PIB, sendo de destacar, porém, que os mesmos indicadores são, salvo algumas exceções, menos favoráveis do que os registados no final de 2018. Desde logo, o consumo privado que baixa de 3,1 para 2,3 em 2019, regressando assim ao valor observado em 2017; o consumo público que, tendo subido entre 2017 e 2018 de 0,2 para 0,9, baixou em 2019 para 0,5; a formação bruta de capital fixo, que é um indicador animador da tendência de investimento por parte das empresas, o qual subiu de 5,8 para 7,3 em 2019; mas ainda assim inferior ao valor de 9,2 registado em 2017; uma nova descida das exportações, que vêm de 7,8 em 2017, para 3,8 em 2018 e agora para 2,8 em 2019 e, por fim, uma também nova descida das importações, que passam de 8,1% em 2017 para 5,8% em 2018 e para 5,4% em 2019.

O desemprego, como já foi referido, ficou numa taxa de 6,5%, inferior aos 7,0% registados no final do ano de 2018, corrigindo ainda mais as elevadas taxas de 8,9%, 11,0% e 12,4%, que foram apuradas com referência, respetivamente, ao final dos anos de 2017, 2016 e 2015.

Por fim, a taxa de poupança, que apoia fortemente a liquidez nacional necessária ao financiamento do investimento que alimenta o crescimento económico, apresentou também uma ligeira melhoria, com uma taxa de crescimento de 5,9%, bastante melhor que as taxas de 4,4% e de 4,7% que corresponderam a 2018 e a 2017, respetivamente.

No contexto local, o exercício económico do Município em 2019 veio reforçar a tendência iniciado em 2017 em termos de inversão da situação económica e financeira descendente, que se arrastou até final de 2016 e que teve origem na crise económica de 2012/2013 e que impôs a todas as organizações, e em especial às entidades públicas, um enorme esforço de contenção financeira, afetando substancialmente a capacidade de realização de investimentos públicos, que já de si sofria do atraso que atingiu todo o início e arranque do Portugal 2020.

Ena continuidade desse período de recuperação, o último exercício de 2019 permitiu registar um esforço de investimento cujo valor foi de quase 4,9 milhões de euros, ou seja, cada vez mais próximo do melhor registo recente, que foi obtido no ano de 2011, com um valor de 5.212.297,16 €. Apesar de tudo, nesse ano de 2011 as transferências de capital tinham sido de 5,4 milhões de euros, superiores, portanto àquele valor de investimentos, ao passo que no exercício de 2019, o valor de transferências de capital foi de 3,3 milhões de euros, o que evidencia ainda mais o esforço de investimento realizado, o qual suplantou aquele montante de receitas de capital em mais 1,6 milhões de euros, ou seja, mais 45,8%.

Outro dos indicadores mais relevantes que caracterizam o exercício de 2019 é o que se refere ao volume total de receitas, que suplanta o maior valor de sempre no Município de Oliveira do Hospital ocorrido em 2018 e que, desta vez, atinge um valor final de 19.890.251,39 €.

Esta subida não é, sequer, uma consequência de aumentos verificados nas receitas de capital, uma vez que este valor até desceu face a 2018 por efeito da não arrecadação de quaisquer valores relativos a passivos financeiros (empréstimos), mas resulta do efeito



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

conjungado de aumentos nas receitas correntes, em 676.721,31 € (+ 5,06%), em Transferências de capital, com mais 592.822,40 € (+ 21,65%) e no Saldo da gerência anterior, com um aumento de 770.298,43 € (+ 44,79%).

Estes acréscimos de receita distribuíram-se de forma relativamente equilibrada em acréscimos nas despesas correntes, que cresceram 8,30% e nas despesas de capital, cujo incremento face a 2018 foi de 6,70%.

Como é sabido, a grande maioria da despesa realizada com investimentos no ano de 2019 diz respeito aos projetos incluídos na estratégia de abordagem do Município à fonte essencial de financiamento do investimento municipal, que assenta no acesso aos fundos comunitários disponibilizados no contexto do atual quadro de programação designado por Portugal 2020, acrescido do esforço financeiro inerente à execução da operação de reposição dos danos em infraestruturas e equipamentos municipais destruídos pelos incêndios de outubro de 2017.

Não obstante as referências que mais adiante se farão com informação mais detalhada sobre esta matéria, deve destacar-se desde já que os valores obtidos em termos de despesas de investimento resultam do cumprimento dos principais objetivos com que o Executivo Municipal se comprometeu para o exercício de 2019, designadamente em matérias relacionadas com o saneamento básico, regeneração urbana e requalificação de equipamentos nas áreas cultural, da educação e da saúde.

Em matéria de saneamento básico foi concluída a operação relacionada com o Subsistema de Águas Residuais de Lourosa, incluindo o prolongamento da rede de coletores e a construção de duas estações elevatórias de modo a cobrir uma área urbana mais vasta e assim justificar ainda mais o investimento realizado na construção da ETAR.

Em matéria de investimentos integrados no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital, depois de ter sido executada e concluída a operação relativa à Requalificação da Av. Dr. Carlos Campos, foi realizada, ainda numa proporção muito insuficiente, a empreitada de Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura, tendo também sido registados grandes volumes de realização nas operações relativas à Requalificação e Beneficiação da Rua Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano e à Requalificação e Beneficiação da Área Norte da Cidade.

Todas as restantes candidaturas incluídas no PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana e no PAICD – Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas foram também submetidas à Autoridade de Gestão do Centro 2020 para aprovação, estando os respetivos procedimentos de contratação pública já desenvolvidos e, em alguns casos, já com execução física.

Quanto aos projetos integrantes do Quadro de Investimentos anexo ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra e relativos ao Município de Oliveira do Hospital, estão em execução a “Igreja de São Pedro de Lourosa - Arranjos dos Espaços Envolventes”, a operação designada por “Ruínas Romanas de Bobadela e que inclui a “Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela”, que foi objeto de um novo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

procedimento de empreitada, e a “Musealização do Centro de Acolhimento e Interpretação”, que já se encontra concluída.

Concluída está também a operação relacionada com a “Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira”.

Foram também apresentadas as candidaturas relativas aos projetos na área da educação, como sejam a relativa à “Escola Secundária de Oliveira do Hospital”, que já foi aprovada e que foi objeto de reprogramação, também já aprovada, em consequência da necessidade de realização de uma nova empreitada; bem como a relativa ao “Campus Educativo de Oliveira do Hospital”, investimento considerado de elevada importância estratégica e que mereceu, já no corrente ano de 2020, a aprovação por parte da Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional Centro 2020, contemplando um investimento total de 5.640.249,98 €, um investimento elegível de 4.685.881,71 € e uma participação FEDER de 3.982.999,45 €.

Este ciclo intenso de grandes investimentos, para os quais o Município se veio preparando de forma consistente e sustentada ao longo dos últimos anos, incluem ainda a Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, cuja operação foi aprovada e depois objeto de uma reprogramação, também já aprovada, que contempla um investimento total de 2.177.598,01 €, um investimento elegível de 1.621.397,31 € e uma participação FEDER de 1.121.259,71 €, sendo que este valor considera um *funding gap* de 81,36%, dado que se trata de um investimento que é parcialmente gerador de receitas líquidas.

O que significa que, se por um lado os mesmos investimentos são o testemunho da elevada capacidade do Município no acesso aos fundos comunitários, são ao mesmo tempo um enorme desafio em termos de comprovação da capacidade de concretização efetiva dos investimentos a que nos propomos e, sobretudo, uma grande exigência no que respeita à necessidade de assegurar os fundos necessários à cobertura da contrapartida financeira interna, só possível com uma situação de grande estabilidade e contenção na estrutura económica e financeira do Município.

Esta situação torna-se de tal modo premente que a expectativa de realização de outros investimentos para além dos que se incluem nas fontes de financiamento dos fundos comunitários, só é possível com algum efeito de alavancagem através do recurso a financiamento bancário, tal como ocorreu já no corrente exercício de 2020.

Por seu lado, a despesa registou também uma variação positiva, numa proporção de 7,77 %, em resultado do aumento global, face ao ano anterior, de 1.272.598,81 €, repartido entre aumento de despesas correntes, com mais 908.265,50 € (+ 8,30%) e aumento de despesas de capital, com mais 364.333,41 € (+6,70%), sendo mais significativos, em termos absolutos, os aumentos ocorridos em Transferências de capital, no montante de 122.388,40 € e Passivos financeiros, no montante de 192.225,71 €.

Por fim, no que se refere aos resultados obtidos ao nível das taxas de realização dos documentos previsionais, designadamente GOP's e Orçamento, verificaram-se respetivamente, as taxas de 83,43% para as GOP's e de 92,11% / 81,77% para o Orçamento, respetivamente em receitas e despesas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – RECURSOS HUMANOS

A valorização dos recursos humanos e a proteção dos respetivos direitos num contexto de crise, têm feito parte das prioridades do executivo em permanência ao longo dos últimos anos, procurando sempre proporcionar as melhores formas que, no atual contexto legal e dentro das limitações orçamentais existentes, permitam qualificar, motivar e dirigir os recursos humanos da autarquia em ordem ao bom funcionamento e à melhoria contínua na prestação de serviços às populações e na resposta às solicitações e expectativas dos cidadãos, em particular nestes períodos recentes mais difíceis, como os que se seguiram à tragédia dos incêndios de 15 e 16 de outubro de 2017, às intempéries do final de 2019 e, mais recentemente, na minimização dos impactos resultantes da crise sanitária que estamos a viver em 2020 e que se transformará numa grande crise económica, também no nosso território.

Em todos os momentos, os recursos humanos do Município demonstraram de forma generalizada uma enorme disponibilidade e uma capacidade de resposta inigualável quando foram chamados a participar em todas as ações e chamadas de intervenção, nomeadamente em regime de voluntariado, situação que mais uma vez se deixa, de forma bem expressa neste documento, em testemunho do reconhecimento e gratidão que lhes são devidos por parte do Executivo Municipal.

Numa altura em que as circunstâncias ao nível nacional têm vindo a permitir, ainda que de forma muito incipiente, alguma recuperação face aos cortes remuneratórios que tinham sido aplicados aos trabalhadores em funções públicas, o que se verifica ainda é uma elevada persistência das limitações legais em termos de aplicação de instrumentos de motivação dos colaboradores, designadamente através de recompensas pela via remuneratória com discriminação positiva em função do mérito e através da reposição gradual das posições remuneratórias e das progressões em níveis equivalentes àqueles que teriam sido obtidos caso não tivessem sido aplicadas as medidas restritivas no período de maior contenção.

Estabilizada que foi a estrutura orgânica da Câmara Municipal e feitos os necessários ajustamentos desta em termos de adaptação ao novo paradigma de responsabilidades e desafios com que se confrontam atualmente as autarquias locais, nomeadamente em matéria de posicionamento perante os meios de financiamento externo, fixou-se um objetivo de adequar a estrutura de recursos humanos da autarquia às reais necessidades que esta revela, em coerência, não apenas com os objetivos e desígnios a concretizar, mas também com as concretas disponibilidades financeiras que são possíveis de alocar a esta finalidade.

O ano de 2018 foi marcado pela implementação em concreto do Programa de Regularização de Vínculos Precários, aprovado pela Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, cujo procedimento concursal permitiu solucionar todas as situações de precariedade de vínculos contratuais que, até ao limite das necessidades definidas pelo Executivo Municipal, existiam à data na Câmara Municipal.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

O ano de 2019 reflete, do ponto de vista das despesas com o pessoal o maior impacto desta decisão de carácter estratégico, ainda que sem grandes alterações em relação à dimensão do Mapa de Pessoal do Município.

Os quadros seguintes demonstram a posição atual da Câmara Municipal em matéria de recursos humanos no final do ano de 2019 e depois de consolidado o impacto resultante do processo relacionado com a regularização dos vínculos precários.

Destaca-se, desde logo, na comparação com o ano de 2018, o ligeiro decréscimo do número de trabalhadores, que passou de 253 para 247.

Para além disso, foram mantidos em apenas 3 o número de contratos de trabalho a termo resolutivo certo, que tinham sido estabilizados em 2018 e apenas porque se trataram de situações que não tiveram enquadramento normativo nas regras do Programa de Regularização de Vínculos Precários.

Ou seja, aqueles contratos a termo resolutivo certo, que tinham sido celebrados essencialmente no grupo dos assistentes operacionais de modo a dar resposta às necessidades de melhor adequação do Mapa de pessoal às reais necessidades dos serviços em termos de cumprimento das suas obrigações e atividades, deram lugar em 2018 a vínculos por tempo indeterminado, dando assim cobertura mais consistente às necessidades do Município definidas em determinadas áreas de atividade e, ao mesmo tempo, conferiram maior segurança aos trabalhadores que, no âmbito do procedimento concursal específico, apresentaram as melhores qualificações para cada posto de trabalho colocado a concurso.

Como se pode ver na contagem segundo a modalidade de vinculação, o total de trabalhadores em 2019 era de 247, sendo 133 homens e 114 mulheres, e sendo ainda de salientar que, mesmo com o crescimento verificado em 2018, agora ligeiramente reduzido em 2019, o Mapa de pessoal continua a apresentar um valor inferior à contagem total existente no final de 2009, que era de 292 trabalhadores.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO A MODALIDADE DE VINCULAÇÃO									
		Dirigentes Superior	Dirigentes Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de serviço	M		2	2				2	6
	F		1						1
Contrato por tempo indeterminado	M			8	16	95	1	4	124
	F			13	30	68		2	113
Contrato por termo resolutivo certo	M					3			3
	F								
Contrato por tempo resolutivo incerto	M								
	F								
Outra	M								
	F								
Soma	M		2	10	16	98	1	8	133
Soma	F		1	13	30	68		2	114
TOTAL			3	23	46	166	1	8	247

De destacar ainda que, apesar do maior aumento de trabalhadores ter ocorrido no cargo-categoria de assistentes operacionais, uma vez que era a área de atuação em que se revelavam maiores carências por parte da estrutura orgânica do Município, não deixaram de se registar aumentos nos outros grupos de maior exigência em termos de qualificações profissionais e académicas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Tal aconteceu porque, também nestas áreas, se identificaram carências, designadamente as resultantes do novo paradigma de exigência técnica que se coloca numa forma mais premente sobre as autarquias, em termos de capacidade de resposta aos novos contextos caracterizados por um elevado incremento tecnológico e por um elevado rigor por parte das entidades reguladoras que controlam a atividade da autarquia nos mais diversos domínios.

Quanto ao total de encargos, o Balanço Social, do qual resultam os dados contidos neste capítulo, apresenta um valor global de 3.274.958,23 €, que reflete um aumento de 114.395,23 € face ao ano de 2018, o que, em termos relativos, representa um acréscimo de 3,62%.

TOTAL DE ENCARGOS COM PESSOAL DURANTE O ANO DE 2019	VALOR 2018	VALOR 2017	VALOR 2016	VALOR 2015	VALOR 2014	VALOR 2013
Totais Encargos						
Remunerações base	2 435 099,78 €	2 230 192,57 €	2 127 919,11 €	2 045 418,59 €	2 000 061,33 €	2 006 184,09 €
Suplementos remuneratórios	51 655,00 €	114 915,04 €	118 785,52 €	97 176,05 €	57 342,02 €	86 189,04 €
Trabalho extraordinário (diurno e noturno)						
Trabalho normal noturno						
Trabalho em dias de descanso semanal, em feriados						
Disponibilidade permanente						
Outros regimes especiais de prestação de trabalho						
Risco, penosidade e insalubridade						
Fixação na periferia						
Trabalho por turnos						
Abono para filhos	3 018,49 €					
Participação em reuniões						
Ajudas de custo	9 692,47 €					
Representação	38 945,04 €					
Secretariado						
Outros suplementos remuneratórios						
Prémios de desempenho						
Prestações sociais:	280 825,49 €	281 972,50 €	260 750,49 €	242 639,00 €	235 139,98 €	238 998,55 €
Abono de família	18 404,45 €					
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade						
Subsídio de educação especial						
Subsídio mensal vitalício						
Subsídio de refeição	260 519,82 €					
Subsídio de funeral						
Subsídio por morte						
Benefícios sociais						
Outras prestações sociais	1 901,22 €					
Outros encargos com pessoal	507 376,96 €	533 482,89 €	445 866,36 €	430 263,73 €	427 606,50 €	426 699,62 €
TOTAL DE ENCARGOS	3 274 958,23 €	3 358 053,30 €	3 253 220,47 €	3 182 867,37 €	3 163 119,38 €	3 274 958,23 €

Numa comparação mais alargada, verificou-se que 2019 regista um aumento, face ao ano anterior, inferior aos aumentos ocorridos entre 2018 e 2017 e entre 2017 e 2016, sendo de referir que estes montantes incluem como pessoal relevante para efeitos de Balanço Social, não apenas aquele com quem se encontra estabelecido um vínculo laboral, mas também os membros dos órgãos autárquicos e membros dos gabinetes de apoio.

A análise dos valores desagregados no mesmo quadro permite concluir, desde logo, que a redução operada no ano de 2013 foi a mais significativa, tendo atingido quase 12% face a 2012, a qual foi invertida a partir de 2014, cujos aumentos anuais foram sempre crescentes até 2018 e que, apesar do aumento verificado em 2019 e 2018, abrandaram neste último exercício.

Também por efeito da aplicação em concreto do Programa de Regularização de Vínculos Precários, o ano de 2019 voltou a registar valores um pouco inferiores aos verificados nos exercícios mais recentes em matéria de aplicação de políticas de estímulo à empregabilidade, de combate ao desemprego de longa duração e à situação de pobreza e precariedade, designadamente em termos de implementação de programas e medidas de apoio ao emprego com financiamento por parte do IEFP, IP.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Ou seja, embora a Câmara Municipal tenha mantido o foco em termos de preocupação social relativamente à situação de desemprego que vinha afetando uma larga camada da população ativa, a verdade é que uma parte dos desempregados que tiveram oportunidade de desempenhar atividades socialmente úteis no contexto dos serviços municipais, foram eles próprios beneficiários da regularização de vínculos precários em que se encontravam, designadamente aqueles cujas competências e qualificações profissionais correspondiam às necessidades identificadas pela Câmara Municipal ao nível do seu Mapa de Pessoal.

Mesmo assim e como o quadro seguinte o demonstra, foram proporcionadas integrações no ano de 2019 a 33 pessoas em diversas atividades, sobretudo em atividades operacionais o que proporcionou a estas pessoas, não apenas a oportunidade de desenvolverem atividades de interesse comunitário e de manterem contacto com o mercado de trabalho, mas também a obtenção de um acréscimo de rendimentos que não só favorece a melhoria do poder aquisitivo destas famílias, como permita promover a injeção de meios financeiros na economia local.

NÍVEL DE ACESSO AOS PROGRAMAS E MEDIDAS DO IEFP - Ano de 2019				
Programa / Medida	N.º Pessoas	Encargos totais	Fin. IEFP	Encargos líquidos
CEI - Contrato Emprego Inserção	14	15 254,15 €		15 254,15 €
CEI - Contrato Emprego Inserção +	19	52 872,36 €	38 001,66 €	14 870,70 €
Soma	33	68 126,51 €	38 001,66 €	30 124,85 €

Ou seja, se por um lado se procura promover o máximo aproveitamento possível das oportunidades de financiamento externo e não reembolsável que os programas e medidas de apoio pelo IEFP podem proporcionar, por outro lado obtêm-se respostas positivas em termos de atenuação de situações de precaridade económica e de desintegração social que algumas famílias de desempregados enfrentam ainda no nosso território e, colocam-se recursos financeiros na economia local, uma vez que os mesmos são, na sua generalidade, destinados ao consumo privado e à satisfação de necessidades básicas das famílias beneficiárias das medidas e programas.

O apoio prestado a estas 33 famílias consistiu num encargo total de 68.126,51 €, proporcionando o recebimento de 38.001,66 € a título de apoio transferido pelo IEFP, IP para o Município o qual, por sua vez, despendeu 30.124,85 € na cobertura da parte não comparticipada dos encargos assumidos.

Com base nos mesmos dados, podemos afirmar que estas ações mobilizaram um incremento na economia local, com proveitos para a atividade económica em geral, a uma média de 2.064,44 € por família apoiada, a que corresponde um encargo líquido para o Município, por família, de 912,87 €.

Retomando a análise aos recursos humanos propriamente ditos, apresentam-se em seguida alguns dados relevantes quanto à estrutura com que foi concluído o ano de 2019. Em primeiro lugar, apresenta-se o quadro de contagem de trabalhadores por cargo-categoria, segundo o nível de escolaridade, do qual se realça a tendência de crescimento no número de trabalhadores com níveis de qualificação mais elevados, designadamente os possuidores de formação académica superior, bem como daqueles que melhoraram as suas qualificações pela via dos percursos de dupla certificação.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Verifica-se que os trabalhadores com qualificação igual ou superior ao 12.º ano de escolaridade representam 43,72% do total de trabalhadores, sendo que na diferenciação por géneros, a mesma proporção nas trabalhadoras do género feminino é de 59,43%. Com grau de licenciatura ou superior, a proporção de trabalhadores é de 35,88%, sendo de 24,53% nos trabalhadores do género feminino e de apenas 11,35% do lado dos homens.

CONTAGEM DE TRABALHADORES POR CARGO-CARRERA, SEGUNDO O NÍVEL DE ESCOLARIDADE									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes - Intermediário	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Menos de 4 anos de escolaridade	M					1			1
	F								
4 anos de escolaridade	M					26			26
	F				1	14			15
6 anos de escolaridade	M					26			26
	F					7			7
9.º ano ou equivalente	M				1	23		2	26
	F				1	13			14
11.º ano	M				1	16			17
	F				3	4			7
12.º ano ou equivalente	M				11	16	1	1	29
	F			1	16	19		1	37
Bacharelato	M								
	F								
Licenciatura	M		2	8	2			1	13
	F		1	10	9	1		3	24
Mestrado	M			2	1				3
	F			2					2
Doutoramento	M								
	F								
Soma	M		2	10	16	108	1	4	141
Soma	F		1	13	30	58		4	106
TOTAL			3	23	46	166	1	8	247

Quanto à desagregação por cargos-carreiras profissionais, continua a ser maioritária a proporção de trabalhadores na carreira de assistente operacional, com 67,21%, dentro dos quais 65,06% são homens e 34,94% são mulheres.

Estes dados são uma consequência direta da natureza das funções e atividades a que o Município está obrigado e que revelam uma ainda elevada proporção deste grupo de trabalhadores face ao total dos recursos humanos que, aliás, foi também refletida na definição das principais necessidades identificadas para efeitos de aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários, designadamente no que diz respeito a funções relacionadas com as atividades dos serviços externos da Câmara Municipal nos diversos domínios operacionais.

Quanto à distribuição do número global de trabalhadores ao serviço do Município, por escalão etário, a contagem foi a que consta do quadro seguinte, sendo de destacar o facto de ser ainda muito elevada a proporção de trabalhadores com idade igual ou superior a 45 anos, que era de 74,7% em 2017, passou para 68,8% em 2018 e voltou a 74,09% em 2019. Quando repartida a observação entre homens e mulheres, a proporção de homens com idade superior a 45 anos é de 81,56% e de mulheres baixa ligeiramente para 64,15%, ainda assim muito elevada.

No outro extremo, dos trabalhadores abaixo de 30 anos de idade, existem apenas 2, ambas do género feminino, sendo uma técnica superior e uma assistente operacional.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Quanto aos trabalhadores portadores de deficiência, a respetiva contagem mantém um total de 11 trabalhadores a qual evidencia uma clara opção pela disponibilização de oportunidades de trabalho em regime não precário a trabalhadores portadores de deficiência, que caracteriza esta autarquia em matéria de recursos humanos e que se estende ainda à permanente disponibilidade para a integração de portadores de deficiência em estágios curriculares após obtenção de qualificação, designadamente em áreas de jardinagem, e em projetos apoiados por outras medidas do IEPF, designadamente contratos emprego-inserção+, inclusivamente com situações recentemente concretizadas de conversão de vínculos precários, obtidos por este tipo de contratos, em vínculos definitivos, envolvendo dois trabalhadores.

CONTAGEM DE TRABALHADORES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Soma	M		1		2	3			6
Soma	F				1	4			5
TOTAL			1		3	7			11

Para além do cumprimento de uma obrigação legal, a Câmara Municipal mantém um grande empenhamento na oferta de soluções de valorização profissional dos trabalhadores municipais, sendo-lhes frequentemente proporcionadas oportunidades de participação em ações de formação em diversas áreas, quer por efeito da parceria estabelecida com o Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte, quer em consequência do maior número de iniciativas neste domínio levadas a efeito por parte da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Esta prática é indispensável à permanente melhoria dos procedimentos técnicos e administrativos e à correta adaptação às constantes mudanças no contexto legal e regulamentar que nos cerca, sendo transversal a todos os níveis funcionais e de responsabilidade.

Quanto às entradas e saídas de trabalhadores, a situação ocorrida no ano de 2019 encontra-se transcrita nos quadros seguintes:

CONTAGEM DE SAÍDAS DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediário	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Cessação da Comissão de Serviço	M								
	F								
Morte	M								
	F								
Reforma/Aposentação	M			1		4			5
	F					1			1
Outras situações	M								
	F								
Soma	M			1		4			5
Soma	F					1			1
TOTAL				1		5			6

Verificou-se um total de 6 saídas, todas, por reforça/aposentação, das quais 5 do género masculino e 1 do género feminino.

Quanto às mudanças de situação, estas registaram-se em 7 trabalhadores, todas por outras situações, sendo 4 do género masculino e 3 do género feminino.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

CONTAGEM DAS MUDANÇAS DE SITUAÇÃO DE TRABALHADORES POR CARGO-CARREIRA									
		Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediária	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Procedimento concursal	M								
	F								
Outras situações	M			1	1	2			4
	F			3					3
Soma	M			1	1	2			4
Soma	F			3					3
TOTAL				4	1	2			7

Por último, no que respeita à análise do absentismo, o quadro seguinte revela todas as ausências verificadas no ano de 2019, incluindo as resultantes do gozo de férias e repartidas pelas classes profissionais respetivas.

DIAS DE AUSÊNCIA POR CARGO-CARREIRA, SEGUNDO O MOTIVO DA AUSÊNCIA									
	Cargos-Carreiras	Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediária	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Casamento	M								
	F								
Protecção na parentalidade	M					25	2		27
	F			2	279	44			325
Falecimento de familiar	M			4	6	65			75
	F				5	31			36
Doença	M			2	27	1 318			1 347
	F			125	683	1 904			2 712
Acidente de serviço ou doença profissional	M					196			196
	F			11		349			360
Assistência a familiares	M				24				24
	F			24	47	75			146
Trabalhador estudante	M				11				11
	F								
Por conta do período de férias	M		12	19	66	62	4		163
	F			72	87	37			196
Com perda de vencimento	M								
	F								
Para cumprimento de pena disciplinar	M								
	F								
Greve	M								
	F								
Faltas injustificadas	M								
	F								
Outros motivos (inclui férias)	M		33	175	327	2 557	48		3 140
	F			328	744	1 471			2 543
Soma	M		45	200	461	4 223	54		4 983
Soma	F			562	1 845	3 911			6 318
TOTAL			45	762	2 306	8 134	54		11 201

No total, verificaram-se 11.301 dias de ausências, repartidas entre 4.983 ausências de homens (44,09%) e 6.318 ausências de mulheres (55,91%).

Não considerando os Outros motivos, que se referem essencialmente ao gozo de férias, o total de ausência é de 5.618 dias, que se desagregam em 1.843 faltas de trabalhadores do género masculino, o que equivale 32,81% e em 3.775 faltas de trabalhadores do género feminino, representando 67,19% do total das ausências.

MÉDIA DE DIAS DE AUSÊNCIA POR CARGO-CARREIRA, POR TRABALHADOR									
	Cargos-Carreiras	Dirigentes - Superior	Dirigentes- Intermediária	Técnico Superior	Assistente técnico	Assistente operacional	Informática	Outros	TOTAL
Repartição pelo N.º de Trab.	M		22,50	20,00	28,81	41,09	54,00		37,47
	F			43,23	61,50	57,51			55,41
			15,00	33,13	50,12	49,00	54,00		45,75



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Por último, o quadro anterior apresenta a média de ausência por cargos-carreiras e com separação entre homens e mulheres.

É visível, nesta análise, que é superior a média de ausências de trabalhadores do género feminino e que é mais significativa a média de ausências no grupo de assistentes técnicos, sem considerar para este efeito a média relativa ao pessoal de Informática, dado o seu reduzido número de trabalhadores, mas também o tipo de faltas dadas, que são específicas de uma determinada situação de carácter não continuado.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Um dos principais indicadores de análise do desempenho económico do Município é o que reflete a capacidade de realização concreta dos investimentos através dos quais se projeta o desenvolvimento económico e social e se prepara o território para novos desafios e uma nova estratégia de crescimento. O resultado alcançado a este nível é, pois, muito animador e traduz bem o modo como o Município se preparou para assumir esses desafios e levar por diante a melhor estratégia de crescimento.

Ou seja, sendo melhor o volume e a qualidade dos investimentos realizados em cada ano, maior é também o incremento de competitividade para o território e de alavancagem das atividades económicas e sociais, desenvolvidas por parte das empresas e das instituições.

A este respeito, importa sublinhar que a execução do exercício de 2019, não só superou o maior valor de receitas de sempre, que tinha sido alcançado em 2018, como registou o maior volume de despesa alguma vez realizado por este Município com um valor total de 17.657.123,94 €, sendo que o mais significativo tinha sido conseguido no ano de 2011, num montante de 16.931.871,17 €, o que veio consolidar a existência de um círculo virtuoso nas correlações entre diversos agregados da receita com outros agregados da despesa, designadamente entre Transferências de capital e Investimentos.

Isto é, se por um lado a realização de investimentos corresponde à realização de despesas nos projetos beneficiários de financiamento comunitário, daí resulta a arrecadação de participações provenientes dos programas operacionais que são registadas como transferências de capital; enquanto, por outro lado, a arrecadação de transferências de capital após realização de despesas de investimentos gera a constituição de reservas de reinvestimento que podem ser aplicadas noutras necessidades do mesmo tipo. Daí o virtuosismo do ciclo que o Município atravessa.

Além disso e como é por todos reconhecido, a realização de investimentos não está exclusivamente dependente do ritmo de arrecadação de transferências de capital, uma vez que, por vezes, é possível realizar um volume de investimentos superior ao valor arrecadado de transferências de capital, outras vezes, a capacidade de realização de investimentos não é diretamente proporcional ao ritmo de arrecadação de receitas de capital, mas estas permitem constituir a referida reserva de reinvestimento, de modo a poder ser usada nos exercícios futuros.

O desempenho relativo ao exercício de 2019, no que se refere à execução orçamental das receitas e das despesas e à execução das Grandes Opções do Plano, foi ainda contextualizado pela aprovação das revisões ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano que atualizaram as previsões de receita e, consequentemente, as dotações para despesa, à arrecadação real de receitas que, de acordo com as melhores previsões, seria possível de realizar no final do exercício, em contraste com as previsões iniciais, as quais apresentavam expectativas muito mais favoráveis quanto à execução, nomeadamente, dos fluxos financeiros provenientes do Portugal 2020. Nessa medida, a dotação global do orçamento foi corrigida em -10,4 milhões de euros, que se repercutiu de forma generalizada nas taxas de execução do orçamento e das ações previstas nas GOP's.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Para além disso, o mesmo exercício de 2019, apesar de algum crescimento registado no volume de investimentos face a 2018, foi influenciado por contingências exteriores à própria capacidade de decisão dos órgãos municipais, que afetaram essa dinâmica de realização e que tiveram causa nos constrangimentos ocorridos na realização de algumas empreitadas, sendo que algumas delas deram origem a rescisões contratuais e à abertura de novos procedimentos de contratação pública.

Não obstante, o Município continua a apresentar uma situação financeira capaz de enfrentar os compromissos que, com caráter de regularidade, nos são colocados em termos de atividade das instalações e equipamentos públicos, de cumprimento das obrigações e competências legais e de capacidade de realização de investimentos de natureza estratégica e, ao mesmo tempo, permite afetar à realização de investimentos outros fundos para além daqueles que provêm do Orçamento de Estado e das participações recebidas no âmbito da realização das operações financiadas por fundos comunitários.

É relevante também que o aumento da parte de receitas de capital nas transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro foi de 235.766,00 (+ 36,56%), mas em que o aumento líquido foi de apenas 33.354,00 € (+ 5,17%), na medida em que a parte restante do acréscimo diz respeito a receita de caráter não continuado, respeitante à aplicação do artigo 35.º da Lei das Finanças Locais. Trata-se, portanto, de um acréscimo que afetou positivamente a realização de receitas e de despesas no exercício de 2019, mas que não é suscetível de ser obtido todos os anos.

Ou seja, tal situação não exclui a obrigação, que tem sido mantida pelo Município ano após ano, e que se repetiu em 2019, de fazer refletir no crescimento do esforço de investimento, não apenas o efeito positivo obtido através da rubrica de receitas de Transferência de capital, mas também a afetação de outras receitas, nomeadamente de receitas correntes.

No que respeita ao volume total de transferências do Orçamento de Estado, o exercício de 2019 registou um aumento de 7,33%, equivalente a mais 541.061,00 €, que é o maior aumento, em termos absolutos e em termos relativos, desde 2002 mas que é influenciado pelo que já se referiu anteriormente. É possível confirmar, portanto, que estamos perante uma nova perspetiva política assumida pelo atual Governo em matéria de transferências para as autarquias locais, que foi iniciada em 2015, mas não deve ser ignorado que este ritmo de crescimento é ainda insuficiente face ao cada vez maior volume de competências, formalmente transferidas ou autonomamente internalizadas, que os municípios em geral assumiram, quer em decorrência de situações extraordinárias ligadas à ocorrência de situações de crise económica generalizada, de catástrofes e calamidades recentes, quer ainda porque as dinâmicas sociais dos novos tempos assim o têm determinado.

No que se refere ao grupo dos investimentos municipais que refletiram maior volume financeiro no exercício de 2019, importa percorrer a Execução Anual das Grandes Opções do Plano, evidenciando assim o grau de realização dos projetos considerados mais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

relevantes e com efeito estratégico e estruturante no nível de desenvolvimento do concelho:

- a) Escola Secundária de Oliveira do Hospital – Este projeto do PPI foi iniciado no ano de 2019, com uma elevada expectativa de concretização mas, devido às contingências que atingiram o respetivo contrato de empreitada e que levaram à sua rescisão, a ação registou apenas uma despesa de 30.422,48 € a que correspondeu uma taxa de execução face à respetiva previsão corrigida, de 98,14%.
- b) Ruínas Romanas da Bobadela - Requalificação e Refuncionalização da Casa Amarela para Centro de Investigação e Promoção da Cidade Romana da Bobadela – Tal como o anterior, também este projeto do PPI, que também faz parte dos projetos aprovados no âmbito do mapeamento de equipamentos culturais para integrarem o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra, sofreu constrangimentos na execução da sua empreitada, que também foi cancelada no seguimento de rescisão do respetivo contrato e que, por isso, apresentou em 2019 uma despesa de apenas 22.484,40 € e uma taxa de realização de 99,93%, pelas razões antes mencionadas.
- c) Igreja de São Pedro de Lourosa – Arranjos dos Espaços Envolventes – Este projeto integrante do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM – Região de Coimbra e com a sua candidatura aprovada, viu a sua empreitada principal cancelada, em consequência da intervenção exigida pelas entidades que tutelam os monumentos nacionais, no seguimento da descoberta de novos vestígios arqueológicos na zona de intervenção das obras, de tal modo que foram realizadas despesas no exercício de 2019 de apenas 13.959,61, com uma taxa de realização de 93,06%.
- d) Requalificação e Beneficiação da Rua Dr. Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Herculano - Este Projeto corresponde à empreitada com a mesma designação, incluída no PEDU de Oliveira do Hospital, cuja candidatura foi aprovada em julho de 2018, tendo a mesma gerado em 2019 uma despesa total de 476.912,81 €, a que corresponde uma taxa de execução de 62,59% face à respetiva previsão corrigida.
- e) Recuperação, Valorização e Refuncionalização do Parque dos Marmelos e Margem Ribeirinha da Ribeira de Cavalos - Este Projeto faz parte da Lista de investimentos do PEDU de Oliveira do Hospital, cuja candidatura ainda não se encontra aprovada, mas que já teve execução em 2019, com uma despesa de 20.989,95 €, respeitante às despesas de elaboração do projeto de execução e que terá a empreitada executada no ano de 2020, na sequência de procedimento de empreitada cuja adjudicação e celebração de contrato já ocorreram.
- f) Requalificação e Refuncionalização do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e da Casa da Cultura - Este Projeto corresponde também à empreitada com a mesma designação, incluída no PEDU de Oliveira do Hospital, cuja candidatura foi aprovada em abril de 2018, tendo neste ano de 2019 gerado uma despesa total



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

de 241.282,71 €, a que corresponde uma taxa de execução de 73,12% face à respetiva previsão corrigida, mas que é manifestamente inferior à execução total que esta empreitada já deveria apresentar no final de 2019, situação que encontra justificação em incumprimento de prazos de execução por parte da entidade adjudicatária, mas também no surgimento de necessidade de realização de trabalhos complementares, designadamente em relação à reabilitação da cobertura do edifício existente da Casa da Cultura César Oliveira.

- g) Requalificação e Beneficiação da Área Norte da Cidade – Também este Projeto corresponde à empreitada com a mesma designação, incluída no PEDU de Oliveira do Hospital, cuja candidatura foi aprovada em novembro de 2018, tendo este investimento gerado em 2019 uma despesa total de 286.935,09 €, a que corresponde uma taxa de execução de 99,98% face à respetiva previsão corrigida.
- h) Realização das empreitadas relativas à construção de ETAR's em 10 localidades do concelho – Estas operações tiveram as suas candidaturas aprovadas e financiadas no âmbito do POSEUR – Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos e foram todas elas concluídas em 2018, à exceção da referente ao Subsistema de Águas Residuais de Lourosa, cuja empreitada adicional de ampliação da rede de coletores e de construção de duas estações elevatórias de águas residuais e respetivas condutas elevatórias, já foi concluída em 2019, com uma despesa total de 64.203,66 €.
- i) Intervenções para fazer face a prejuízos decorrentes dos incêndios de 15 de outubro e outras intempéris/situações de calamidade – Trata-se de um conjunto de realizações de diferentes tipos incluídas nas GOP's para o quadriénio de 2019/2022 com o objetivo de dar execução à reposição dos danos em equipamentos e infraestruturas municipais destruídos pelos incêndios de outubro de 2017 e que se repartiram em:
 - i. Vias municipais, com uma despesa realizada em 2019 de 313.770,61 € e uma taxa de execução, face à previsão corrigida, de 97,99%;
 - ii. Edifícios, onde se incluem o Lar de Idosos de Travanca de Lagos e alguns estabelecimentos escolares, com uma despesa realizada em 2019 de 705.797,74 € e uma taxa de execução, face à previsão corrigida, de 95,64%;
 - iii. Sinalização toponímica, turística, orientadora, vertical e horizontal de vias municipais, com uma despesa realizada em 2019 de 50.109,76 € e uma taxa de execução de 79,54%;
 - iv. Material de Transporte, com uma despesa total de 327.401,40 €, materializada na aquisição de diversas viaturas de transporte de mercadorias, de transporte de passageiros e de equipamentos de apoio aos serviços externos municipais, designadamente, 1 Autocarro de 27 lugares, 1 Trator pesado de mercadorias, 1 Viatura mista c/ cabine simples e caixa de carga basculante, 1 Semi-Reboque Basculante, 1 Grua de trabalho com cesto, 1 Semi-Reboque Porta Máquinas de 3 Eixos e 2 Viaturas Híbridas Ligeiras de Passageiros;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

- v. Maquinaria e equipamento, com uma despesa total de 30.719,25 €, que incluiu a aquisição de abrigos de passageiros, de mobiliário urbano e de 1 Cilindro compactador para asfalto.
- j) Intervenções de estabilização de emergência pós incêndios, cujo projeto se desagregou em:
 - i. Recuperação de infraestruturas afetadas, com um volume total de despesa em 2019 de 442.187,27 €, essencialmente relacionada com as intervenções urgentes de regularização fluvial das áreas afetadas pelos incêndios florestais;
 - ii. Outras intervenções igualmente relacionadas com a reposição de danos ocorridos na sequência dos incêndios, com uma despesa em 2019 de 32.541,37 €,
- k) Zona Empresarial Responsável / Parque Tecnológico – Este projeto, que corresponde à empreitada designada por “Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital”, que já se encontra em execução no ano de 2020, após aprovação da respetiva candidatura, teve em 2019 uma despesa de 152.933,00 €, totalmente relacionada com a aquisição de terrenos.

No âmbito das rubricas genéricas, são merecedores de maior destaque outros projetos e ações inseridos no Plano Plurianual de Investimentos e nas Atividades Mais Relevantes para o ano de 2019, designadamente os seguintes:

1. O cumprimento das obrigações municipais em matéria de Transportes Escolares, com uma despesa de 368.820,66 € e uma taxa de realização de 95,06%;
2. A Ação Social Escolar, com uma despesa de 69.739,00 € com Agrupamentos, entidades, sem fins lucrativos e outras entidades, e de 154.041,23 € relacionada com os Contratos Interadministrativos com as freguesias em matéria de fornecimento de refeições e a componente de apoio à família no âmbito da ação social escolar;
3. Os Protocolos de Cooperação com a Adeptoliva num montante total de despesa de 48.000,00 €;
4. A comparticipação no Projeto “Ensinar é Voar”, no valor de 43.933,20 €;
5. O incentivo municipal à frequência do ensino superior por parte de estudantes carenciados, no valor de 45.790,00 €;
6. O apoio às associações e coletividades culturais, num montante de 125.320,00 € para despesas de funcionamento e de 56.564,53 €, para investimentos nos seus equipamentos e infraestruturas;
7. Execução de obras de requalificação no Pavilhão Desportivo Municipal, no valor de 32.512,46 €;
8. O apoio aos clubes e associações desportivas, num montante de 353.800,00 € para despesas de funcionamento e de 30.518,98 €, para investimentos nos seus equipamentos e infraestruturas;



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

9. Casa da Criança de Travanca de Lagos, com uma despesa total de 30.269,20 €, relacionada com obras de conservação;
10. Programa de Apoio à Família – Incentivo à Natalidade, com uma despesa total de 110.984,86 €;
11. Participação no Projeto POSEUR “Incremento da Qualidade e da Quantidade de Reciclagem dos 3 Fluxos (3F) Multimateriais”, com uma despesa total em 2019 de 144.031,77 €;
12. O apoio às associações de bombeiros voluntários do concelho, com um valor de 204.249,73 € para maquinaria e equipamentos e um valor de 80.609,95 € para apoio ao funcionamento e desenvolvimento das atividades das equipas de intervenção permanente (EIP);
13. A abertura e conservação de caminhos e estradões florestais, com um investimento que ascendeu a 212.481,38 €;
14. A aquisição de maquinaria e equipamento para Criação do Centro de BTT, com uma despesa de 57.808,77 €;
15. Os investimentos em rede viária e sinalização, que são de execução continuada e que representam anualmente valores significativos de despesa de capital, que não inclui as despesas com pessoal e com aquisição de bens e serviços correntes, como sejam:
 - 15.1 Arruamentos, pontes, aquedutos, muros e obras complementares nas vias municipais, com despesas totais de 207.232,17 €, com 71,96% de taxa de execução;
 - 15.2 Execução, reparação e beneficiação de estradas, caminhos e estradões, com despesa total de 42.452,37 € e com 73,19% de taxa de execução;
16. O Programa Reflorestar, cuja rubrica representou uma despesa total de 45.378,60 €, com uma taxa de execução de 98,65%.

Tendo em conta as referências feitas anteriormente a alguns dos projetos realizados com recurso a financiamentos externos, justifica-se que se proceda à atualização da informação relativa a todos os projetos financiados com referência a 31 de dezembro de 2019, quer os que ainda fizeram parte do período de vigência do QREN, que decorreu entre 2007 e 2013 e que se encontram concluídos na sua plenitude, quer todos os que, já na vigência do envelope financeiro do Portugal 2020, com decisão centralizada, mas também do Portugal 2020 com decisão regional, através do Centro 2020, quer ainda do pacote de operações, já antes abordadas e que se relacionam com os investimentos levados a efeito pelo Município no sentido da reposição dos danos em equipamentos e infraestruturas municipais causados pelos incêndios de outubro de 2017.

Os quadros seguintes apresentam, de forma resumida, o nível de acesso do Município de Oliveira do Hospital aos referidos períodos de programação, bem como ao Fundo de Solidariedade da União Europeia (FSUE).

Em primeiro lugar, apresenta-se o quadro resumo que contém o volume total de investimentos, distribuídos por cada programa de financiamento e relativamente ao qual



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

se mantém pendente o recebimento de um saldo de 114.545,54 €, do Programa Operacional Regional do Centro.

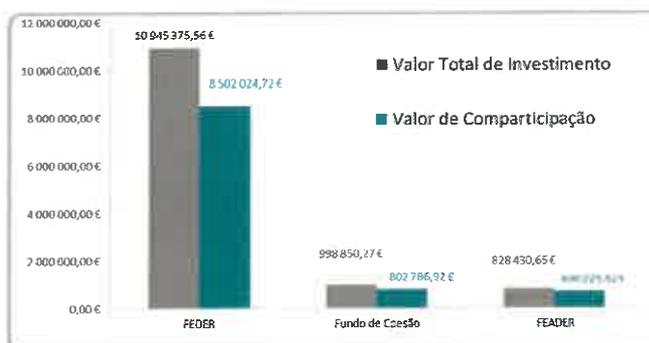
	Valor Total		Comparticipação		Despesa realizada	P.A. aprovadas	P.A. reembolsadas	Saldo
	Investimento	Investido	Valor	%				
Soma APROVAÇÃO	12 772 656,48 €	11 787 405,77 €	10 000 837,56 €	85,20%	12 000 018,40 €	10 306 220,49 €	8 780 155,57 €	114 545,54 €
Programa Operacional Regional do Centro	9 531 414,66 €	8 801 609,24 €	7 473 384,44 €	84,91%	9 126 746,32 €	7 952 360,00 €	7 418 310,35 €	114 545,54 €
Programa Operacional Regional do Centro - Overbooking	809 492,53 €	760 424,55 €	646 360,87 €	85,00%	706 624,72 €	600 631,02 €	600 631,02 €	0,00 €
POVT	728 292,55 €	673 925,29 €	580 819,92 €	86,18%	815 081,21 €	557 100,88 €	565 084,61 €	0,00 €
POVT - Overbokin	270 557,72 €	261 137,65 €	221 967,00 €	85,00%	209 300,88 €	177 905,75 €	177 905,75 €	0,00 €
POFC	545 428,37 €	420 328,71 €	357 279,41 €	85,00%	374 018,02 €	315 542,53 €	315 542,53 €	0,00 €
POAT-FEDER	59 040,00 €	29 411,76 €	25 000,00 €	85,00%	29 411,76 €	25 000,00 €	25 000,00 €	0,00 €
PRODER - GAL/JADIBER	97 516,92 €	91 997,09 €	55 198,25 €	60,00%	91 982,79 €	55 189,67 €	55 189,67 €	0,00 €
PRODER - Agro Florestal	710 913,73 €	698 571,48 €	640 827,67 €	91,73%	649 850,70 €	622 495,65 €	622 495,64 €	0,00 €
Soma	12 772 656,48 €	11 787 405,77 €	10 000 837,56 €	85,20%	12 000 018,40 €	10 306 220,49 €	8 780 155,57 €	114 545,54 €

Como se verifica, o nível de acesso do Município ao anterior quadro comunitário que se iniciou em 2007, contemplou um montante de 12,77 milhões de euros de investimento realizado com projetos aprovados no âmbito do quadro comunitário de apoio, bem como o volume total de participações aprovadas que atingiu o valor de 10.000.837,56 €.

Importa também dar conta que este período de financiamento contribuiu com apoios financeiros que permitiram a realização de uma média anual de investimentos de 1,6 milhões de euros, com uma média anual de participações FEDER, Fundo de Coesão e FEADER de 1,25 milhões de euros, ou seja, 476.230,36 € por projeto, ou 479,54 € por habitante.

Na distribuição pelos três fundos de financiamento comunitário através dos quais foram canalizadas estas transferências de capital, o FEDER é o fundo com maior contributo nos investimentos municipais realizados com recurso a financiamento externo não reembolsável, no caso, com um valor de 8.502.024,72 € de participações aprovadas. Seguiu-se-lhe o Fundo de Coesão com um montante total de participações aprovadas de 802.786,92 € e, por último, o FEADER com um valor de 696.025,92 € de participações aprovadas.

Em termos relativos, o FEDER representou 85% do total das participações aprovadas a favor dos investimentos realizados pelo Município de Oliveira do Hospital, sendo os restantes 15% repartidos entre o Fundo de Coesão, com 8% e o FEADER com 7%.



Quanto ao ponto de situação atual relativamente à estratégia de abordagem ao Portugal 2020 e à submissão em concreto de candidaturas com enquadramento nos diversos programas operacionais, desde logo, em relação ao Centro 2020 e aos programas temáticos de âmbito nacional, como é o caso do POSEUR, importa proceder à apresentação do ponto de situação atual nesta matéria.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Em primeiro lugar, dentro do Centro 2020, destacam-se os projetos sinalizados no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, bem como os projetos previamente aprovados sob a forma de planos de ação no PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Oliveira do Hospital.

Relativamente a estes, a situação em 31 de dezembro de 2019 encontra-se refletiva nos quadros seguintes, que evidenciam os projetos já aprovados e com execução em concreto.

PROJETOS APROVADOS E INICIADOS NO ÂMBITO DO CENTRO 2020 - PEDU												
Designação do Projeto	Valor Total do Investimento	Valor em Moeda Nacional	Valor em Moeda Estrangeira	Valor em Moeda Local	Valor em Moeda Nacional	Valor em Moeda Estrangeira	Valor em Moeda Local	Despesa Realizada	P.P.	Estado	P.P. Reemb.	Saldo
Requalificação e beneficiação da Av. Dr. Carlos Campos	424 559,11 €	45 091,29 €	0,00 €	379 467,82 €	322 547,65 €	85,00%	350 528,08 €	297 948,87 €		CONCLUÍDA	282 958,36 €	14 892,54 €
21. Requalificação e refuncionalização do Coleg. Br. Garcia de Mascarenhas e do Casa da Cultura	1 571 934,67 €	169 685,92 €	0,00 €	1 402 248,70 €	1 191 911,40 €	85,00%	951 087,82 €	627 039,72 €		EM EXECUÇÃO	556 630,57 €	635 280,83 €
22. Requalificação e beneficiação da Rua Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Henriques	819 503,92 €	20 421,21 €	0,00 €	799 082,71 €	674 120,30 €	85,00%	574 095,43 €	333 318,96 €		EM EXECUÇÃO	332 468,58 €	341 651,72 €
23. Requalificação e beneficiação da área norte da cidade - ligação da Rua Eng. Antonio Campos ao Mercado Municipal, Central de Camionagem, Bombeiros Voluntários e Avenida Carlos Camões	454 513,28 €	0,00 €	0,00 €	454 513,28 €	386 836,29 €	85,00%	270 699,49 €	176 986,62 €		EM EXECUÇÃO	166 897,53 €	219 438,78 €
24. Reabilitação do Edifício e implementação das Hortas Urbanas do Bairro Social João Rodrigues	359 269,63 €	7 046,81 €	9 404,82 €	342 818,00 €	291 395,30 €	85,00%	7 615,18 €	6 642,90 €		ADJUDICADO	6 642,90 €	284 752,40 €
Total	2 629 780,61 €	242 215,22 €	9 404,82 €	2 378 160,57 €	2 060 710,94 €	85,00%	1 703 338,18 €	1 181 926,05 €			1 149 533,36 €	1 039 365,24 €

PROJETOS APROVADOS E INICIADOS NO ÂMBITO DO CENTRO 2020 - PACTO CM-IC												
Designação do Projeto	Valor Total do Investimento	Valor em Moeda Nacional	Valor em Moeda Estrangeira	Valor em Moeda Local	Valor em Moeda Nacional	Valor em Moeda Estrangeira	Valor em Moeda Local	Despesa Realizada	P.P.	Estado	P.P. Reemb.	Saldo
Igreja de São Pedro de Loureira - Arranjos dos Espaços Envolventes	313 410,00 €	1 181,38 €	0,00 €	310 228,62 €	263 694,33 €	85,00%	184 575,74 €	156 889,38 €		ADJUDICADA A PARTE RESTANTE NÃO REALIZADA NA EMPREITADA INICIAL	156 889,38 €	106 804,95 €
Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira	314 905,20 €	2 275,50 €	52 627,70 €	260 000,00 €	221 000,00 €	85,00%	250 709,45 €	213 103,03 €		CONCLUÍDA	202 890,38 €	18 109,02 €
Escola Secundária de Oliveira do Hospital	925 443,48 €	0,00 €	0,00 €	925 443,48 €	786 626,96 €	85,00%	5 965,51 €	5 070,68 €		FOI ABERTO NOVO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	5 070,68 €	781 556,28 €
Total	1 553 758,68 €	3 456,88 €	52 627,70 €	1 497 684,18 €	1 271 321,29 €	85,00%	1 441 250,70 €	1 175 063,09 €			1 164 850,44 €	1 006 470,25 €

No que respeita ao PEDU de Oliveira do Hospital, o volume total de investimento relativo aos projetos já aprovados ascende a 3,6 milhões de euros, dos quais se encontravam realizadas despesas elegíveis em 31 de dezembro de 2019 no montante de 2.154.220,00 €, e com um valor de participações já recebidas de 1.354.597,94 €.

Quanto aos projetos que fazem parte do Quadro de Investimentos anexo ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, para realização no território do Município de Oliveira do Hospital, estavam aprovados no final do ano 3 projetos, com um volume total de despesa de 1,5 milhões de euros, com despesas elegíveis já realizadas no montante de 441.250,70 € e um valor de participações já recebidas de 364.851,04 €.

Os quadros seguintes apresentam, para estes envelopes específicos, os projetos que aguardam ainda a aprovação das candidaturas em devido tempo apresentadas, a saber:

PROJETOS AINDA NÃO APROVADOS NO ÂMBITO DO CENTRO 2020 - PEDU												
Designação do Projeto	Valor Total do Investimento	Valor em Moeda Nacional	Valor em Moeda Estrangeira	Valor em Moeda Local	Valor em Moeda Nacional	Valor em Moeda Estrangeira	Valor em Moeda Local	Despesa Realizada	P.P.	Estado	P.P. Reemb.	Saldo
12. Requalificação e beneficiação da Rua Virgílio Ferreira e Rua Alexandre Henriques	2 991 277,29 €	8 131,83 €	0,00 €	2 983 145,46 €	2 524 483,94 €	85,00%	0,00 €	0,00 €		NÃO INICIADO	0,00 €	2 534 989,39 €
10. Requalificação, valorização e refuncionalização do Parque dos Marmelos e margem ribeirinha da Ribeira de Calvos	626 323,50 €	806,18 €	0,00 €	625 517,32 €	531 689,72 €	85,00%	0,00 €	0,00 €		FOI ABERTO NOVO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	0,00 €	531 689,72 €
13. Criação de Centro Comercial ao ar livre	171 862,63 €	0,00 €	0,00 €	171 862,63 €	146 083,24 €	85,00%	0,00 €	0,00 €		ADJUDICADO	0,00 €	146 083,24 €
Total	3 789 463,42 €	8 938,01 €	0,00 €	3 780 525,41 €	3 156 172,90 €	85,00%	0,00 €	0,00 €			0,00 €	3 212 762,35 €



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Os relativos à parte restante dos projetos previstos para execução no âmbito do PEDU, que correspondem a um total de investimento de 3,8 milhões de euros e com uma expectativa de participações FEDER de 3,2 milhões de euros.

PROJETOS AINDA NÃO APROVADOS NO ÂMBITO DO CENTRO 2020 - PACTO COM RIE											
Designação do Projeto	Valor Total de Investimento	Valor Não Regulado	Valor Regulado	Valor	Comunicação	%	Despesa realizada	P.P. apresentados	Situação	P.P.	
										Reembolsados	Participação
Ruínas Romanas da Bobadela	512 902,72 €	31 518,08 €	0,00 €	481 384,64 €	409 176,94 €	85,000%	0,00 €	0,00 €	EM ABERTO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	0,00 €	409 176,94 €
Campus Educativo de Oliveira do Hospital	4 818 658,83 €	6 150,00 €	1 046 648,64 €	3 765 860,19 €	3 200 981,16 €	85,000%	0,00 €	0,00 €	ADJUDICADO	0,00 €	3 200 981,16 €
Centro Municipal de Proteção Civil de Oliveira do Hospital	610 732,38 €	48 188,40 €	0,00 €	562 543,98 €	478 162,38 €	85,000%	0,00 €	0,00 €	AINDA NÃO FOI ABERTO PROCEDIMENTO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA	0,00 €	478 162,38 €
Total	5 942 293,93 €	81 856,48 €	1 046 648,64 €	4 810 645,85 €	4 188 320,49 €	85,000%	0,00 €	0,00 €		0,00 €	4 188 320,49 €

E os que, fazendo parte do Quadro de Investimentos do Pacto, ainda não tinham as suas candidaturas aprovadas, sendo que os três projetos somam um investimento total de 6,1 milhões de euros, com uma expectativa de participações FEDER de 4.188.320,49 €.

Há que referir que entre dezembro de 2019 e a presente data ocorreram acontecimentos supervenientes relacionados com estes projetos e que permitem que a situação atual relativamente à grande maioria deles seja ainda mais favorável, com as respetivas candidaturas aprovadas e por montantes acima dos previstos.

Ainda no âmbito do Centro 2020 foi também aprovada a candidatura referente à Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, cuja situação em 31 de dezembro de 2019 era a que consta do quadro seguinte.

PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO CENTRO 2020 - OUTROS EIXOS											
Designação do Projeto	Valor Total de Investimento	Valor Não Regulado	Valor Regulado	Valor	Comunicação	%	Despesa realizada	P.P. apresentados	Situação	P.P.	
										Reembolsados	Participação
Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital	1 906 251,41 €	572 137,52 €	257 875,90 €	1 076 237,99 €	914 802,29 €	85,000%	0,00 €	0,00 €	ADJUDICADO	0,00 €	914 802,29 €
Total	1 906 251,41 €	572 137,52 €	257 875,90 €	1 076 237,99 €	914 802,29 €	85,000%	0,00 €	0,00 €		0,00 €	914 802,29 €

Entretanto, tendo por base os valores efetivos de adjudicação da empreitada, a operação foi objeto de reprogramação já no decurso do corrente ano de 2020, que se traduziu numa atualização dos valores de investimento total, de despesa elegível e de participação FEDER, tal como já referido na parte inicial do presente relatório.

Fora do Portugal 2020, mas com origem direta na União Europeia, através do Fundo de Solidariedade, foi também possível realizar a totalidade da operação relacionada com a reposição dos danos em equipamentos e infraestruturas municipais afetadas pelos incêndios de outubro de 2017, cujo ponto de situação em final de 2019 era o que consta do quadro seguinte, com todas as despesas realizadas e em que faltava concretizar o recebimento do saldo final de 88.802,00 €, recebido em janeiro de 2020.

PROJETOS APROVADOS NO ÂMBITO DO FSEU - FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA											
Designação do Projeto	Valor Total de Investimento	Valor Não Regulado	Valor Regulado	Valor	Comunicação	%	Despesa realizada	P.P. apresentados	Situação	P.P.	
										Reembolsados	Participação
Reposição de Infraestruturas Municipais e Equipamentos Municipais Danificados pelos Incêndios de Outubro de 2017 de Oliveira do Hospital	1 776 039,90 €	0,00 €	0,00 €	1 776 039,90 €	1 776 039,90 €	100,000%	0,00 €	0,00 €	CONCLUÍDA	1 687 237,90 €	88 802,00 €
Total	1 776 039,90 €	0,00 €	0,00 €	1 776 039,90 €	1 776 039,90 €	100,000%	0,00 €	0,00 €		1 687 237,90 €	88 802,00 €

Tratou-se, de facto, de um investimento muito relevante para o Município, ao qual nos referimos anteriormente de forma mais detalhada quanto aos investimentos realizados.

Designação do Projeto	Valor Total de Investimento	Valor Não Regulado	Valor Regulado	Valor	Comunicação	%	Despesa realizada	P.P. apresentados	Situação	P.P.	
										Reembolsados	Participação
Total	18 700 000,00 €	0,00 €	0,00 €	18 700 000,00 €	18 700 000,00 €	100,000%	0,00 €	0,00 €		18 700 000,00 €	0,00 €

Em termos de quadro resumo, está em causa a execução de 16 projetos, num volume total de investimento de 18.7 milhões de euros, com uma previsão de despesa elegível



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

de 16.434.589,72 € e um montante total de co-financiamentos de 14.229.557,25 €.

É também sabido que a aprovação do PEDU estabeleceu um compromisso final em termos de comparticipação FEDER de 4.815.000,00 €, que depois foi aumentado para 5.390.000,00 €, por efeito da majoração de 10% obtida em resultado da capacidade de execução que o Município demonstrou no final de 2016 em relação aos projetos do PEDU. Por outro lado, em cumprimento do que se encontra previsto no artigo 14.º, n.º 2, do Contrato de Delegação de Competências e de Subvenção Global inerente ao PEDU, foi aplicada a todo o Quadro de Investimentos do PEDU uma redução de 6% relativa à designada reserva de desempenho, que reduzia a sua dotação em 323.400,00 €. Atendendo à capacidade de realização que o Município tem vindo a demonstrar ao longo deste período de programação financeira, foi já possível, não só, anular a aplicação dessa reserva de desempenho e ser desbloqueada a referida dedução, como foi também possível obter um novo reforço de dotação financeira de 256.461,80 €, destinado a apoiar as ações previstas no âmbito do Plano Integrado de Mobilidade Urbana Sustentável. Ainda por efeito da boa capacidade de realização já evidenciada, é também legítimo acalentar expectativas quanto à possibilidade de aceder a fundos adicionais através do overbooking que, tanto o programa operacional Centro 2020, como todo o Portugal 2020 irão constituir em breve.

Por último e depois de terem sido totalmente realizados todos os investimentos que estavam previstos na área do saneamento básico, que incluíram a construção da rede de abastecimento de água a Parceiro, Covão e Alentejo, bem como a construção de 10 ETAR's, com construção de nova rede de saneamento em Vale Torto e de ampliação da rede em Lourosa, cabe também uma apresentação quanto aos projetos cujas candidaturas foram apresentadas aos novos avisos de concurso do POSEUR – Ciclo Urbano da Água e que já se encontram aprovados, sendo que a sua execução caberá à empresa Águas Públicas da Serra da Estrela, E.I.M., S.A.:

NOVOS PROJETOS APRESENTADOS NO ÂMBITO DO PORTUGAL 2020 - POSEUR						
Designação do Projeto	Valor Total de Investimentos	Valor Não Elegível	Valor Elegível Não Compartilhado	Valor Elegível	Comparticipação	
					Valor	%
Abastecimento de Água à Adarnela – Lagares da Beira Travanca de Laços	58 830,00 €	8 330,00 €	0,00 €	50 500,00 €	42 925,00 €	85,000%
Execução da Rede de Saneamento na Quinta da Abrunheira	122 960,00 €	5 185,42 €	0,00 €	117 774,58 €	100 108,39 €	85,000%
Execução da Rede de Saneamento no Bairro da Mata em Noiveira do Cravo	90 100,00 €	2 987,60 €	0,00 €	87 112,40 €	74 045,54 €	85,000%
Rede de Saneamento da Malhadoura	67 559,10 €	3 071,60 €	0,00 €	64 487,50 €	54 814,38 €	85,000%
Execução de Saneamento na Rua dos Fominhos e Barroca Alta em Lagares da Beira	107 590,00 €	5 323,00 €	0,00 €	102 267,00 €	86 926,95 €	85,000%
Execução da Rede de Saneamento no Soltinho, Rua da Lameira e Rua da Fonte na Chamusca da Beira	237 122,00 €	7 817,00 €	0,00 €	229 305,00 €	194 909,25 €	85,000%
Subsistema de Águas Residuais e Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Rio de Mel	538 775,28 €	23 108,00 €	0,00 €	515 671,28 €	438 320,59 €	85,000%
Extensão da Rede de Água na Rua do Valagão em Penalve de Alva	69 430,00 €	13 180,00 €	0,00 €	56 250,00 €	47 812,50 €	85,000%
Subsistema de Águas Residuais e Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) da Felgueira Velha	507 931,52 €	22 101,00 €	0,00 €	485 830,52 €	412 955,94 €	85,000%
Total OPERAÇÕES	1 800 301,90 €	91 103,62 €	0,00 €	1 709 198,28 €	1 452 818,54 €	85,000%

De todos os 11 projetos apresentados para financiamento, foram aprovados 9, com um volume total de investimentos de 1.800.301,90 €, com um valor elegível de 1.709.198,28 €, a que corresponde um montante total de comparticipação do Fundo de Coesão de 1.452.818,54 €.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Procede-se agora a uma análise abrangente ao nível de execução das Grandes Opções do Plano, para o que se apresentam os seguintes quadros:

GOP - Grandes Opções do Plano: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Orgânica da Despesa		Dotações iniciais	Dotações corrigidas	Variação Previsões %	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação					€	€
02	Educação e Formação Profissional	3 460 000,00 €	3 043 370,00 €	-9,90%	817 776,97 €	-143 593,03 €	86,21%
001	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	3 252 500,00 €	981 260,00 €	-69,83%	838 799,14 €	-142 460,86 €	85,48%
002	Ensino superior	207 500,00 €	60 110,00 €	-71,03%	58 977,83 €	-1 132,17 €	98,12%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres	1 842 350,00 €	741 380,00 €	-59,75%	710 336,26 €	-31 045,74 €	95,81%
001	Cultura	866 000,00 €	276 040,00 €	-68,12%	254 391,30 €	-21 648,70 €	92,16%
002	Desporto	935 000,00 €	454 300,00 €	-51,41%	446 730,89 €	-7 569,11 €	98,33%
003	Juventude e Tempos Livres	41 250,00 €	11 040,00 €	-73,10%	9 212,07 €	-1 827,93 €	83,44%
02	Família Solidariedade e Acção Social	996 700,00 €	420 860,00 €	-57,27%	366 393,84 €	-66 466,16 €	86,38%
001	Creches	14 000,00 €	31 020,00 €	121,57%	30 269,20 €	-750,80 €	97,58%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	230 000,00 €	97 000,00 €	-57,83%	96 284,35 €	-715,65 €	99,26%
003	Outras infra-estruturas de acção social	26 000,00 €	30,00 €	-99,88%	0,00 €	-30,00 €	0,00%
004	Implementação da rede social	41 700,00 €	17 440,00 €	-58,18%	14 574,13 €	-2 865,87 €	83,57%
005	Assistência a carenciados	170 000,00 €	119 300,00 €	-29,82%	83 512,15 €	-35 787,85 €	70,00%
006	Habituação social	360 000,00 €	32 010,00 €	-91,11%	28 719,15 €	-3 290,85 €	89,72%
007	Apoio a campanhas de solidariedade	4 000,00 €	1 050,00 €	-73,75%	50,00 €	-1 000,00 €	4,76%
008	Apoio à família	151 000,00 €	123 010,00 €	-18,54%	110 984,86 €	-12 025,14 €	90,22%
02	Saúde	70 000,00 €	17 000,00 €	-75,71%	29 793,14 €	-7 296,86 €	80,33%
001	Extensões de saúde	69 000,00 €	37 080,00 €	-46,26%	29 793,14 €	-7 286,86 €	80,35%
002	Outras infra-estruturas de saúde	1 000,00 €	10,00 €	-99,00%	0,00 €	-10,00 €	0,00%
02	Habituação e Urbanismo	6 149 750,00 €	1 768 930,00 €	-72,22%	1 323 336,10 €	-640 589,90 €	63,68%
001	Habituação	56 000,00 €	15 030,00 €	-73,16%	11 956,80 €	-3 073,20 €	79,55%
002	Planeamento urbanístico	20 000,00 €	20,00 €	-99,90%	0,00 €	-20,00 €	0,00%
003	Iluminação pública	85 250,00 €	33 430,00 €	-60,79%	24 860,97 €	-8 569,03 €	74,37%
004	Urbanização	990 000,00 €	766 000,00 €	-22,63%	480 067,00 €	-285 933,00 €	51,51%
005	Intervenções de requalificação urbanística	5 198 500,00 €	949 450,00 €	-81,74%	606 451,42 €	-342 998,58 €	57,07%
02	Saneamento e Solidicidade	1 587 000,00 €	558 200,00 €	-72,57%	310 581,37 €	-47 618,63 €	93,02%
001	Saneamento	1 143 500,00 €	150 130,00 €	-86,87%	125 270,77 €	-24 859,23 €	81,41%
002	Higiene pública	351 000,00 €	182 060,00 €	-48,13%	160 978,56 €	-21 081,44 €	88,42%
003	Cemitérios	102 500,00 €	26 010,00 €	-74,62%	24 332,04 €	-1 677,96 €	93,55%
02	Segurança e Protecção Civil	2 464 000,00 €	2 578 850,00 €	4,86%	3 419 948,51 €	1 623 801,79 €	93,88%
002	Corporações de bombeiros	200 000,00 €	302 000,00 €	51,00%	284 859,68 €	-17 140,32 €	94,32%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	267 500,00 €	238 090,00 €	-10,99%	212 589,37 €	-25 500,63 €	89,29%
004	Serviço municipal de protecção civil	38 000,00 €	3 020,00 €	-92,05%	2 479,86 €	-540,14 €	82,11%
005	Intempéries / situações de calamidade	1 958 500,00 €	2 035 740,00 €	3,94%	1 916 019,60 €	-119 720,40 €	94,12%
02	Desenv. Económico e Abastecimento Público	2 079 750,00 €	952 050,00 €	-54,22%	632 524,12 €	-319 535,88 €	66,44%
001	Água	223 000,00 €	43 300,00 €	-80,58%	28 894,16 €	-14 405,84 €	66,73%
002	Turismo	214 750,00 €	212 640,00 €	-0,98%	111 349,26 €	-101 290,74 €	52,37%
003	Mercados e Feiras	10 000,00 €	1 010,00 €	-89,90%	798,09 €	-211,91 €	79,02%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	292 000,00 €	292 000,00 €	0,00%	281 093,92 €	-10 906,08 €	96,27%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	1 211 000,00 €	335 040,00 €	-72,33%	152 933,00 €	-182 107,00 €	45,65%
006	Urbanismo comercial	80 000,00 €	56 010,00 €	-29,99%	55 200,00 €	-810,00 €	98,55%
007	Programa Municipal de Fomento Empresarial	49 000,00 €	12 060,00 €	-75,39%	2 255,69 €	-9 804,31 €	18,70%
02	Comunicações e Transportes	774 500,00 €	383 110,00 €	-50,53%	275 601,87 €	-107 898,13 €	71,40%
001	Rede viária e sinalização	575 000,00 €	373 070,00 €	-35,12%	267 623,27 €	-105 446,73 €	71,74%
002	Transportes	178 500,00 €	4 030,00 €	-97,74%	3 218,30 €	-811,70 €	79,86%
003	Estacionamento	21 000,00 €	6 010,00 €	-71,38%	4 760,10 €	-1 249,90 €	79,20%
10	Defesa do Meio Ambiente	397 500,00 €	58 140,00 €	-85,37%	55 390,54 €	-2 749,46 €	95,27%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	3 000,00 €	20,00 €	-99,33%	0,00 €	-20,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	117 000,00 €	4 080,00 €	-96,51%	3 184,55 €	-895,45 €	78,05%
003	Recursos naturais	270 000,00 €	54 020,00 €	-79,99%	52 205,99 €	-1 814,01 €	96,64%
004	Educação e Sensibilização Ambiental	7 500,00 €	20,00 €	-99,73%	0,00 €	-20,00 €	0,00%
02	Modernização dos Serviços	372 800,00 €	212 877,17 €	-43,50%	175 385,20 €	-37 491,97 €	82,39%
001	Órgãos autárquicos	42 500,00 €	31 020,00 €	-27,01%	30 056,28 €	-963,72 €	96,89%
002	Racionalização e modern. administrativa	97 800,00 €	153 715,00 €	57,17%	121 602,88 €	-32 112,12 €	79,11%
003	Edifício dos Paços do Concelho	5 000,00 €	17 000,00 €	240,00%	15 013,56 €	-1 986,44 €	88,32%
004	Estaleiro municipal e oficinas municipais	227 500,00 €	11 142,17 €	-95,10%	8 712,48 €	-2 429,69 €	78,19%
12	Descentralização	800 000,00 €	771 000,00 €	-3,63%	755 985,60 €	-15 014,40 €	98,05%
001	Freguesias	800 000,00 €	771 000,00 €	-3,63%	755 985,60 €	-15 014,40 €	98,05%
13	Administração financeira	862 648,00 €	634 020,00 €	-26,51%	552 684,26 €	-81 335,74 €	87,17%
001	Empréstimos	510 000,00 €	510 000,00 €	0,00%	503 840,26 €	-6 159,74 €	98,79%
002	Activos financeiros	150 188,00 €	124 010,00 €	-17,43%	48 844,00 €	-75 166,00 €	39,39%
003	Outros	2 500,00 €	10,00 €	-99,60%	0,00 €	-10,00 €	0,00%
02	Protocolos de Geminação	3 500,00 €	30,00 €	-99,14%	0,00 €	-30,00 €	0,00%
001	Cidade de Santana, Cantagalvo, S. T. Príncipe	2 000,00 €	20,00 €	-99,00%	0,00 €	-20,00 €	0,00%
002	Cidades europeias	1 500,00 €	10,00 €	-99,33%	0,00 €	-10,00 €	0,00%
14	Tecnologia e Inovação	88 500,00 €	70,00 €	-99,92%	0,00 €	-70,00 €	0,00%
001	Generalização do uso de TIC's	16 000,00 €	30,00 €	-99,81%	0,00 €	-30,00 €	0,00%
002	Incremento da inovação e do conhecimento	72 500,00 €	40,00 €	-99,34%	0,00 €	-40,00 €	0,00%
02	Participação em associações de municípios	28 000,00 €	25 010,00 €	-10,68%	24 246,87 €	-763,13 €	96,55%
002	Comunidade Intermun. Região de Coimbra	28 000,00 €	25 010,00 €	-10,68%	24 246,87 €	-763,13 €	96,95%
02	Encargos de funcion. de carácter plural	16 250,00 €	9 070,00 €	-44,18%	8 005,62 €	-1 064,38 €	88,26%
001	Aquisição de bens e serviços	16 250,00 €	9 070,00 €	-44,18%	8 005,62 €	-1 064,38 €	88,26%
TOTAL DAS GOP E TAXAS DE EXECUÇÃO		22 003 188,00 €	9 987 067,17 €	-54,61%	8 331 988,16 €	-1 557 265,74 €	81,47%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Em primeiro lugar, importa referir que se trata de uma análise global às Grandes Opções do Plano, que englobam o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes.

Por um lado, porque uma análise que tenha como objeto apenas o Plano Plurianual de Investimentos, torna-se restritiva relativamente à verificação do conjunto da atividade de natureza não regular levada a efeito pelo Município. De facto, observar apenas a atividade de investimento da autarquia, que é aquela que o Plano Plurianual de Investimentos reflete, ainda que representativa das medidas e ações que maior efeito podem ter no fomento do desenvolvimento do concelho e na melhoria das infraestruturas das localidades e da qualidade de vida das populações, não é suficiente para observar o real esforço de investimento que o Executivo Municipal põem em prática em cada ano, uma vez que boa parte dele é desenvolvido por outras entidades ou com a colaboração destas, mas com comparticipação financeira do Município.

Por outro lado, porque sendo essa colaboração financeira refletida nas AMR – Atividades Mais Relevantes, para além de um vasto conjunto de outras despesas que aqui também se incluem, a verdade é que este documento estratégico correspondeu em 2019 a 46% do total das previsões corrigidas das Grandes Opções do Plano e a 49% do total de execução efetiva das mesmas GOP. Ou seja, a análise destes documentos, se restringida apenas ao PPI, refletiria cerca de metade, apenas, de toda a atividade financeira de carácter não regular, ou seja, daquele tipo de ações e medidas que derivam muito mais da capacidade de iniciativa e de decisão do Executivo Municipal e não tanto da obrigação de dar cumprimento a normativos legais ou decisões anteriores de carácter continuado.

Feita esta introdução específica, importa referir também que a análise comparativa entre previsão e execução das GOP, fornece informação sobre as dotações iniciais, as dotações corrigidas após modificações ao PPI e às AMR, a despesa paga total, a variação absoluta entre esta e as dotações corrigidas e a taxa de execução face às dotações corrigidas. O mesmo quadro identifica cada um dos Objetivos e respetiva desagregação em Programas, sendo que a taxa de execução global foi de 83,43%.

Atendendo à natureza previsionial das Grandes Opções do Plano, alguns dos objetivos apresentam maiores diferenças entre os valores previstos e os realizados e que resultam, na maior parte dos casos, do excesso de previsão que tem necessariamente que influenciar a conceção e construção dos mesmos documentos previsionais, tanto mais que, de contrário, seria muito mais difícil acomodar dentro das GOP a realização de alguns projetos que, não tendo sido possíveis de prever no momento da preparação dos documentos previsionais, surgem com oportunidades de realização e com expectativas de obtenção de financiamento externo já no decurso do exercício, sendo que para isso é necessário assegurar a sua inscrição nos mesmos documentos previsionais.

Por outro lado, verificam-se também algumas variações nalguns objetivos e programas das GOP entre os anos de 2019 e 2018 que, por um lado, resultam das opções que em cada ano são feitas em consonância com as fontes de financiamento disponíveis para apoiar a realização dos investimentos e, por outro lado, da própria dinâmica da atividade do Município.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

GOP - Grandes Opções do Plano: ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Orgânica da Despesa		Despesa Paga	Ponderações	Despesa Paga	Ponderações	Variações (2019-2018)	
Classif.	Designação	Total (2019)	%	Total (2018)	%	€	%
01	Educação e Formação Profissional	897 776,97 €	10,78%	950 973,98 €	12,26%	62 199,01 €	6,48%
001	Ensino pré-escolar, básico, sec. e profission.	838 799,14 €	10,07%	909 651,29 €	11,62%	-70 852,15 €	-7,79%
002	Ensino superior	58 977,83 €	0,71%	50 324,69 €	0,64%	8 653,14 €	17,19%
02	Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres	710 334,26 €	8,53%	1 076 109,19 €	13,75%	-365 774,93 €	-33,99%
001	Cultura	254 391,30 €	3,05%	625 599,19 €	7,99%	-371 207,89 €	-59,34%
002	Desporto	446 730,89 €	5,36%	441 022,50 €	5,63%	5 708,39 €	1,29%
003	Juventude e Tempos Livres	9 212,07 €	0,11%	9 487,50 €	0,12%	-275,43 €	-2,90%
03	Família, Solidariedade e Acção Social	364 393,84 €	4,32%	219 584,31 €	2,81%	144 808,53 €	65,95%
001	Creches	30 269,20 €	0,36%	1 239,51 €	0,02%	29 029,69 €	2342,03%
002	ATL's, centros de dia e lares de 3.ª idade	96 284,35 €	1,16%	7 500,00 €	0,10%	88 784,35 €	1183,79%
003	Outras infra-estruturas de acção social	0,00 €	0,00%	15 000,00 €	0,19%	-15 000,00 €	-100,00%
004	Implementação da rede social	14 574,13 €	0,17%	14 722,84 €	0,19%	-148,71 €	-1,01%
005	Assistência a carenciados	83 512,15 €	1,00%	33 195,76 €	0,42%	50 316,39 €	151,57%
006	Habituação social	28 719,15 €	0,34%	26 153,27 €	0,33%	2 565,88 €	9,81%
007	Apoio a campanhas de solidariedade	50,00 €	0,00%	650,00 €	0,01%	-600,00 €	-92,31%
008	Apoio à família	110 984,86 €	1,33%	121 123,53 €	1,55%	-10 138,67 €	-8,37%
04	Saúde	29 793,14 €	0,36%	37 219,27 €	0,48%	-7 426,13 €	-19,95%
001	Extensões de saúde	29 793,14 €	0,36%	37 219,27 €	0,48%	-7 426,13 €	-19,95%
002	Outras infra-estruturas de saúde	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
05	Habituação e Urbanismo	1 123 336,79 €	13,48%	746 832,32 €	9,53%	376 504,47 €	50,39%
001	Habituação	11 956,80 €	0,14%	0,00 €	0,00%	11 956,80 €	0,00%
002	Planeamento urbanístico	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
003	Iluminação pública	24 860,97 €	0,30%	41 853,34 €	0,53%	-16 992,37 €	-40,60%
004	Urbanização	480 067,00 €	5,76%	1 015,98 €	0,01%	479 051,02 €	47151,62%
005	Intervenções de requalificação urbanística	606 451,42 €	7,28%	704 063,20 €	9,00%	-97 611,78 €	-13,86%
06	Saneamento e Salubridade	310 567,37 €	3,73%	1 859 220,50 €	24,26%	-1 548 653,13 €	-83,65%
001	Saneamento	125 270,77 €	1,50%	1 745 896,54 €	22,31%	-1 620 625,77 €	-92,82%
002	Higiene pública	160 978,56 €	1,93%	64 642,96 €	0,83%	96 335,60 €	149,03%
003	Cemitérios	24 332,04 €	0,29%	88 681,00 €	1,13%	-64 348,96 €	-72,68%
07	Segurança e Protecção Civil	2 415 948,51 €	29,00%	703 023,48 €	9,08%	1 712 925,03 €	243,64%
002	Corporações de bombeiros	284 859,68 €	3,42%	198 858,64 €	2,54%	86 001,04 €	43,25%
003	Prevenção e combate a fogos florestais	212 589,37 €	2,55%	251 796,52 €	3,22%	-39 207,15 €	-15,57%
004	Serviço municipal de protecção civil	2 479,86 €	0,03%	2 164,80 €	0,03%	315,06 €	14,55%
005	Intervenções / situações de calamidade	1 916 019,60 €	23,00%	250 203,52 €	3,20%	1 665 816,08 €	665,78%
08	Desenv. Económico e Abastecimento Público	532 524,17 €	6,39%	529 706,48 €	6,77%	2 817,69 €	0,53%
001	Água	28 894,16 €	0,35%	162 190,84 €	2,07%	-133 296,68 €	-82,19%
002	Turismo	111 349,26 €	1,34%	31 134,04 €	0,40%	80 215,22 €	257,64%
003	Mercados e Feiras	798,09 €	0,01%	65,34 €	0,00%	732,75 €	1121,44%
004	Eventos dinamizadores da activ. económica	281 093,92 €	3,37%	229 116,26 €	2,93%	51 977,66 €	22,69%
005	Espaços de localiz. empresarial e incubação	152 933,00 €	1,84%	6 000,00 €	0,08%	146 933,00 €	2448,88%
006	Urbanismo comercial	55 200,00 €	0,66%	101 200,00 €	1,29%	-46 000,00 €	-45,45%
007	Programa Municipal de Fomento Empresarial	2 255,69 €	0,03%	0,00 €	0,00%	2 255,69 €	0,00%
09	Comunicações e Transportes	275 601,67 €	3,31%	484 040,17 €	6,18%	-208 438,50 €	-43,06%
001	Rede viária e sinalização	267 623,27 €	3,21%	484 040,17 €	6,18%	-216 416,90 €	-44,71%
002	Transportes	3 218,30 €	0,04%	0,00 €	0,00%	3 218,30 €	0,00%
003	Estacionamento	4 760,10 €	0,06%	0,00 €	0,00%	4 760,10 €	0,00%
10	Defesa do Meio Ambiente	55 390,54 €	0,66%	29 357,41 €	0,38%	26 033,13 €	88,68%
001	Prevenção monitoriz. e combate à poluição	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Parques e jardins	3 184,55 €	0,04%	25 157,42 €	0,32%	-21 972,87 €	-87,34%
003	Recursos naturais	52 205,99 €	0,63%	0,00 €	0,00%	52 205,99 €	0,00%
004	Educação e Sensibilização Ambiental	0,00 €	0,00%	4 199,99 €	0,05%	-4 199,99 €	-100,00%
11	Modernização dos Serviços	175 385,20 €	2,10%	38 531,34 €	0,49%	136 853,86 €	355,18%
001	Órgãos autárquicos	30 056,28 €	0,36%	839,00 €	0,01%	29 217,28 €	3482,39%
002	Racionalização e modern. administrativa	121 602,88 €	1,46%	30 779,48 €	0,39%	90 823,40 €	295,08%
003	Edifício dos Paços do Concelho	15 013,56 €	0,18%	163,16 €	0,00%	14 850,40 €	9101,74%
004	Estaleiro municipal e oficinas municipais	8 712,48 €	0,10%	6 749,70 €	0,09%	1 962,78 €	29,08%
12	Descentralização	755 985,60 €	9,07%	683 124,87 €	8,73%	72 860,73 €	10,67%
001	Freguesias	755 985,60 €	9,07%	683 124,87 €	8,73%	72 860,73 €	10,67%
13	Administração financeira	552 684,26 €	6,63%	384 880,55 €	4,92%	167 803,71 €	43,60%
001	Empréstimos	503 840,26 €	6,05%	311 614,55 €	3,98%	192 225,71 €	61,69%
002	Activos financeiros	48 844,00 €	0,59%	73 266,00 €	0,94%	-24 422,00 €	-33,33%
003	Outros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
14	Protocolos de Geminação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
001	Cidade de Santana, Cantagalo, S. T. Príncipe	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Cidades europeias	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
15	Tecnologia e Inovação	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
001	Generalização do uso de TIC's	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
002	Incremento da inovação e do conhecimento	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
16	Participação em associações de municípios	24 246,87 €	0,29%	26 198,07 €	0,33%	-1 951,20 €	-7,45%
002	Comunidade Intermun. Região de Coimbra	24 246,87 €	0,29%	26 198,07 €	0,33%	-1 951,20 €	-7,45%
17	Encargos de funcion. de carácter bianual	8 005,62 €	0,10%	9 239,48 €	0,12%	-1 233,86 €	-13,35%
001	Aquisição de bens e serviços	8 005,62 €	0,10%	9 239,48 €	0,12%	-1 233,86 €	-13,35%
TOTAL DAS GOP		8 331 988,16 €	100,00%	7 827 144,22 €	100,00%	504 843,94 €	6,45%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

O quadro anterior reflete exatamente essa comparação entre os dois últimos exercícios, através da qual se demonstram as situações em que existe uma certa continuidade de projetos entre ambos os exercícios, mas também as outras situações que resultam de opções de natureza diferente, em função das condições de financiamento obtidas com recurso a outras proveniências, ou com angariação em concreto de expectativas anteriores mas que só neste ano se tornaram concretizáveis.

Da observação do quadro referente à análise comparativa entre previsão e execução resultam dados relevantes relativamente às taxas de execução obtidas em cada objetivo, sendo certo que, por efeito das modificações aos documentos previsionais levadas a efeito no final do exercício de 2019, ocorreram ajustamentos que permitiram uma maior aproximação entre a situação real de execução financeira e as respetivas dotações previsionais, em consonância com as recomendações do Tribunal de Contas sobre a matéria.

O Objetivo 12 – Descentralização, é o que apresenta uma taxa de realização mais elevada, de 98,05%, logo seguido do Objetivo 16 – Participação em Associações de Municípios, com uma taxa de execução de 96,95%.

Ainda nas realizações com taxa superior a 90%, surgem os objetivos Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, com 95,81%, Defesa do Meio Ambiente, com 95,27% e Segurança e Proteção Civil, com 93,68%.

De todos os objetivos que constituem a GOP, para além dos que não apresentaram qualquer execução, aquele que apresenta a taxa mais baixa é o 05 – Habitação e Urbanismo, com 63,68%, a que não são alheios os atrasos verificados no início da empreitada da Expansão Sul da Zona Industrial de Oliveira do Hospital e na aprovação das candidaturas ainda em falta relacionadas com a execução do PEDU de Oliveira do Hospital.

O segundo quadro, que fornece a perspetiva de análise da evolução verificada no biénio relativamente à despesa paga total refletida nas GOP, mostra também as ponderações, face ao total, de cada um dos objetivos e sua desagregação em Programas.

Destaca-se, desde logo, a posição mais relevante assumida pelo objetivo 07 – Segurança e Proteção Civil, com uma proporção de 29,0% de toda a execução das Grandes Opções do Plano em 2019, a que corresponde a um montante de investimentos nesta área de atividade municipal de 2.415.948,51 € e que deriva essencialmente dos investimentos relacionados com as intervenções de reposição dos danos provocados pelos incêndios de outubro de 2017, quer em relação aos equipamentos e infraestruturas municipais, quer também à regularização fluvial das áreas afetadas.

O Objetivo 02 – Habitação e Urbanização, não obstante ser aquele que apresenta a taxa de execução menos expressiva, reflete um volume de execução real de despesa muito assinalável, com 13,48% de todo o volume das GOP, a que corresponde o valor de 1.123.336,19 € e que resulta da despesa realizada nos projetos em curso integrantes do PEDU de Oliveira do Hospital.



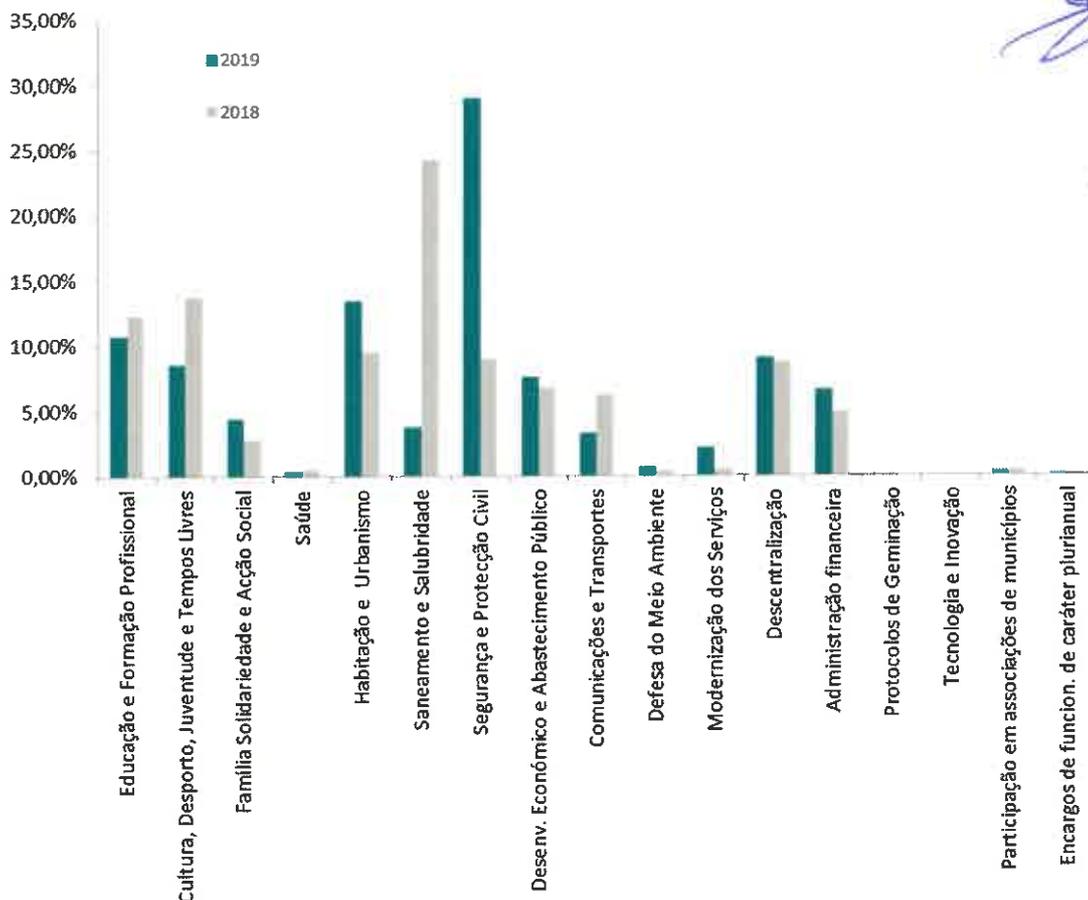
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Nas três posições seguintes surgem os objetivos 01 – Educação e Formação Profissional, 12 – Descentralização e 02 – Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, todos com realizações acima de 700 mil euros cada.

É de prever que, em função do estado de aprovação das operações que beneficiam de co-financiamento comunitário, sejam os objetivos 01 – Educação e Formação Profissional e 05 – Habitação e Urbanismo a apresentar maiores volumes financeiros de realização, dado que é neles que se concentram os projetos de maior dimensão.

A área do Saneamento e Salubridade, que em 2018 apresentou a posição mais relevante, em função dos investimentos realizados em matéria de Saneamento Básico, reflete agora uma posição mais modesta, de apenas 3,73% de toda a execução das Grandes Opções do Plano, exatamente porque 2019 foi já um ano de transição, face à apresentação de novas candidaturas para realização de investimentos de fecho de malha nos locais onde essas necessidades se manifestaram.

Procedendo de seguida a uma análise englobando uma perspetiva de comparabilidade com o exercício de 2018, a mesma pode ser observada no gráfico seguinte, que organiza cada um dos objetivos das GOP de acordo com as ponderações obtidas, respetivamente, nos exercícios de 2019 e de 2018.





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Assinala-se que as maiores discrepâncias em termos percentuais, com maior variação em 2019 face a 2018, ocorrem precisamente no Objetivo 07 – Segurança e Proteção Civil, com um acréscimo de 243,65%, equivalente a mais 1.712.925,03 € e no Objetivo 05 – Habitação e Urbanização, que cresce 50,39% em termos relativos e 376.403,67 € em termos absolutos, ou seja, aqueles que apresentam o maior volume relativo face à totalidade das Grandes Opções do Plano.

Em valores absolutos, a maior variação negativa é precisamente a que se relaciona com o Objetivo 06 – Saneamento e Salubridade, com – 1.588.639,13 € (- 83,65%), pelas mesmas razões atrás indicadas.

Para além disso, o mesmo gráfico permite ainda observar o peso relativo de cada um dos objetivos das GOP relativamente à totalidade da despesa refletida neste documento constituinte das demonstrações financeiras e onde são relevantes as ponderações obtidas em 2019 no Objetivo 07 – Segurança e Proteção Civil, no Objetivo 05 – Habitação e Urbanismo e também nos objetivos 01 – Educação e Formação Profissional, 02 – Cultura, Desporto, Juventude e Tempos Livres, 12 – Descentralização e 08 – Desenvolvimento Económico e Abastecimento Público.

E permite, ao mesmo tempo, identificar as alterações de opções, em termos de prioridades, que se verificaram de 2018 para 2019, em consequência do maior desenvolvimento de alguns projetos que beneficiaram da sua aprovação em termos de co-financiamento comunitário e que, por isso, já puderam apresentar volumes consideráveis de realização.

Ao longo do ano de 2019 foram levadas a efeito modificações orçamentais destinadas a operar movimentos de transferência de verbas de uns projetos para outros e que, relativamente às GOP, alteraram o seu valor global através da incorporação parcial do saldo da gerência anterior, mas também com anulações resultantes da revisão das previsões orçamentais ao nível da receita, que se projetaram nas previsões de despesas incluídas nas Grandes Opções do Plano e nas taxas de execução de cada um dos projetos e suas ações.

No caso das Grandes Opções do Plano, como um todo, a situação está refletida no quadro seguinte, que permite verificar que do montante total de saldo da gerência anterior, no valor de 2.490.122,17 €, foi aplicado em reforços nas GOP o valor de 1.190.122,17 €, do que resultou um aumento de 5,47%, face ao valor de 21.753.188,00 € de dotações iniciais. Atendendo a um volume total de diminuições efetuadas nas diversas modificações ocorridas durante o exercício, no montante total de -12.956.243,00 €, o valor de dotações corrigidas e finais ficou em 9.987.067,17 €.

GOP - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Incrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
TOTAIS DO PPI	21 753 188,00 €	1 190 122,17 €	-12 956 243,00 €	-11 766 120,83 €	9 987 067,17 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS					-54,09%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO - ORÇAMENTO

Importa agora proceder a uma análise ao grau de cumprimento do Orçamento Municipal aprovado para o ano económico de 2019, tanto em relação à receita, como em relação à despesa e observando, para uma e para outra, a realização face aos valores que tinham sido orçamentados, bem como a execução comparada com o ano económico anterior.

Assim, no que respeita à execução orçamental em termos globais e como já tínhamos anteriormente referido, as receitas totais de 2019 tornaram-se, pelo terceiro ano consecutivo, as maiores receitas de sempre, superando aquele que tinha sido o melhor registo do Município, ocorrido no exercício anterior de 2011, ano em que tinha sido obtido pela primeira vez um valor superior a 17 milhões de euros.

Ou seja, com o montante de 17.486.274,07 € em 2017, o Município de Oliveira do Hospital tinha conseguido suplantar o ano de 2011 em mais 246.411,66 €, sendo que este total subiu em 2018 para 18.851.980,68 € e sobre agora, em 2019 para quase 19,9 milhões de euros (+ 5,51%), muito por efeito da incorporação do saldo da gestão anterior, no montante já referido de 2.490.122,17 €, mas também dos aumentos verificados em receitas correntes, com mais 676.721,31 € (5,06%) e em Transferências de capital, com mais 592.822,40 € (21,65%).

No que respeita às despesas totais a situação é digna do maior destaque, no sentido em que 2019 representa o maior de todos os valores de sempre em termos de realização de despesas por parte do Município de Oliveira do Hospital. Com um volume total de despesas pagas de 17.657.123,94 €, ultrapassa aquele que era o melhor valor até hoje atingido, realizado no ano de 2011 e que chegou a 16.931.871,17 €.

Ou seja, a circunstância de finalmente se terem desbloqueado diversas situações em termos de co-financiamento dos projetos de maior importância estratégica, permitiu que este nível de realização fosse possível e que atingirá nova dimensão no corrente exercício de 2020.

RECEITA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Receita		Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Receita		Variações e taxas de execução	
Classif.	Designação			%	Cobrada Líquida	€	%
01	Impostos directos	2 702 250,00 €	2 702 250,00 €	0,00%	2 793 976,78 €	91 726,78 €	103,39%
02	Impostos indirectos	187 400,00 €	148 400,00 €	-20,81%	104 298,23 €	-44 101,77 €	70,28%
04	Taxas, multas e outras penalidades	466 600,00 €	191 600,00 €	-58,94%	172 145,74 €	-19 454,26 €	89,85%
05	Rendimentos da propriedade	791 000,00 €	753 000,00 €	-4,80%	682 098,08 €	-70 901,92 €	90,58%
06	Transferências correntes	9 329 850,00 €	7 658 150,00 €	-17,92%	7 495 785,49 €	-162 364,51 €	97,88%
07	Venda de bens e serviços correntes	3 070 945,00 €	3 066 945,00 €	-0,13%	2 787 851,42 €	-279 093,58 €	90,90%
08	Outras receitas correntes	1 038 000,00 €	38 000,00 €	-96,34%	21 397,31 €	-16 602,69 €	56,31%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES		17 586 045,00 €	14 558 345,00 €	-17,22%	14 057 553,05 €	-500 791,95 €	96,56%
09	Venda de bens de investimento	89 000,00 €	30 000,00 €	-66,29%	10 401,60 €	-19 598,40 €	34,67%
10	Transferências de capital	14 366 693,00 €	4 511 150,00 €	-68,60%	3 331 115,36 €	-1 180 034,64 €	73,84%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
12	Passivos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%
13	Outras receitas de capital	14 500,00 €	500,00 €	-96,55%	0,00 €	-500,00 €	0,00%
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		14 470 193,00 €	4 541 650,00 €	-68,61%	3 341 516,96 €	-1 200 133,04 €	73,37%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	4 000,00 €	4 000,00 €	0,00%	1 059,21 €	-2 940,79 €	26,48%
16	Saldo da gestão anterior	0,00 €	2 490 122,17 €	0,00%	2 490 122,17 €	0,00 €	100,00%
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		4 000,00 €	2 494 122,17 €	622,305%	2 491 181,38 €	-2 940,79 €	-0,12%
TOTAL DE RECEITAS E TAXA DE EXECUÇÃO		32 060 238,00 €	21 594 117,17 €	-32,65%	19 890 251,39 €	-1 703 865,78 €	92,11%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS RECEITAS							92,11%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Em termos de análise comparativa entre previsão e execução, o grau de cumprimento das previsões verificado em 2019 é mais forte do lado das receitas, com 92,11%, do que do lado das despesas, que registaram uma taxa de execução de 81,77%.

Dentro das receitas, o nível de cumprimento das receitas correntes é uma vez mais muito superior ao das receitas de capital, com 96,56% nas correntes e 73,57% nas receitas de capital. Grande parte da explicação para a menor execução nas receitas de capital encontra-se nos atrasos que normalmente afetam os fluxos financeiros dos projetos beneficiários de financiamentos no âmbito do Portugal 2020, não apenas porque o seu início efetivo depende da obtenção de Visto do Tribunal de Contas nos respetivos contratos de empreitada e estes não são possíveis de obter sem que, antes, as respetivas candidaturas tenham sido beneficiárias de aprovação por parte das autoridades de gestão de cada programa setorial, mas também porque a obtenção de comparticipações está dependente da apresentação dos respetivos pedidos de pagamento, os quais têm que conter valor de despesa elegível cuja comparticipação não pode ser inferior a 10% do total da comparticipação aprovada para o projeto. Ou seja, é necessária alguma acumulação de despesa realizada até que haja um volume suficiente para que os pedidos de pagamento possam dar lugar ao recebimento efetivo de comparticipações.

Numa observação mais detalhada, verificaram-se algumas situações que merecem o devido destaque, desde logo, a constatação de que as taxas de execução mais elevadas podem ser observadas em Impostos diretos, com 103,39%, cuja receita efetiva foi de 2.793.976,78 €; em Transferências correntes, com 97,88% e a que corresponde um valor absoluto de receita de 7.495.785,49 €; e em Venda de bens e serviços correntes, com 99,90% e com uma receita total de 2.787.851,42 €.

O valor indicado em Transferências correntes tem um elevado contributo das receitas do FEF corrente, no montante total de 7.039.950,00 €, contributo esse que tem uma proporção de 93,92%.

Em quase todos os agregados se verifica uma considerável correspondência entre os valores previstos e a efetiva arrecadação de receitas, sendo que, em valores absolutos, as maiores diferenças ocorrem em Transferências de capital, com – 1.180.034,64 €, em Venda de bens e serviços correntes, com – 279.093,58 € e em Transferências correntes, com – 162.364,51 €.

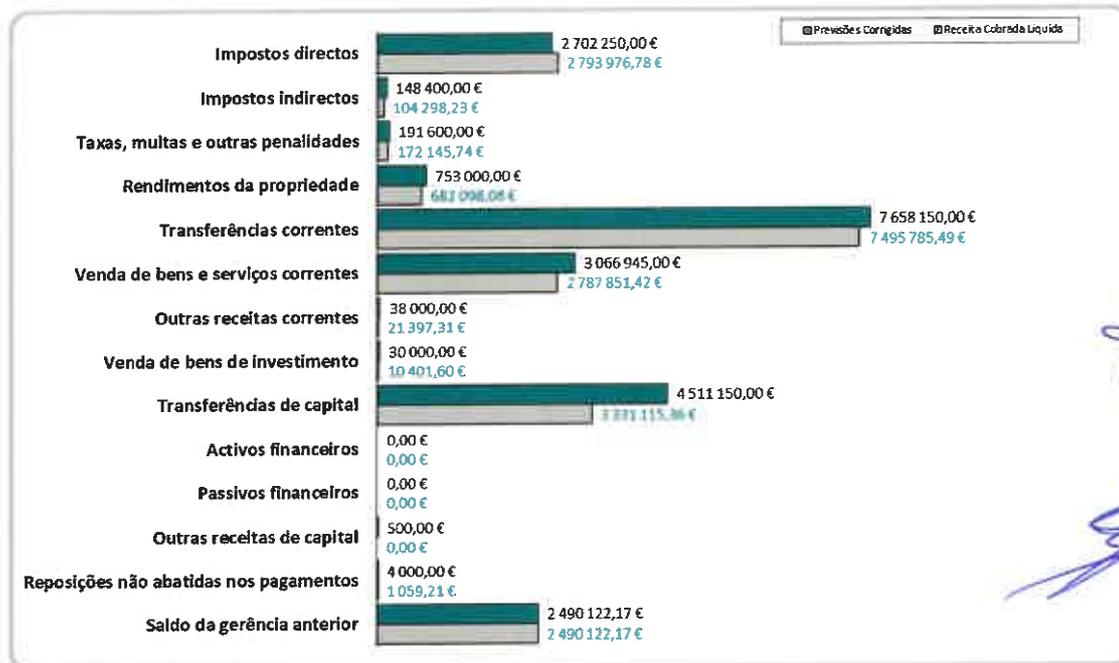
Por seu lado, a única diferença positiva, ou seja, a única situação em que o valor de receitas efetivas é superior à respetiva previsão, é a referente a Impostos diretos, com um acréscimo de 91.726,78 €.

No grupo das receitas de capital e por razões idênticas às que referimos imediatamente atrás, embora em escala muito superior, uma vez que decorre da dificuldade de previsão relativa à execução temporal de projetos de investimentos, que é muito condicionada por situações externas e sem qualquer domínio por parte da Câmara Municipal, a maior diferença entre previsão e execução ocorre em Transferências de capital, como já referimos, cuja rubrica foi realizada com um montante total de 3.331.115,36 € e que, como já referimos é superior em 592.822,40 € (+ 21,65%) ao valor arrecadado em 2018.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Pelo gráfico seguinte, que apresenta o registo das diferenças entre previsões corrigidas e receita cobrada líquida, são possíveis de observar as situações cujas diferenças são de maior expressão absoluta.



Por seu turno, o gráfico seguinte evidencia também a evolução da receita desde 1997, com comparação da situação até ao ano de 2019 e no qual é bem visível o maior volume de receitas dos últimos três anos face ao melhor resultado que os tinha antecedido no ano de 2011.

Merece também alguma relevância o facto de o valor em 2019 ter um acréscimo de 1.038.270,71 € (+5,51%), que é ligeiramente inferior ao valor de 1.365.706,61 € que reflete o aumento de 2017 para 2018, sendo que, nesse ano de 2017, a diferença para o então melhor ano de 2011 era de apenas 246.411,66 €.

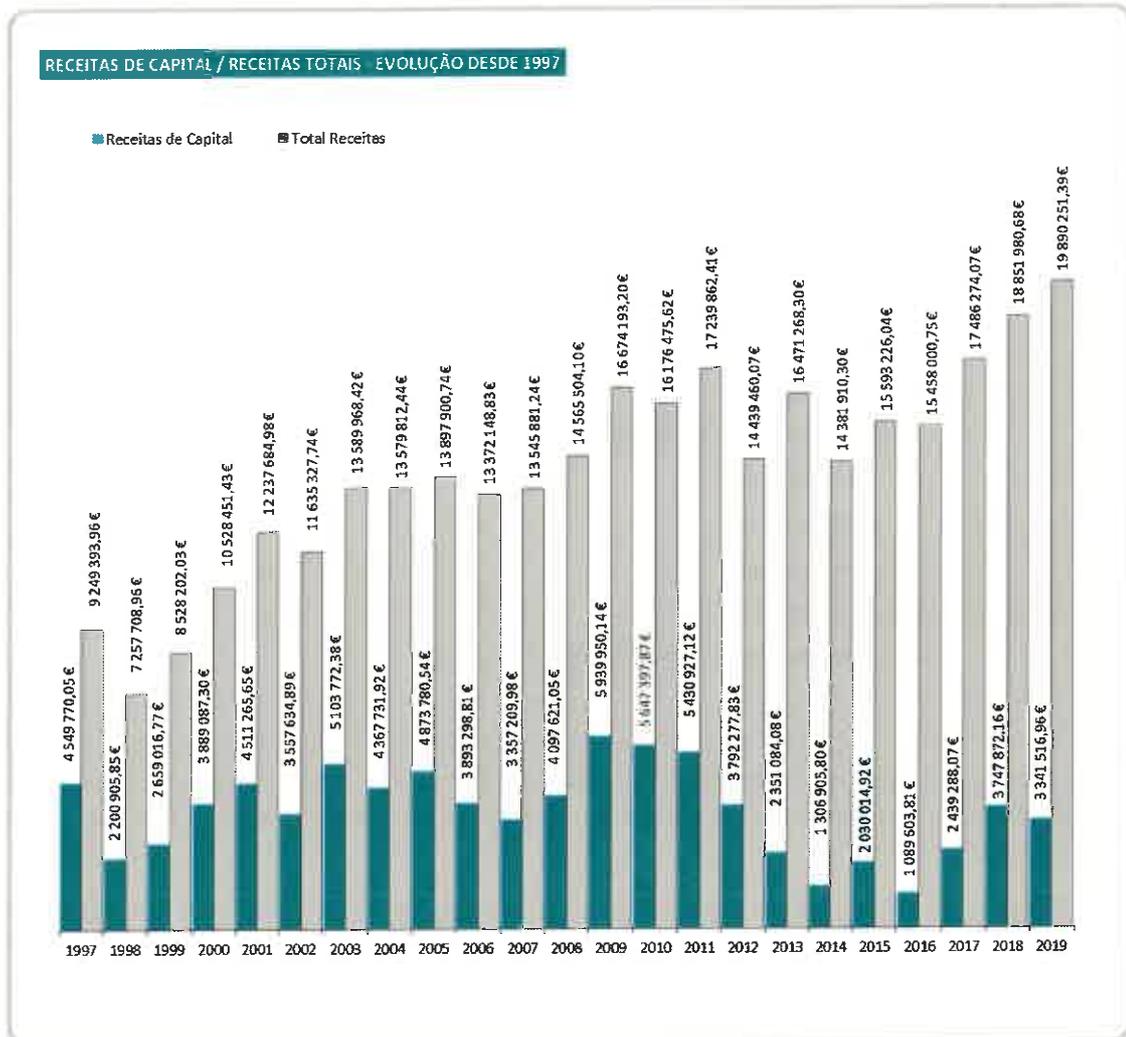
Por outro lado, se em 2011 o valor de receitas de capital representava 31,50% do total das receitas desse ano, sendo mesmo, ainda hoje, o terceiro maior registo em receitas de capital depois de 2009 e de 2010, em 2017 essa proporção foi de apenas 13,95%, em 2018 de 19,88% e em 2019 é de apenas 16,80%. É certo que os anos de 2013 e seguintes foram marcados por um forte decréscimo nas transferências do Orçamento de Estado e por uma alteração drástica nas proporções das partes de receitas correntes e de receitas de capital no conjunto do Fundo de Equilíbrio Financeiro, mas nem isso deprecia o mérito inerente ao grande acréscimo de receitas ocorrido em 2018 e em 2019 e que está intimamente ligado ao acréscimo ocorrido em transferências de capital, com mais 1.306.465,69 € em 2018 e com mais 592.822,40 € em 2019.

Naturalmente que com o desenvolvimento em concreto das principais operações de investimento que beneficiarão de co-financiamentos comunitários em 2020 e em 2021, esta situação tem tendência a melhorar um pouco nos próximos dois anos, para depois



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

decrecer novamente até que estejamos perante um novo período de financiamentos comunitários que abrangerá o período 2020-2030.



Como podemos observar também, o maior pico de arrecadação de receitas de capital ocorreu nos anos de 2009, 2010 e 2011, que têm um elevado contributo de receitas provenientes dos fundos comunitários, mas também a influência da maior fatia de receitas de capital que então ainda estavam incluídas no total das transferências do Orçamento de Estado e que atualmente têm um peso muito inferior face às transferências correntes provenientes da mesma fonte de financiamento.

Em termos absolutos e ainda no que respeita à receita, a comparação com o ano de 2018 está demonstrada no quadro seguinte, onde se verifica que, em termos globais, a execução do ano de 2019 apresenta o já referido acréscimo de 1.038.270,71 € (+5,51%), obtido, como já foi referido também, à custa dos aumentos de receitas em Transferências de capital e em Transferências correntes, mas também em Venda de bens e serviços correntes e, sobretudo, no saldo da gerência anterior, que representa quase 10% de toda a execução orçamental da receita.

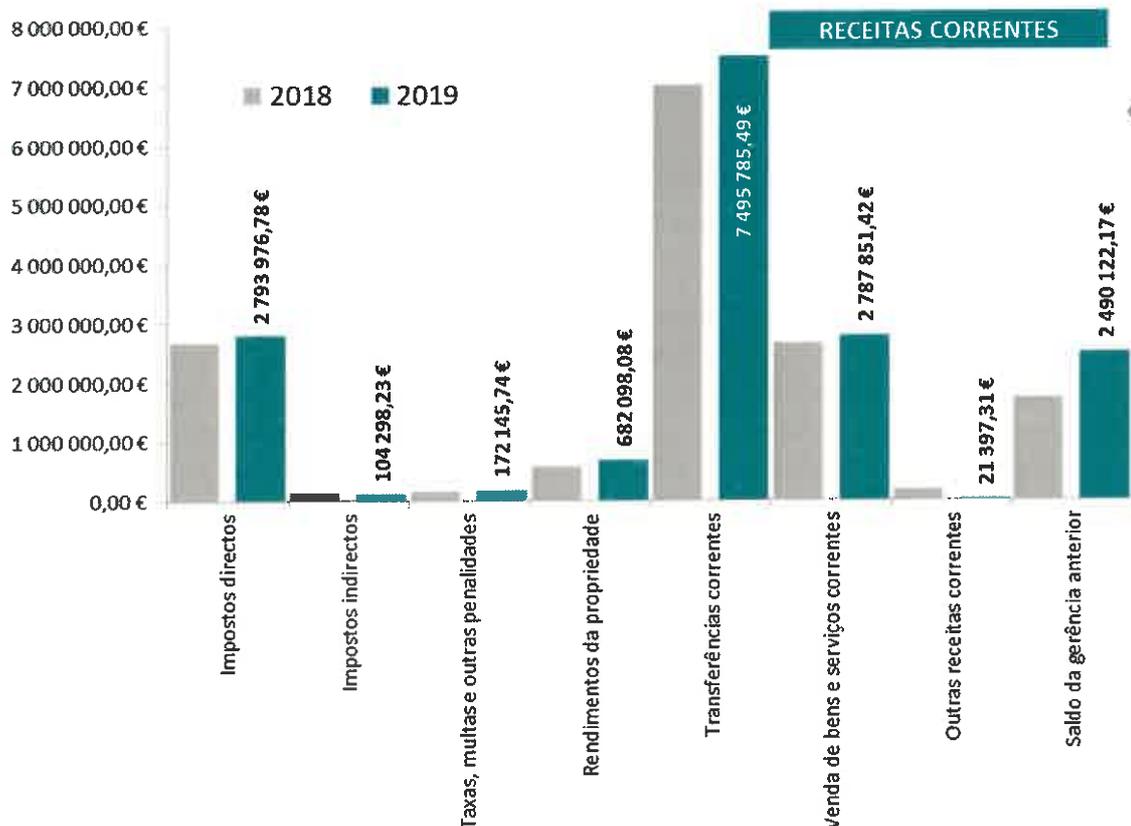


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

RECEITA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL						
Classif. Económica da Receita		Receita Cobrada	Ponderações	Receita Cobrada	Ponderações	Variações (2019-2018)
Classif.	Designação	Líquida (2019)	%	Líquida (2018)	%	€ %
01	Impostos directos	2 793 976,78 €	14,05%	2 668 604,38 €	14,16%	125 372,40 € 4,70%
02	Impostos indirectos	104 298,23 €	0,52%	127 574,43 €	0,68%	-23 276,20 € -18,25%
04	Taxas, multas e outras penalidades	172 145,74 €	0,87%	158 918,23 €	0,84%	13 227,51 € 8,32%
05	Rendimentos da propriedade	682 098,08 €	3,43%	575 240,41 €	3,05%	106 857,67 € 18,58%
06	Transferências da propriedade	7 495 785,49 €	37,69%	7 016 835,89 €	37,22%	478 949,60 € 6,83%
07	Venda de bens e serviços correntes	2 787 851,42 €	14,02%	2 652 105,04 €	14,07%	135 746,38 € 5,12%
08	Outras receitas correntes	21 397,31 €	0,11%	181 553,36 €	0,96%	-160 156,05 € -88,21%
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES		14 057 553,05 €	70,68%	13 380 331,74 €	70,98%	676 221,31 € 5,06%
09	Venda de bens de investimento	10 401,60 €	0,05%	9 579,20 €	0,05%	822,40 € 8,59%
10	Transferências de capital	3 331 115,36 €	16,75%	2 738 292,96 €	14,53%	592 822,40 € 21,65%
11	Activos financeiros	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 € 0,00%
12	Passivos financeiros	0,00 €	0,00%	1 000 000,00 €	5,30%	-1 000 000,00 € -100,00%
13	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 € 0,00%
TOTAL DE RECEITAS DE CAPITAL		3 341 516,96 €	16,80%	3 747 872,16 €	19,88%	-406 355,20 € -10,84%
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1 059,21 €	0,01%	3 453,04 €	0,02%	-2 393,83 € -69,33%
16	Saldo da gerência anterior	2 490 122,17 €	12,52%	1 719 823,74 €	9,12%	770 298,43 € 44,79%
TOTAL DE OUTRAS RECEITAS		2 491 181,38 €	12,52%	1 723 276,76 €	9,14%	767 904,60 € 44,56%
TOTAL DE RECEITAS		19 890 251,39 €	100,00%	18 851 980,68 €	100,00%	1 038 270,71 € 5,51%

Merece igualmente uma referência destacada o facto do exercício de 2019 refletir, em comparação com 2018, uma diminuição de 1 milhão de euros em receita proveniente de Passivos financeiros, uma vez que no ano de 2019 não houve qualquer utilização de verbas relativas a empréstimos bancários.



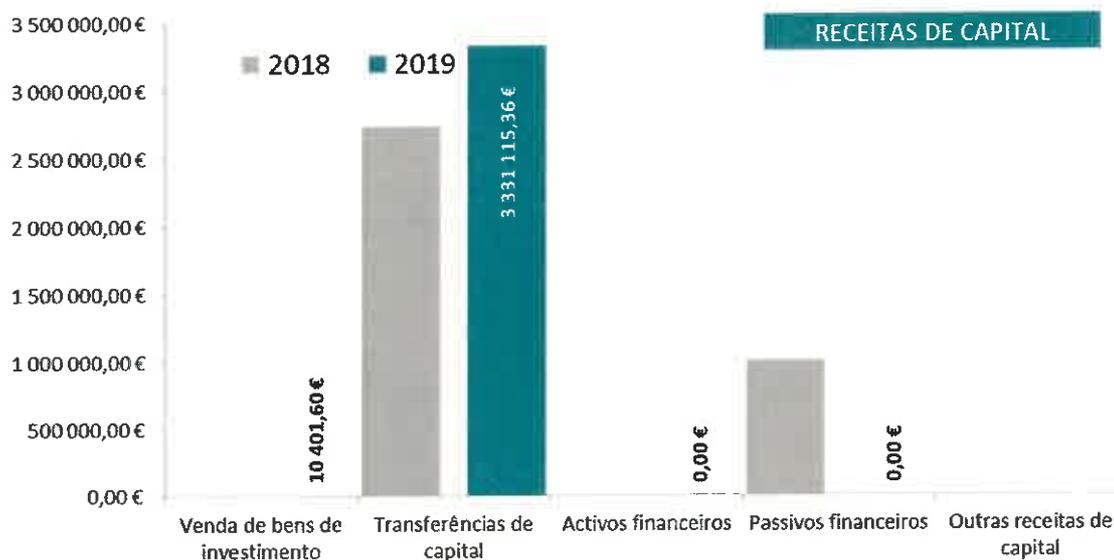


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Analisando graficamente as maiores diferenças nas receitas correntes, é precisamente a situação referente ao saldo da gerência anterior a que se destaca em termos de comparação entre os valores de 2019 e de 2018.

Pela sua dimensão relativa face à totalidade das receitas correntes, mas também pelo crescimento que registou entre 2019 e 2018, as Transferências correntes destacam-se relativamente às restantes rubricas.

No que respeita às receitas de capital e como já referimos antes, a rubrica de Transferência de capital tem uma expressão significativa, não só em termos comparativos com o total das receitas de capital, mas também na posição relativa que ocupa em todo o volume de receitas do ano de 2019, em que representa 16,75% destas.



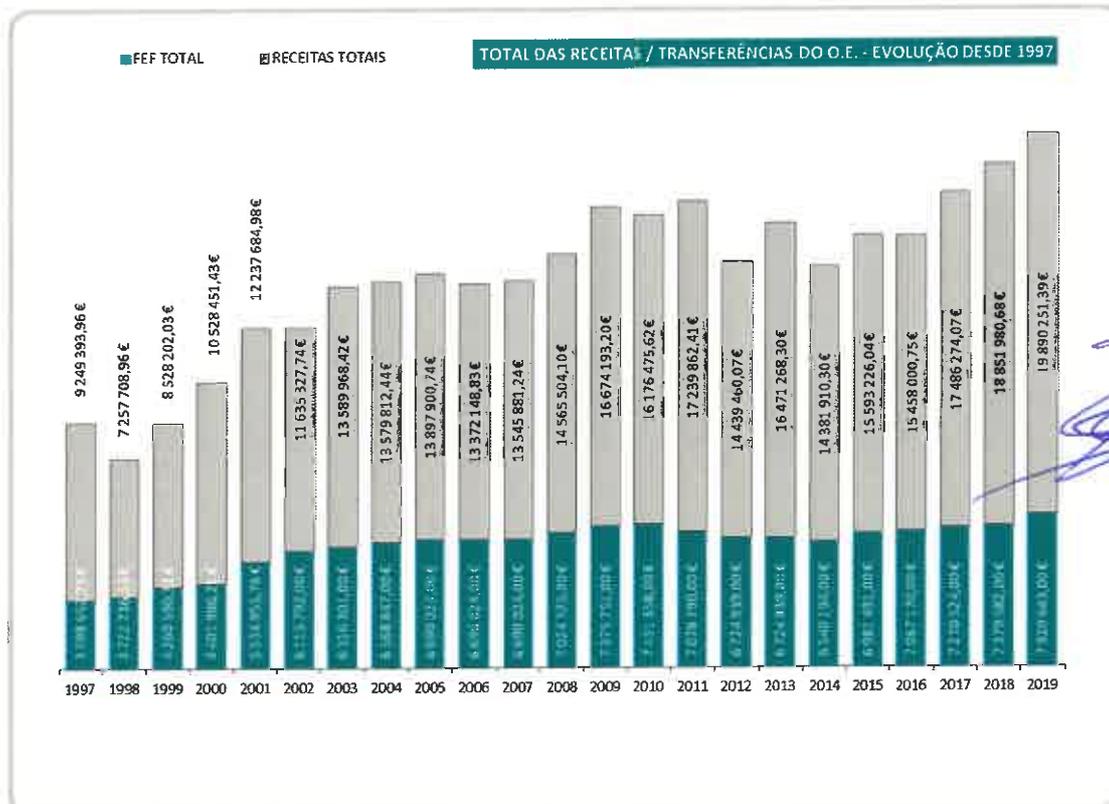
O acréscimo da parte de receitas de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro foi de apenas 33.354,00 € (+ 5,17%), sem considerar para este aumento a parte que diz respeito à aplicação do artigo 35.º da Lei das Finanças Locais. Considerando estas receitas, que não têm um carácter regular e continuado, o aumento total das receitas de capital na comparação com o exercício anterior, foi de 235.766,00 € (+ 36,56%). Trata-se de um acréscimo significativo, que afetou positivamente a realização das receitas e das despesas no exercício de 2019, mas que não altera a posição do Município em termos da sua grande dependência face às outras Transferências de Capital.

Isto é, sem um volume significativo de financiamentos comunitários provenientes das candidaturas aos programas do Portugal 2020, em reforço das verbas provenientes das transferências do Orçamento de Estado, a capacidade de realização de investimentos por parte do Município ficaria drasticamente afetada e a execução da despesa não traduziria muito mais do que a realização dos compromissos regulares em termos de manutenção das infraestruturas e equipamentos existentes e no apoio ao funcionamento dos principais serviços e equipamentos públicos de atendimento das necessidades comuns dos cidadãos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

O gráfico seguinte apresenta, de forma clara, o grau de dependência do orçamento municipal em relação ao Orçamento de Estado, sendo que, neste ano de 2019, as transferências do Orçamento de Estado sob a forma de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS representaram apenas 39,82%, quando em anos anteriores a expressão dessa dependência foi sempre superior a 40% e quase sempre superior a 45%, como foram os casos de 2016, 2014, 2012 e 2010.



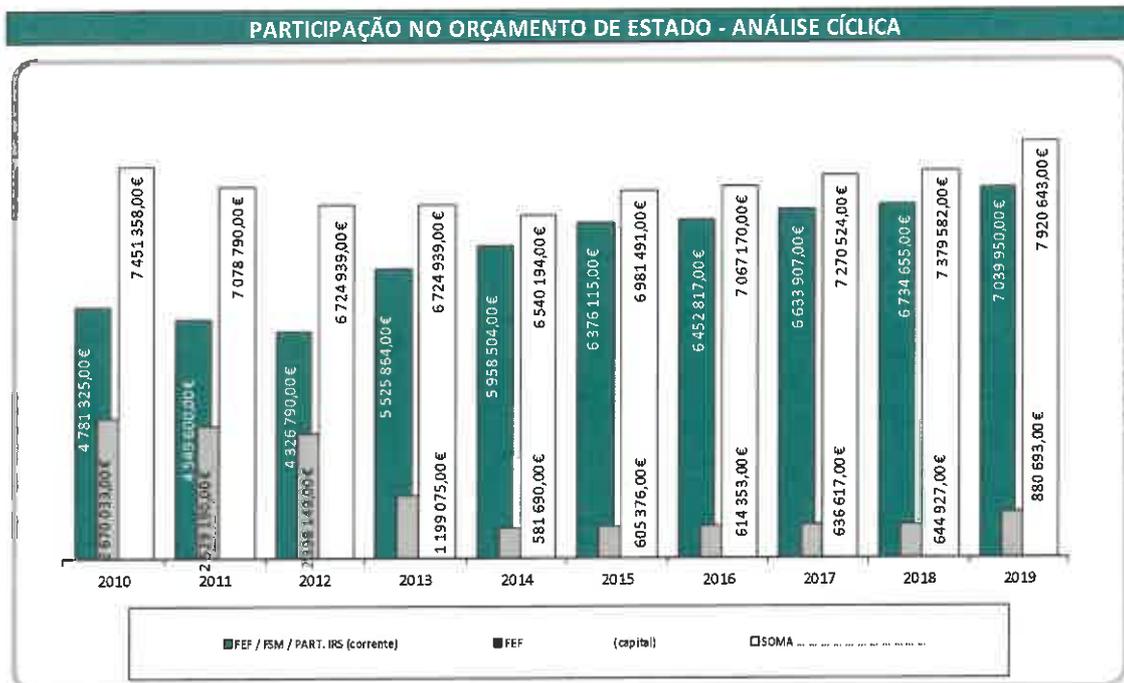
É também de assinalar que este aumento das receitas e a tendência de redução da dependência do orçamento municipal em relação ao Orçamento de Estado não são consequência de um forte aumento das receitas próprias e, portanto, da sobrecarga de impostos e taxas sobre os munícipes oliveirenses, uma vez que aquelas receitas que dependem diretamente de decisões dos órgãos autárquicos locais, como é o caso das Taxas, multas e outras penalidades, apenas apresentam um acréscimo absoluto de 13.227,51 € e relativo de 8,32%.

O que se verifica é uma crescente capacidade de captação de outras fontes de financiamento externo que não ponham em causa a relação de proteção dos seus residentes face às suas obrigações tributárias de incidência autárquica que a Câmara Municipal tem sabido e conseguido manter, apesar das contingências e como, aliás, podem muitos munícipes testemunhar já durante o corrente ano de 2020, nomeadamente em relação aos benefícios tributários que têm sido concedidos no âmbito da situação de pandemia em que vivemos.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Aliás, como se observa no gráfico seguinte, que apresenta a evolução do FEF ao longo dos últimos 10 anos, só em 2019 foi possível alcançar, e exceder ligeiramente o maior valor total de transferência do Orçamento do Estado, que se tinha registado em 2010.



Ou seja, o foco tem sido muito maior na procura de soluções de eficiência e sustentabilidade nos gastos de carácter regular e de captação de receitas externas, do que procurar o equilíbrio apenas por meio de atualizações tarifárias dos principais serviços prestados às populações.

Outro dos dados que é possível observar no quadro seguinte, é o de que é bastante modesto o aumento ocorrido nas receitas provenientes de Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS, que representa um acréscimo de 7,33%, equivalente a um valor absoluto de 541.061,00 €, ou seja, apenas 2,72% de toda a execução orçamental.

PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO DE ESTADO - ANÁLISE CÍCLICA

Designação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
FEF / FSM / PART. IRS (corrente)	4 781 325,00 €	4 549 600,00 €	4 326 790,00 €	5 525 864,00 €	5 958 504,00 €	6 376 115,00 €	6 452 817,00 €	6 633 907,00 €	6 734 655,00 €	7 039 950,00 €
FEF (capital)	2 670 033,00 €	2 529 190,00 €	2 398 149,00 €	1 199 075,00 €	581 690,00 €	605 376,00 €	614 353,00 €	636 617,00 €	644 927,00 €	880 693,00 €
SOMA	7 451 358,00 €	7 078 790,00 €	6 724 939,00 €	6 724 939,00 €	6 540 194,00 €	6 981 491,00 €	7 067 170,00 €	7 270 524,00 €	7 379 582,00 €	7 920 643,00 €
Variação %	1,03%	-4,62%	-5,00%	0,00%	-4,15%	6,74%	2,31%	1,88%	1,50%	7,33%

Graficamente, a evolução das duas componentes da participação financeira no Orçamento de Estado num período de 10 anos, separadas entre receitas correntes relativas a Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS e receitas de capital compostas exclusivamente por Fundo de Equilíbrio Financeiro (parte de capital), evidencia ainda a degradação que ocorreu no volume de transferências de capital oriundas diretamente do Orçamento de Estado e que, apesar de alguma reposição, face ao melhor valor antes dos cortes, e da entrada extraordinária de receitas de capital ocorrida em 2019, não reflete a recuperação do que deveria ter



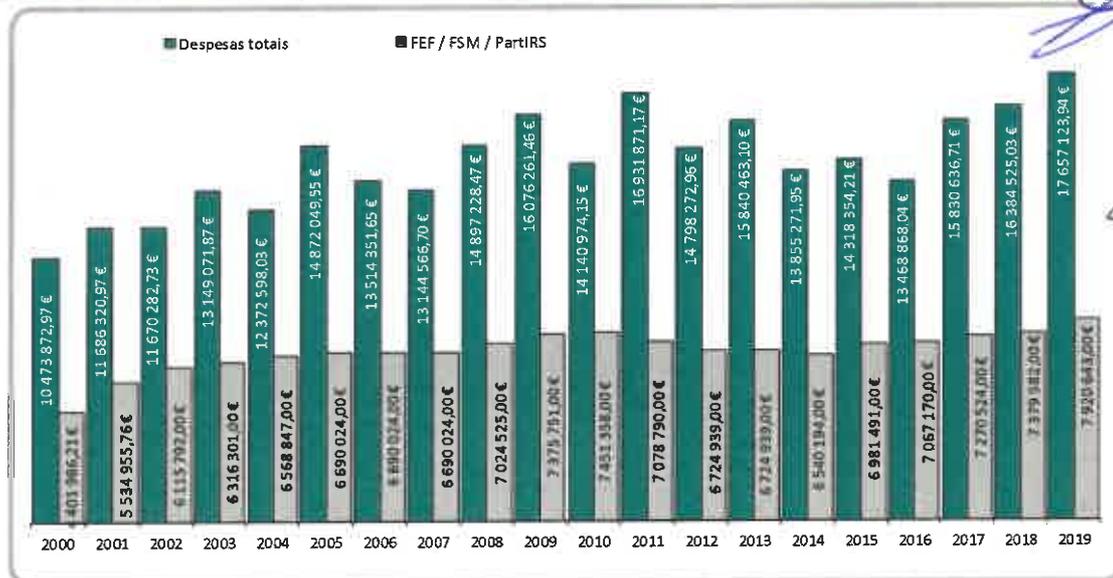
MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

acontecido em termos de atualizações anuais do volume global das transferências do Orçamento de Estado.

Esta situação é tanto mais significativa quanto é verdade que as despesas de caráter regular, cuja cobertura advém precisamente do Orçamento de Estado, como sejam as despesas e encargos com pessoal e os encargos de funcionamento com instalações e serviços prestados às populações, têm sido objeto de aumentos anuais, sem o devido acompanhamento em termos de aumento das transferências da administração central.

Sendo também de realçar que os últimos anos têm colocado sobre os ombros das autarquias a responsabilidade pela solução de problemas que eram da competência da administração central ou dos serviços desconcentrados do Estado na Região, sejam aquelas que derivam de situações de carências provocadas pela crise económica de 2012/2013, sejam os que, resultantes de catástrofes naturais e, agora, da crise sanitária do COVID-19, levaram a que as autarquias se colocassem na linha da frente da resposta direta às necessidades das pessoas e entidades afetadas, ou ainda das situações em que as transferências formais de competências não foram suficientemente compensadas com aumentos nos fluxos financeiros.

EVOLUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DE ESTADO E DAS DESPESAS - ANÁLISE CÍCLICA



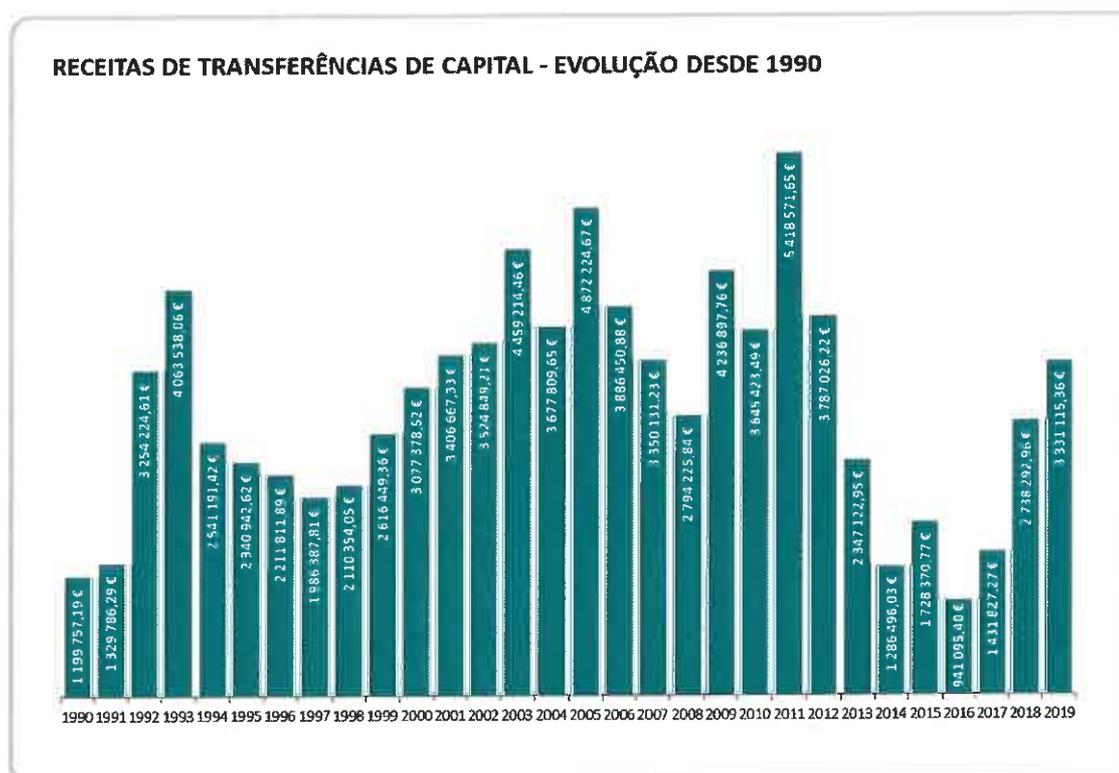
Noutra perspetiva de análise, também bastante representativa da estrutura de financiamento das autarquias locais, em particular das que não podem angariar a mesma proporção de receitas próprias, nomeadamente pela via da tributação do imobiliário, que é obtida pelos principais municípios do litoral, confirma-se a elevada dependência das transferências do Orçamento de Estado e em que é bem visível o peso relativo dessas transferências no total da despesa realizada em cada exercício. Ou seja, é bastante claro que as maiores variações ocorridas no nível de despesa não resultam tanto de variações positivas ou negativas do FEF, mas da capacidade de afetar outros recursos financeiros, com particular destaque para os financiamentos externos não reembolsáveis, como são, em primeira instância, os fundos comunitários.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

O gráfico seguinte apresenta, para o período entre 1990 e 2018, o registo anual das receitas relativas a Transferências de capital e que, apesar de conterem nos seus totais anuais o valor que em cada ano foi transferido pelo Orçamento de Estado como parte de receitas de capital do Fundo de Equilíbrio Financeiro, apresenta variações muito mais irregulares do que as verificadas nas transferências do FEF.

O que demonstra que o desempenho ao nível da realização de despesas de investimentos depende mais da capacidade de obtenção de fundos comunitários, ou da capacidade de retenção de recebimentos para aplicação em exercício futuros, que se reflete nos saldos das gerências anteriores, do que propriamente das transferências do Orçamento de Estado.



Chegada a oportunidade de proceder a uma análise mais detalhada à realização orçamental ao nível das despesas, podemos observar, pelo quadro seguinte, que as despesas apresentam uma taxa de execução de 81,77%, que não decorre de uma diminuição das despesas em valores absolutos, uma vez que estas até cresceram quase 1,3 milhões de euros, mas de uma maior diferença do lado da despesa, face às respetivas previsões orçamentais corrigidas, do que do lado das receitas.

As despesas correntes apresentam uma taxa de concretização ligeiramente superior, de 82,10%, como é comum em todos os exercícios, dada a maior capacidade de previsão deste tipo de despesas, ao passo que as despesas de capital previstas no orçamento conseguiram ser cumpridas numa proporção de 81,10%.

De todas as rubricas, a que apresentou maior proximidade entre previsões corrigidas e despesa paga total foi a rubrica de Passivos financeiros, com 98,79% de taxa de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

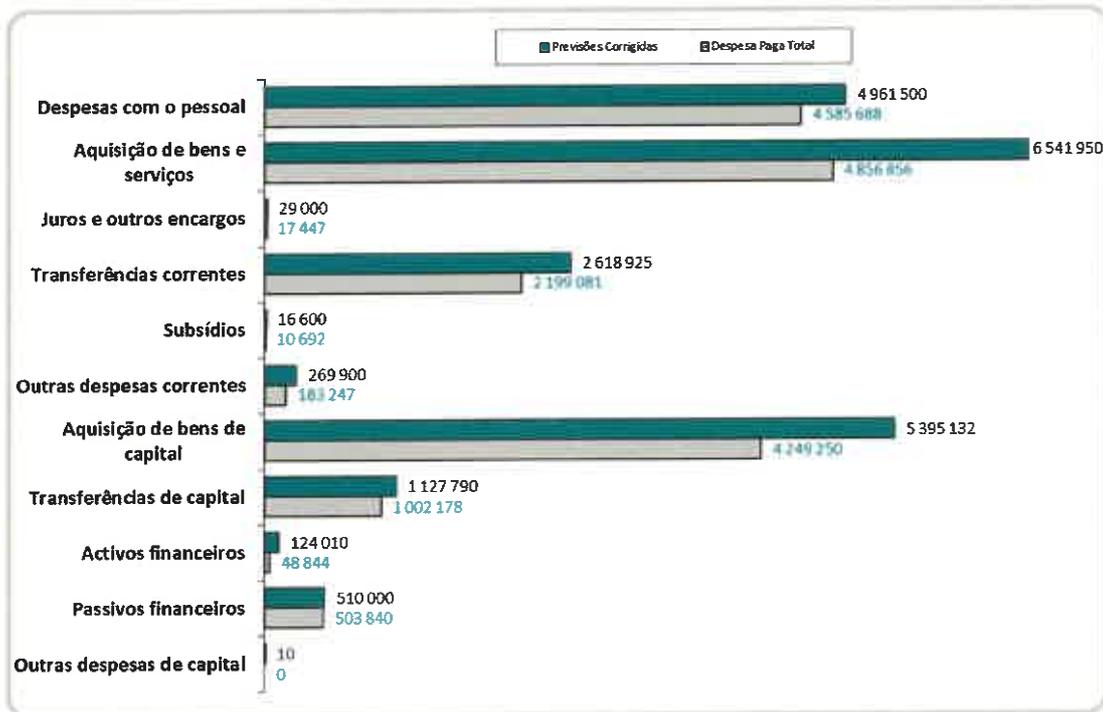
CÂMARA MUNICIPAL

execução, logo seguida da rubrica de Despesas com o pessoal, com uma taxa de realização de 92,43%.

DESPESA - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE PREVISÃO E EXECUÇÃO							
Classif. Económica da Despesa		Previsões Iniciais	Previsões corrigidas	Variação Previsões %	Despesa Paga Total	Variações e taxas de execução	
Classif	Designação					€	%
01	Despesas com o pessoal	4 953 600,00 €	4 961 500,00 €	0,16%	4 585 688,01 €	-375 811,99 €	92,43%
02	Aquisição de bens e serviços	5 367 400,00 €	6 541 950,00 €	21,88%	4 856 855,89 €	-1 685 094,11 €	74,24%
03	Juros e outros encargos	34 000,00 €	29 000,00 €	-14,71%	17 447,18 €	-11 552,82 €	60,16%
04	Transferências correntes	3 061 600,00 €	2 618 925,00 €	-14,46%	2 199 081,24 €	-419 843,76 €	83,97%
05	Subsídios	20 000,00 €	16 600,00 €	-17,00%	10 692,35 €	-5 907,65 €	64,41%
06	Outras despesas correntes	285 000,00 €	269 900,00 €	-5,30%	183 247,39 €	-86 652,61 €	67,89%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		13 721 600,00 €	14 437 825,00 €	5,22%	11 853 012,06 €	-2 584 812,94 €	82,10%
07	Aquisição de bens de capital	15 933 000,00 €	5 395 132,17 €	-66,14%	4 249 250,12 €	-1 145 882,05 €	78,76%
08	Transferências de capital	1 792 950,00 €	1 127 790,00 €	-37,10%	1 002 177,50 €	-125 612,50 €	88,86%
09	Activos financeiros	100 188,00 €	124 010,00 €	23,78%	48 844,00 €	-75 166,00 €	39,39%
10	Passivos financeiros	510 000,00 €	510 000,00 €	0,00%	503 840,26 €	-6 159,74 €	98,79%
11	Outras despesas de capital	2 500,00 €	10,00 €	-99,60%	0,00 €	-10,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		18 338 638,00 €	7 156 942,17 €	-60,77%	5 804 111,88 €	-1 332 830,29 €	81,10%
TOTAL DE DESPESAS E TAXA DE EXECUÇÃO		32 060 238,00 €	21 594 817,17 €	-32,64%	17 657 123,94 €	-3 931 694,23 €	81,77%
TAXA DE EXECUÇÃO GLOBAL DAS DESPESAS							81,77%

Analisando as variações ocorridas em cada um dos capítulos da despesa face às previsões orçamentais, é mais significativa, pela negativa, a taxa de realização no Capítulo Económico 09 – Ativos financeiros, o qual, além de ter sido executado um valor mais reduzido do que habitualmente, no que se refere à participação no FAM – Fundo de Apoio Municipal, com apenas 48.844,00 €, também não foi concretizada em 2019 a subscrição efetiva da participação social na empresa multimunicipal de saneamento básico em baixa.

O gráfico seguinte ilustra boa parte das realidades que determinam as razões pelas quais alguns dos agregados apresentam taxas de execução muito inferiores.





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Para além disso, ele é igualmente conclusivo quanto à evidência de que é incontornável a adoção de um excesso de previsão nos documentos previsionais para cada exercício económico e que é habitualmente aplicável a alguns agregados da despesa, em consequência da indispensável elasticidade que é necessário introduzir na preparação desses documentos previsionais, tendo em conta a necessidade de acomodar intenções de investimento que são incertas e que apenas poderão concretizar-se caso surjam oportunidades de financiamento externo que alavanquem esses investimentos.

O Capítulo 02 – Aquisição de bens e serviços apresenta a maior diferença em termos absolutos entre a previsão e a execução, num valor de -1.685.094,11 €, ainda que tenha conseguido alcançar uma taxa de execução de 74,24% e seja a rubrica que apresenta maior valor absoluto de realização de despesas, num total de 4.856.855,89 €, logo seguido das Despesas com o pessoal, com 4.585.688,01 € e só depois da Aquisição de bens de capital, com um volume total de despesas de 4.249.250,12 €.

Como tem sido referido, é no Capítulo 02 – Aquisição de bens e serviços que existe maior elasticidade na implementação de medidas de contenção de gastos e de obtenção de ganhos de eficiência com impacto nos custos do funcionamento dos equipamentos municipais e, por isso, é neste agregado que se opera melhor o ajustamento que é necessário fazer na despesa, em função das restrições que se revelam do lado da receita.

A mais elevada correspondência entre previsão e execução verifica-se nas Despesas com o pessoal e é consequência do facto deste tipo de despesas permitirem um maior rigor na sua previsão aquando da preparação da informação prospetiva e não serem as mesmas suscetíveis de grandes oscilações durante o decurso do exercício. Ainda assim, a execução efetiva ficou abaixo do previsto em -375.811,99 €, ou seja, - 7,57%.

Quanto à evolução bienal das despesas pagas por classificação económica, por comparação entre os anos de 2019 e de 2018, salienta-se o aumento global de +7.77%, que é bastante mais expressivo do que o ocorrido em 2018.

As despesas correntes cresceram 8,30%, com mais 908.265,50 € em valores absolutos, em contraste com as despesas de capital que tiveram um acréscimo absoluto de 364.333,41 €, ou seja, de + 6,70%.

As variações de maior valor absoluto do lado das despesas correntes registaram-se também em Aquisição de bens e serviços, com mais 455.164,81 € (+ 10,34%) e na conta das Despesas com pessoal, com mais 427.615,95 € (+ 10,28%), sendo que ambas representam 53,48% do total do Orçamento da Despesa.

Por seu lado, as despesas de capital tiveram apenas um agregado com variação negativa, no caso, a relativa a Ativos financeiros, pelas razões já anteriormente explicadas e todas as restantes apresentaram acréscimos, designadamente os Passivos financeiros, com mais 192.225,71 € (+ 61,69), as Transferências de capital, com uma evolução relativa de 13,91%, a que corresponde um acréscimo em termos absolutos de 122.388,40 € e, finalmente a Aquisição de bens de capital, com um acréscimo de apenas 74.141,30 € (+1,78%), mas cujo peso no total do Orçamento da Despesa é de 24,07%, com o já referido valor absoluto de 4.249.250,12 €.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

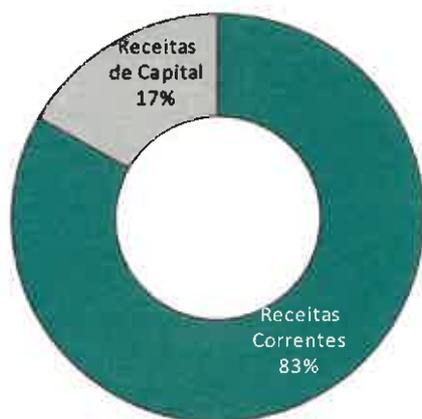
CÂMARA MUNICIPAL

DESPESA - ANÁLISE DE EVOLUÇÃO BIENAL							
Classif. Económica da Despesa		Despesa Paga	Ponderações	Despesa Paga	Ponderações	Variações (2018-2017)	
Classif.	Designação	Total (2019)	%	Total (2018)	%	€	%
01	Despesas com o pessoal	4 585 688,01 €	25,97%	4 158 072,06 €	25,38%	427 615,95 €	10,28%
02	Aquisição de bens e serviços	4 856 855,89 €	27,51%	4 401 691,08 €	26,86%	455 164,81 €	10,34%
03	Jurds e outros encargos	17 447,18 €	0,10%	15 747,20 €	0,10%	1 699,98 €	10,80%
04	Transferências correntes	2 199 081,24 €	12,45%	2 181 030,57 €	13,31%	18 050,67 €	0,83%
05	Subsídios	10 692,35 €	0,06%	11 687,21 €	0,07%	-994,86 €	-8,51%
06	Outras despesas correntes	183 247,39 €	1,04%	176 518,44 €	1,08%	6 728,95 €	3,81%
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES		11 853 012,06 €	67,13%	10 944 746,36 €	66,80%	908 265,70 €	8,30%
07	Aquisição de bens de capital	4 249 250,12 €	24,07%	4 175 108,82 €	25,48%	74 141,30 €	1,78%
08	Transferências de capital	1 002 177,50 €	5,68%	879 789,10 €	5,37%	122 388,40 €	13,91%
09	Activos financeiros	48 844,00 €	0,28%	73 266,00 €	0,45%	-24 422,00 €	-33,33%
10	Passivos financeiros	503 840,26 €	2,85%	311 614,55 €	1,90%	192 225,71 €	61,69%
11	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00%
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL		5 804 111,88 €	32,87%	5 439 778,47 €	33,20%	364 333,41 €	6,70%
TOTAL DE DESPESAS		17 657 123,94 €	100,00%	16 384 525,03 €	100,00%	1 272 598,91 €	7,77%

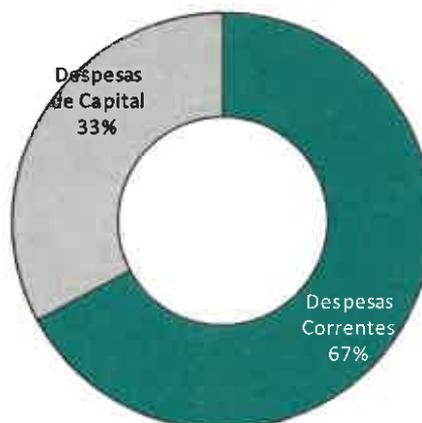
De regresso à análise à execução orçamental em termos gerais, importa sublinhar que voltou a verificar-se de forma muito expressiva a tendência de afetação de uma boa parte das receitas correntes a despesas de capital, privilegiando assim, como atrás já havia sido sublinhado, a componente do investimento relativamente aos restantes capítulos das despesas, não obstante alguma evolução que estas têm vindo a ter em consequência da assunção de novas competências pelos municípios, sejam elas asseguradas por iniciativa própria em resposta a situações sociais de maior relevância, sejam as que decorrem de transferência formal de competências da administração central ou dos serviços desconcentrados no Estado.

COMPARAÇÃO ENTRE RECEITAS E DESPESAS					
RECEITAS			DESPESAS		
Receitas Correntes	16 548 734,43 €	83,20%	Despesas Correntes	11 853 012,06 €	67,13%
Receitas de Capital	3 341 516,96 €	16,80%	Despesas de Capital	5 804 111,88 €	32,87%
TOTAL DE RECEITAS	19 890 251,39 €	100,00%	TOTAL DE DESPESAS	17 657 123,94 €	100,00%

RECEITAS



DESPESAS





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Resulta do quadro que antecede e dos respetivos gráficos que as receitas de capital corresponderam a 16,80% da totalidade das receitas, enquanto que as despesas de capital foram de 32,87% face à totalidade das despesas, havendo, por isso, uma transferência de 16,07% das receitas correntes para despesas de capital.

Esta situação mostra uma realidade que tem sido possível de obter nos últimos anos, mesmo em anos de menor arrecadação de receitas provenientes de fundos comunitários e de transferências de capital em geral, mas que também se deve à alteração de proporções que passou a verificar-se a partir de 2013 entre as partes corrente e de capital das transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais.

Isto porque, até ao ano de 2006, inclusive, era normal que a parte corrente das transferências do OE, ou seja, o Fundo de Equilíbrio Financeiro (corrente) / Fundo Social Municipal / Participação Fixa no IRS, representasse 60% da totalidade do FEF, ao passo que, a partir de 2007, a parte de receitas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro passou a assumir proporções muito superiores, em detrimento das receitas de capital, tendo atingido taxas superiores a 90% e que é em 2019 de 88,88%.

Como temos vindo a afirmar, esta perspetiva que tem sido assumida pela Administração Central no que concerne às transferências do Orçamento de Estado para as autarquias locais está essencialmente orientada para olhar para os municípios como meros intermediários na realização de encargos correntes e cada vez menos como agentes de desenvolvimento económico e social, que sempre foram, situação que tem fragilizado a capacidade das autarquias de realizarem os investimentos necessários em prol do desenvolvimento das suas comunidades.

Não fora a possibilidade de acesso aos fundos comunitários e a capacidade investidora e de fomento das autarquias estaria completamente aniquilada.

Tendo em conta a evolução da participação do Município no Orçamento do Estado, através do Fundo de Equilíbrio Financeiro, é importante cruzar o valor das receitas correntes pela via do FEF, que valeram em 2019 menos de 45%, com todo o conjunto das receitas correntes e com o comportamento das despesas com pessoal.

COMPARATIVO: DESPESAS COM PESSOAL - RECEITAS CORRENTES - FUNDO DE EQUILÍBRIO FINANCEIRO (CORRENTE)										
Designação	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Despesas com Pessoal	4 249 807,26 €	3 968 849,03 €	3 501 392,60 €	3 660 059,89 €	3 858 385,79 €	3 535 606,64 €	3 628 871,38 €	3 822 483,60 €	4 158 072,06 €	4 585 688,01 €
Receitas Correntes	10 529 077,75 €	11 808 935,29 €	10 647 182,24 €	14 120 184,22 €	13 075 004,50 €	13 563 211,12 €	14 368 396,94 €	15 046 986,00 €	15 104 108,52 €	16 548 734,43 €
FEF / FSM / PART. IRS (corrente)	4 781 325,00 €	4 549 600,00 €	4 326 790,00 €	5 525 864,00 €	5 958 504,00 €	6 376 115,00 €	6 452 817,00 €	6 633 907,00 €	6 734 655,00 €	7 039 950,00 €
Desp. Pessoal/Rec. Correntes	40,36%	38,61%	32,89%	25,92%	29,51%	26,07%	25,36%	25,30%	27,53%	27,71%
FEF (corrente)/Rec. Correntes	45,41%	38,53%	40,64%	39,13%	45,57%	47,01%	44,91%	44,09%	44,59%	42,54%
Desp. Pessoal/FEF (corrente)	88,88%	87,24%	80,92%	66,24%	64,75%	55,45%	56,24%	57,62%	61,74%	65,14%
Desp. Desp. Pessoal	2,93%	-6,61%	-11,78%	4,58%	5,42%	-8,37%	2,64%	1,11%	8,78%	10,26%

Num intervalo comparativo de 10 anos, pode observar-se que apenas a partir de 2013 foi obtido um rácio de despesas com pessoal face às receitas correntes inferior a 30%, a que, porém, não é alheia a alteração na dimensão relativa das receitas correntes e das receitas de capital, incluídas na totalidade do FEF, relativamente a este mesmo total, de que atrás já foram prestadas informações.

Não pode deixar de assinalar-se também que, nos mesmos anos, as despesas com pessoal cresceram sempre face aos exercícios anteriores, exceto no ano de 2015, em que ocorreu uma redução de -8,37%, logo seguida de uma nova subida em 2016, de 2,64%,

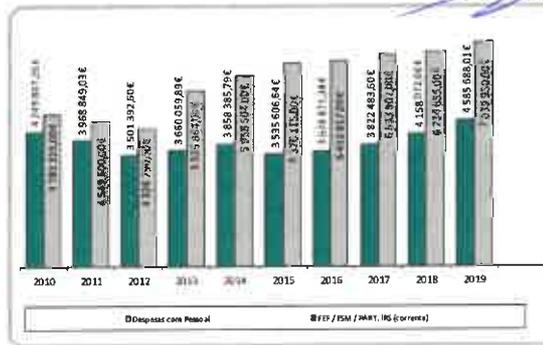
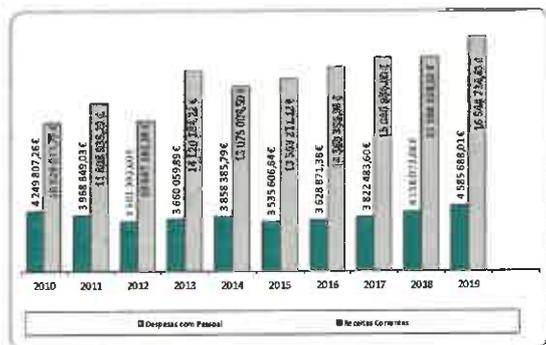


MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

em 2017, de 5,34%, em 2018, de 8,78% em 2019, de 10,28%, ano em que o aumento face ao exercício anterior representa um valor absoluto de 427.615,95 €.

Por seu lado, o rácio entre receitas correntes incluídas no Fundo de Equilíbrio Financeiro a as Receitas correntes totais não se alterou substancialmente, mesmo depois do ganho de proporção do FEF corrente relativamente ao total do FEF, o que vem demonstrar que, embora numa relação de elasticidade quase nula entre FEF e Receitas Correntes, o aumento na parte corrente do FEF acabou por ser acompanhado por um percurso de aumentos também no total de Receitas correntes, mas sem qualquer relação de causa-efeito entre ambos os valores.

Graficamente, pode observar-se o comportamento ao longo dos últimos 10 anos do quociente entre Despesas com Pessoal e Receitas Correntes, o qual evidencia o crescimento mais acentuado das receitas correntes a partir do ano de 2013, pelas razões antes descritas, mas que permite também observar o comportamento relativamente constante das despesas com pessoal, cujo crescimento, nos anos em que existiu, era consequência de fatores de carácter extraordinário, sem qualquer efeito de continuidade nos custos fixos da entidade, exceto em relação aos anos de 2018 e de 2019 em que o efeito de aplicação do Programa de Regularização de Vínculos Precários se acentuou de forma muito visível, principalmente no ano de 2019.



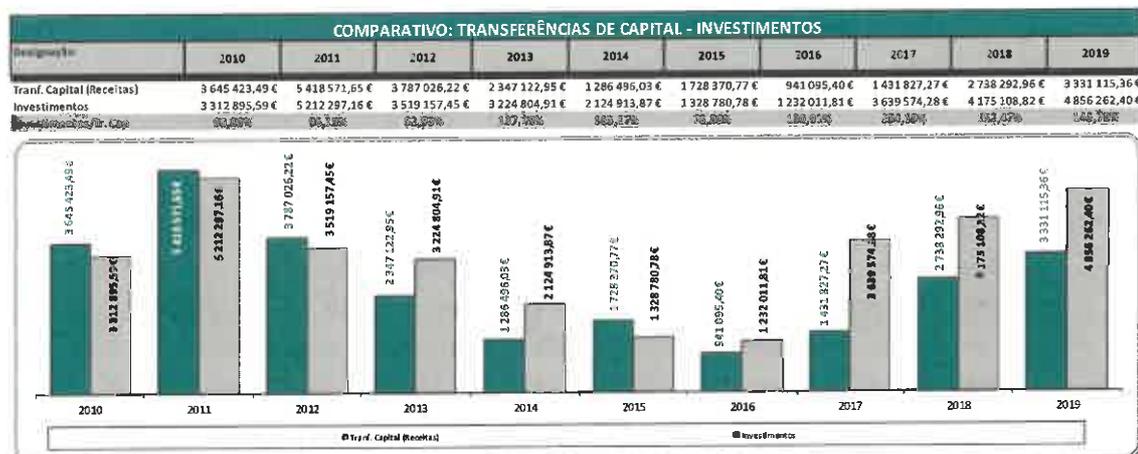
Por seu lado, a representação gráfica que ilustra a relação entre Despesas com Pessoal e o FEF / FSM / PF / IRS (parte corrente) revela uma variação mais consistente entre ambos os indicadores de análise, ou seja, vem confirmar que se não tivessem ocorrido as alterações na distribuição relativa das partes corrente e de capital que constituem o FEF, a parte de FEF corrente seria praticamente toda absorvida em cada ano económico pelos encargos com o pessoal, não deixando grande margem para a cobertura de outras despesas de carácter regular relativas ao funcionamento dos serviços e instalações e equipamentos municipais.

Noutro prisma de observação, cruzamos a evolução das Transferências de Capital com a dinâmica dos Investimentos, cuja correlação tende a ser cada vez mais forte, dada a enorme dependência da capacidade de realização de infraestruturas e outros melhoramentos indutores do desenvolvimento económico e social, face à capacidade de angariação de apoios financeiros externos não reembolsáveis.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

O quadro e gráfico seguintes demonstram, por um lado, essa correlação e essa dependência, mas evidenciam também que esta fonte de financiamento é bastante insuficiente para o nível de concretização dos investimentos e, daí, a necessidade de afetar a este esforço outro tipo de receitas, nomeadamente, de receitas correntes:



De facto, embora a capacidade de realização de investimentos por parte do Município seja uma consequência direta e seja incontornavelmente determinada pela capacidade de aceder a fontes de financiamento não reembolsável com origem externa ao Município, designadamente os fundos comunitários, essa relação não existe sempre dentro do mesmo ano económico, na medida em que a arrecadação de receitas provenientes de fundos comunitários se materializa depois, às vezes bastante depois, da realização em concreto das despesas de investimento, o que leva à já referida criação de reservas, que depois são aplicadas em novos investimentos, sejam eles financiados externamente ou não.

Poder-se-á dizer que as decisões de realização de investimentos só são tomadas na base da expectativa de obtenção dos fundos externos que os podem alavancar, mas essas expectativas apenas podem fundamentar as previsões orçamentais e não podem ser reconhecidas como receitas concretas, sendo que estas só o são quando as despesas são realizadas e dão lugar à atribuição de participações em relação aos pedidos de pagamento apresentados em cada operação de investimento.

A representação gráfica anterior permite concluir, apesar de tudo e não obstante os casos em que o valor das transferências de capital foi superior às despesas de investimento nesses anos que, à medida que em cada quadro estratégico de programação de fundos comunitários se vão esgotando os meios de financiamento disponíveis, designadamente nos fins de ciclo, assim se vão reduzindo as possibilidades para a realização dos investimentos que, numa lógica de coesão entre os territórios e de convergência do desenvolvimento e da qualidade de vida com os níveis médios europeus, o Município assume como seus desígnios.

Pelo contrário, à medida que cada novo quadro estratégico vai proporcionando novas formas concretas de obtenção de fundos externos, assim se vai revelando, numa proporção muito superior, a elevada capacidade e orientação do Município para a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

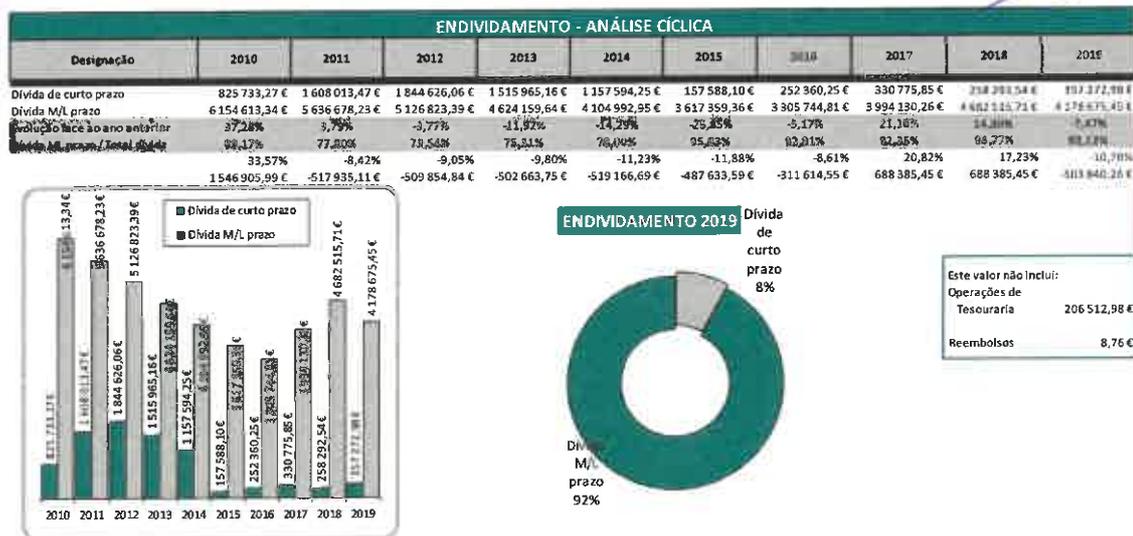
CÂMARA MUNICIPAL

realização de novos investimentos, como o demonstram os anos mais recentes após a entrada em execução no novo Portugal 2020.

No ano de 2019 o rácio entre Investimentos e Receitas de Transferências de Capital foi de 145,78%, que é inferior ao rácio de 152,47% verificado em 2018 e muito inferior ao rácio de 254,19% obtido em 2017. Não obstante, estas reduções são apenas de dimensão relativa, uma vez que, em termos absolutos, o volume de investimentos tem crescido de forma sustentada ao longo dos últimos anos, designadamente desde 2016.

Em matéria de endividamento, o quadro seguinte contém o reflexo da situação do endividamento em 31 de dezembro de 2019, desagregado entre dívida a curto prazo e dívida a médio e longo prazo e com a evolução dos últimos dez anos.

A dívida a curto prazo diz respeito aos valores não pagos a fornecedores, empreiteiros e outros credores na transição entre o fim de 2019 e o início do ano seguinte, sendo, portanto, uma dívida meramente residual e com razão de ser em questões de natureza administrativa. Este montante, de 357.272,98 €, não inclui o valor referente à participação do Município no FAM – Fundo de Apoio Municipal ainda não concretizada e também não inclui os valores que, embora contabilizados como dívida pendente em 31 de dezembro, dizem respeito a operações de tesouraria, no valor de 206.512,98 € e a Reembolsos, no valor de 8,76 €.



Pode observar-se uma diminuição sustentada no total da dívida ao longo dos últimos anos, mesmo no ano de 2018 em que, não obstante o aumento global numa proporção de 14,30%, e com um acréscimo efetivo de 688.385,45 €, este foi inferior ao valor de 1.000.000 € relativo à utilização da parte restante do empréstimo de 2 milhões de euros contratado em 2016 e que aumentou o nível de obrigações decorrentes dos empréstimos de médio/longo prazo contratados nesse ano. Esta situação voltou a corrigir-se em 2019, em que o volume total de encargos financeiros se voltou a reduzir em comparação com o ano anterior e voltou a apresentar valores inferiores aos piores anos mais recentes, que foram os de 2014 e anteriores.

Em termos proporcionais e considerando a grande diminuição verificada na dívida a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

médio e longo prazo, o rácio entre dívida de médio/longo prazo e o total da dívida registou um valor de 92,12%, novamente acima dos 90%, do que resultam alguns benefícios para o Município e para os munícipes em geral. Desde logo, porque confere ao Município uma posição muito confortável no ranking das autarquias em matéria de endividamento e de prazo médio de pagamento. Por outro lado porque a capacidade de solver os seus compromissos confere ao Município um posicionamento muito favorável junto dos seus fornecedores e empreiteiros, situação que tem repercussão direta nos parâmetros usados na formação dos preços com que estes se relacionam com o Município aquando da apresentação dos seus orçamentos. Por último e para os próprios munícipes, através dos enormes benefícios que, do ponto de vista tributário, se repercutem diretamente nos seus rendimentos disponíveis, designadamente por efeito da não sujeição à aplicação das taxas máximas de IMI e outras a que o Município estaria vinculado caso não apresentasse uma situação financeira equilibrada e sem dívidas.

Também os gráficos que comparam a dívida de curto prazo com a dívida de médio e longo prazo demonstram claramente a estabilização da situação do Município relativamente à evolução de cada um dos tipos de endividamento, com particular destaque para a dimensão em valores absolutos da dívida de curto prazo que se mantém em valores muito honrosos desde 2015, em comparação com os anos de maior impacto da crise financeira e dos cortes orçamentais, com alguma expressão já em 2010, mas que se agravaram entre 2011 e 2014.

Apenas no referido ano de 2015 foi possível fechar o exercício com um endividamento de curto prazo inferior a 200 mil euros, aliás, o melhor de todos os anos da amostra, o qual é resultado de uma nova abordagem em termos decisórios relativamente a esta matéria e que é também uma consequência da entrada em vigor da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que tinha sido publicada em 2012.

Ao longo do ano de 2019 e relativamente ao Orçamento foram levadas a efeito 40 modificações orçamentais, que corresponderam a 35 alterações orçamentais, das quais não decorre qualquer mudança no montante global do orçamento e 5 revisões orçamentais, estas sim com impacto no montante total do orçamento e das grandes opções do plano. No caso concreto, estas revisões orçamentais produziram uma alteração no valor global do orçamento em +7,77%, por efeito da incorporação nas receitas e consequente distribuição nas despesas, do saldo de gerência anterior, pelo valor de 2.490.122,17 €, mas introduziram ajustamentos em baixa na previsão geral de receitas, em -12.956.243,00 €, ou seja, em - 40,41%.

ORÇAMENTO - RESUMO DAS MODIFICAÇÕES ÀS DOTAÇÕES					
Classif. Económica da Despesa	Dotações Iniciais	Inscrições e Reforços	Diminuições e Anulações	Total de Modificações	Dotações Finais
RECETA	32 060 238,00 €	2 490 122,17 €	12 956 243,00 €	-10 466 120,83 €	21 594 117,17 €
DESPESA	32 060 238,00 €	6 289 972,17 €	-16 756 093,00 €	-10 466 120,83 €	21 594 117,17 €
VARIAÇÃO FACE AO MONTANTE DE DOTAÇÕES INICIAIS ...					-32,65%

As despesas, tiveram inscrições no montante de +6.289.972,74 € e anulações de - 16.756.093,00 €, resultando na mesma diferença de -10.466.120,83 €, entre reforços e anulações, tanto nas receitas como nas despesas.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – BALANÇO

Através da análise ao Balanço que integra os Documentos de Prestação de Contas, aqui apresentado segundo uma estrutura que permita uma observação de ponderações e variações, pode verificar-se que o mesmo registou uma variação de +2,56%, que é inferior à evolução de 4,95% registada no ano anterior de 2018 face ao Balanço do ano de 2017. Ou seja, o Balanço manteve em 2019 uma tendência de subida a que tinha regressado em 2017, por comparação com o percurso dos últimos anos, embora numa proporção ligeiramente inferior.

ACTIVO	VALORES			PONDERAÇÕES 2019	VARIACÕES	
	2019	2018	2017		2019-2018	2018-2017
ACTIVOS NÃO CORRENTES						
Bens do domínio público	21 300 495,05 €	21 557 557,52 €	21 193 913,75 €	50,04%	-1,19%	1,72%
Imobilizações incorpóreas						
Imobilizações corpóreas	14 876 189,39 €	13 527 238,69 €	12 648 706,35 €	34,95%	9,97%	6,95%
Investimentos financeiros	941 396,01 €	941 396,01 €	1 185 612,58 €	2,21%		-20,60%
Propriedades de investimento						
Clientes e outros devedores						
Activos por impostos diferidos						
TOTAL DE ACTIVOS NÃO CORRENTES	37 118 080,45 €	36 026 192,22 €	35 028 232,69 €	87,20%	3,03%	2,85%
ACTIVOS CORRENTES						
Existências	63 931,94 €			0,15%		
Clientes	266 312,88 €	249 437,46 €	233 566,16 €	0,63%	6,77%	7,80%
Outros devedores	44 238,34 €	42 885,44 €	42 885,44 €	0,10%	3,15%	
Estado e outros entes públicos	19 741,33 €	35 458,44 €	9 056,52 €	0,05%	-41,33%	791,52%
Acréscimos e diferimentos	2 584 365,96 €	2 476 580,26 €	2 351 667,05 €	6,07%	4,35%	5,31%
Depósitos em inst. Financeiras e Caixa	2 467 765,32 €	2 670 873,37 €	1 878 582,45 €	5,80%	-7,60%	42,17%
TOTAL DE ACTIVOS CORRENTES	5 446 355,77 €	5 475 234,97 €	4 515 757,62 €	12,80%	-0,53%	21,25%
TOTAL DO ACTIVO	42 564 436,22 €	41 501 427,19 €	39 543 990,30 €	100,00%	2,56%	4,95%
PASSIVO						
PASSIVOS NÃO CORRENTES						
Endividamento	3 673 147,73 €	4 178 675,47 €	3 682 515,71 €	8,63%	-12,10%	13,47%
Credores diversos						
Provisões						
Outros passivos não correntes						
Passivos por impostos diferidos						
TOTAL DE PASSIVOS NÃO CORRENTES	3 673 147,73 €	4 178 675,47 €	3 682 515,71 €	8,63%	-12,10%	13,47%
PASSIVOS CORRENTES						
Endividamento	505 527,72 €	503 840,24 €	311 614,54 €	1,19%	0,33%	61,69%
Fornecedores	276 884,49 €	230 283,51 €	319 334,62 €	0,65%	20,24%	-27,89%
Credores diversos	256 690,21 €	234 076,95 €	515 059,12 €	0,60%	9,66%	-54,55%
Estado e outros entes públicos	54 229,26 €	51 454,50 €	46 761,59 €	0,13%	5,39%	10,04%
Acréscimos e diferimentos	15 173 893,54 €	13 856 675,66 €	12 345 227,91 €	35,65%	9,51%	12,24%
TOTAL DE PASSIVOS CORRENTES	16 267 225,22 €	14 876 330,66 €	13 537 997,78 €	38,22%	9,35%	9,89%
TOTAL DO PASSIVO	19 940 372,95 €	19 055 006,13 €	17 220 513,49 €	46,85%	-4,65%	10,65%
FUNDOS PRÓPRIOS						
Património	11 171 319,90 €	7 908 798,06 €	7 879 373,20 €	26,25%	41,25%	0,37%
Reservas legais	1 041 761,39 €	1 035 614,19 €	1 026 329,45 €	2,45%	0,59%	0,90%
Subsídios	687 210,70 €	687 210,70 €	687 210,70 €	1,61%		
Doações						
Resultado transitado	9 611 987,58 €	12 691 853,85 €	12 544 868,59 €	22,58%	-24,27%	1,17%
Resultado líquido exercício	111 783,70 €	122 944,06 €	185 694,86 €	0,26%	-9,08%	-33,79%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS	22 624 063,27 €	22 446 420,86 €	22 323 476,80 €	53,15%	0,79%	0,55%
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	42 564 436,22 €	41 501 427,19 €	39 543 990,29 €	100,00%	2,56%	4,95%



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

Foram determinantes para esta evolução positiva os desempenhos obtidos em algumas contas com maior expressão absoluta no Ativo e no Capital Próprio, desde logo, em Imobilizações corpóreas, com mais 1.384.950,70 € (+ 9,97%) e em Património, com mais 3.262.521,84 € (+ 41,25%).

Com movimentos de sentido contrário, registou-se um elevado decréscimo em Resultado transitado, num valor absoluto - 3.079.866,27 € (-24,27%), que foi parcialmente afetado ao reforço de Património, mas também em Bens do domínio público, com - 257.062,47 € (- 1,19%) em depósitos em instituições financeiras, com -203.108,05 € (-7,6+0%).

Do lado do Passivo registaram-se também diminuições e aumentos com algum significado em valores absolutos, sendo que em relação aos aumentos, é de realçar o ocorrido na conta passiva de Acréscimos e diferimentos, com mais 1.317.217,88 € (+ 9,51%); e em relação às diminuições, a verificada na conta de Endividamento de médio e longo prazo, com - 505.527,74 € (+ 12,10%)

Verificou-se, assim, que o crescimento de 2,56% ocorrido na globalidade do Ativo, se desdobra em variações não coincidentes nos ativos correntes em comparação com os não correntes, sendo que os primeiros apresentam uma evolução, face a 2018, de 3,03%, ao passo que os ativos não correntes sofrem uma pequena diminuição de -0,53%, que compara bastante com o aumento de 21,25% ocorrido entre 2018 e 2017 e para cuja diferença contribui o saldo final da conta de Depósitos em instituições financeiras e Caixa.

Quanto ao peso relativo das diversas contas face à totalidade do Balanço, continua a verificar-se que a conta de maior expressão volumétrica é a de Bens do domínio público, com 50,04%, mantendo-se também a segunda posição para a conta de Imobilizações corpóreas, com um peso relativo de 34,95%, sendo que, em conjunto, estas duas contas absorvem quase 84,99% do Ativo líquido.

Do lado do Passivo, continua a ser a conta passiva de Acréscimos e diferimentos a assumir a posição de maior destaque, com 35,65% do total do Balanço e na qual se encontram concentrados todos os movimentos de aplicação do princípio da especialização dos exercícios, que determina que os proveitos e os custos sejam reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Ou seja, esta conta incorpora os acréscimos de custos incorridos no próprio ano económico, mas regularizáveis apenas em momento posterior, bem como os proveitos diferidos que, no essencial, englobam todos os financiamentos externos já recebidos em termos de tesouraria, mas que apenas são reconhecidos efetivamente ao longo da vida útil contabilística dos investimentos a que se destinaram.

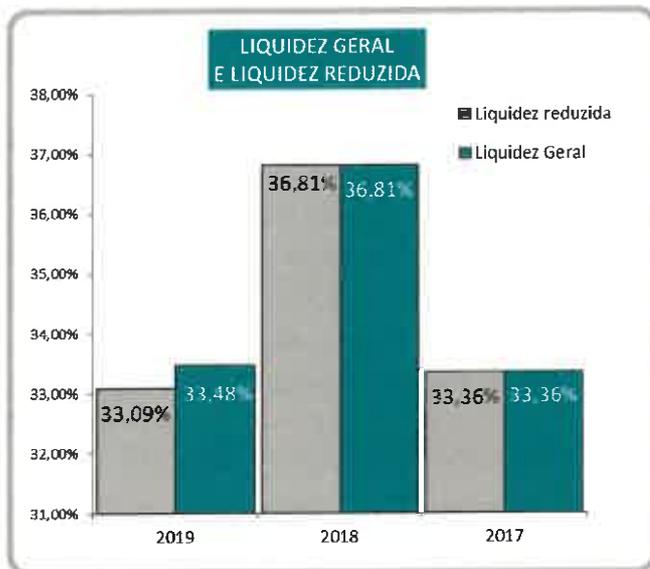
No Capital próprio a conta de maior expressão absoluta e relativa é agora a de Património, com um valor absoluto de 11.171.319,90 € e um peso relativo de 26,25%, que relega para segundo plano a conta de Resultado transitado, com um montante final de 9.611.987,58 € e um peso relativo de 22,58%, sendo de destacar que ambas tiveram movimentos de sentido inverso, entre si, no exercício de 2019.

Ainda no que se refere aos Fundos Próprios, verificou-se um ligeiro decréscimo no valor de Resultado Líquido, com um valor final de 111.783,70 €, a que corresponde uma



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

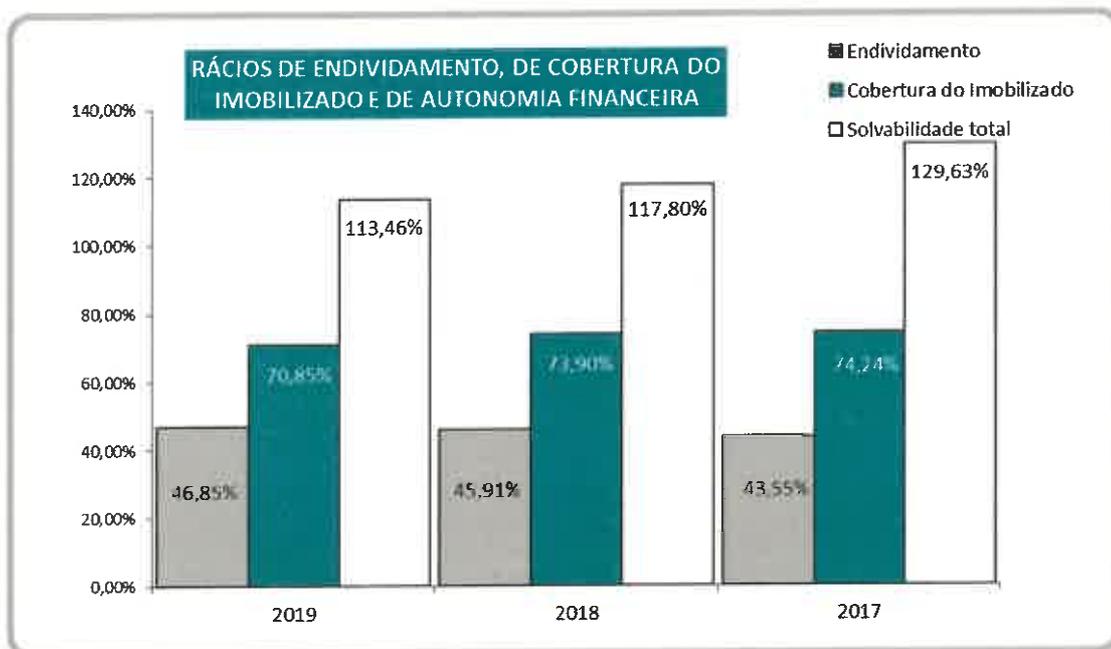
diminuição de -11.160,36 € (-9,08%) e ao qual nos referiremos com mais detalhe na análise à Demonstração de Resultados.



Pode também verificar-se, a partir da análise ao Balanço, que o exercício de 2019 apresenta uma vez mais uma situação de escassez de liquidez, com 33,48% para liquidez geral e com 33,09% para liquidez reduzida, sendo estes valores agora diferentes entre si, uma vez que o reconhecimento contabilístico de existências, que surge pela primeira vez no Balanço, afeta o rácio da liquidez reduzida, no sentido em que o quociente entre Ativo corrente e Passivo de curto prazo é agora diferente em liquidez geral e em liquidez

reduzida, uma vez que, no cálculo desta, é retirado o valor de Existências ao Ativo corrente.

É possível também concluir que esta diminuição dos rácios de liquidez, face ao ano anterior, resultam do efeito conjugado do maior aumento dos Passivo de curto prazo, por efeito do aumento substancial em acréscimos e diferimentos, e da redução, ainda que muito ligeira, no montante total de Ativos correntes.





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Quanto à situação financeira de médio e longo prazo, verifica-se em primeiro lugar a ocorrência de um rácio de endividamento de 46,85%, sem grandes alterações em comparação com os exercícios anteriores de 2018 e 2017, embora um pouco superior em consequência da situação anteriormente referida de maior aumento proporcional do Passivo face ao aumento do Ativo.

No que respeita ao rácio de cobertura do imobilizado, que mede a capacidade de cobertura dos capitais permanentes (capital próprio + Passivos não correntes) sobre os Ativos não correntes, não houve alterações significativas face aos anos anteriores, embora com um valor ligeiramente inferior, que encontra uma parte da explicação na redução significativa que ocorreu na conta de Endividamento de médio e longo prazo.

A evolução menos favorável registou-se, porém, no rácio de solvabilidade total, que traduz o quociente entre Fundos próprios e Passivo, que passou de um valor de 129,63% em 2017, para 117,80% em 2018 e para apenas 113,46% em 2019, ainda assim, muito superior a 100%, ou seja, acima do valor que suscitaria alguma preocupação.

Esta situação deve-se, em larga medida, ao muito maior crescimento do conjunto das contas do Passivo, designadamente a relativa aos Acréscimos e diferimentos, que não foram suficientemente acompanhadas por uma evolução suficiente nas contas de Fundos próprios, cujos movimentos registados tiveram compensações dentro das contas do mesmo agregado.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL

CÂMARA MUNICIPAL

ANÁLISE ESPECÍFICA AO ANO ECONÓMICO – DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Apresenta-se em seguida a Demonstração de Resultados, segundo uma Estrutura de Proveitos e Custos, a qual permite enquadrar no presente Relatório alguns indicadores de análise considerados de maior relevância informativa.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	VALORES			PONDERAÇÕES 2019	VARIÇÕES	
	2019	2018	2017		2019-2018	2018-2017
Vendas e Prestações de serviços	2 744 114,22 €	2 573 980,13 €	2 397 896,17 €	19,28%	6,61%	7,34%
Outros proveitos	-2 196,19 €	-4 012,51 €	-5 290,46 €	-0,02%	-45,27%	-24,16%
Custos das mercadorias e dos subcontratos	-869 916,40 €			6,11%		
Resultado Bruto	1 872 001,63 €	2 569 967,62 €	2 392 605,71 €	13,15%	-27,16%	7,41%
Fornecimentos e serviços externos	-4 721 460,63 €	-5 349 940,77 €	-4 825 254,61 €	33,17%	-11,75%	10,87%
Custos com o pessoal	-4 322 976,97 €	-3 999 642,93 €	-3 668 883,46 €	30,37%	8,08%	9,02%
Impostos e Taxas	3 106 470,58 €	2 900 787,89 €	2 746 534,23 €	21,83%	7,09%	5,62%
Transferências e subsídios obtidos	8 381 709,13 €	7 995 652,50 €	7 696 738,96 €	58,89%	4,83%	3,88%
Outros proveitos / (custos) operacionais	-2 320 699,74 €	-2 302 392,79 €	-2 291 561,84 €	-16,31%	0,80%	0,47%
	123 042,37 €	-755 536,10 €	-342 426,72 €	-0,86%	-116,29%	140,54%
EBITDA	1 995 044,00 €	1 814 431,52 €	2 050 178,99 €	14,02%	9,95%	-11,50%
Amortizações	-2 358 532,29 €	-2 120 023,40 €	-2 106 622,51 €	16,57%	11,25%	0,64%
Provisões	-1 665,38 €	-9 369,42 €	-150 000,00 €	0,01%		
	-2 360 197,67 €	-2 129 392,82 €	-2 256 622,51 €	16,58%	10,84%	-5,64%
EBIT - Resultado operacional	-365 153,67 €	-314 961,30 €	-206 443,52 €	-2,57%	15,94%	52,57%
Proveitos e ganhos financeiros	682 946,82 €	685 673,22 €	669 935,54 €	4,80%	-0,40%	2,35%
Custos e perdas financeiras	-39 514,20 €	-44 957,86 €	-37 685,33 €	0,28%	-12,11%	19,30%
Resultado financeiro	643 432,62 €	640 715,36 €	632 250,21 €	-4,52%	0,42%	1,34%
Proveitos e ganhos extraordinários	1 020 011,27 €	874 335,87 €	872 509,60 €	7,17%	16,66%	0,21%
Custos e perdas extraordinárias	-1 186 506,52 €	-1 077 145,87 €	-1 112 621,43 €	8,34%	10,15%	-3,19%
Resultado de operações extraordinárias	-166 495,25 €	-202 810,00 €	-240 111,83 €	1,17%	17,91%	15,54%
Imposto sobre o rendimento						
Resultado não operacional	476 937,37 €	437 905,36 €	392 338,38 €	-3,35%	-9,91%	-11,67%
Resultado líquido do exercício	111 783,70 €	122 944,06 €	185 694,86 €	0,79%	-9,08%	-33,79%

Destaca-se, em primeiro lugar, que o decréscimo verificado no Resultado Líquido do Exercício (-9,08%) é bastante inferior aos decréscimos registados em 2017 (-46,80%) e em 2018 (-33,79%) e não foi afetado por operações financeiras ou por operações extraordinárias, que se mantiveram em valores muito próximos dos obtidos nos exercícios anteriores, tendo mesmo ocorrido um ligeiro aumento no resultado financeiro e uma diminuição inferior à dos anos anteriores no resultado de operações extraordinárias.

No que concerne à atividade operacional, são de destacar, pela positiva, o elevado crescimento em Transferências e subsídios obtidos, com mais 386.056,63 € (+4,83%), em Impostos e taxas, com mais 205.682,69 € (+7,09%) e em Vendas e prestações de serviços, com mais 170.134,09 € (+6,61%).



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

Igualmente com elevada contribuição para o EBITDA, isto é, para o Resultado operacional antes de amortizações e provisões, são igualmente relevantes pelo lado dos Custos, por um lado os aumentos verificados em Custos com o pessoal, com mais 323.334,04 € (+ 8,08%) e, por outro lado, a forte diminuição em Fornecimentos e serviços externos, com - 628.480,14 € (-11,75%).

É de realçar ainda que o EBITDA, apesar do crescimento registado, face a 2018, de 180.612,48 € (+ 9,95%), foi negativamente influenciado pelo reconhecimento, pela primeira vez, de um valor de 869.916,40 € na conta de Custo das mercadorias e dos subcontratos, contrabalançando, ainda que com um valor superior, o decréscimo verificado em Fornecimentos e serviços externos.

Na transição do EBITDA para o EBIT – Resultado Operacional, surge com forte impacto o valor das Amortizações (2.358.532,29 €), que apresenta um crescimento de mais 238.508,89 € (+ 11,25%), sendo que o valor de Provisões (1.665,38 €) é agora praticamente irrelevante.

Os resultados obtidos reforçam a perspetiva de que não podem ser ignoradas as particularidades e características que fornecem às autarquias locais uma natureza própria e diferenciada relativamente às outras organizações com finalidades lucrativas, uma vez que grande parte da atividade assumida como operacional, portanto, relevante para o resultado operacional é, em grande medida, uma acumulação de ações de caráter social, através do apoio direto às associações e outras entidades de interesse coletivo, ou de iniciativas de promoção e afirmação do concelho, que só indiretamente e a médio/longo prazo geram retornos materialmente relevantes e reconhecíveis como proveitos ou ganhos.

Por outro lado, o elevado volume de amortizações, já atrás evidenciado, incorpora um vasto conjunto de amortizações em ativos que não concorrem diretamente para a formação de proveitos geradores de rentabilidade efetiva e que, se o fossem, seriam equilibradores do resultado operacional, mas que o afetam do lado dos custos, produzindo um impacto negativo no Resultado operacional e, por conseguinte, no Resultado Líquido do exercício.

Pelas mesmas razões, são ainda de considerar os impactos produzidos por contas de custos como algumas das incluídas em Fornecimentos e serviços externos e certos Custos com pessoal, em que boa parte dos mesmos não são incorridos para satisfação de atividades produtivas geradoras de proveitos operacionais, mas simplesmente para cumprimento de obrigações de serviço público, ou apoio ao exercício de competências de natureza meramente social.

Como já foi referido, as operações financeiras não evidenciaram grandes alterações em valores absolutos, tendo registado um aumento de 0,42%, essencialmente obtido por efeito de redução dos custos e perdas financeiras (-12,11%), ligeiramente atenuada pelo também redução, ainda que inferior em valores absolutos, em proveitos e ganhos financeiros (-0,40%).

No caso das operações extraordinárias, que do lado dos proveitos reflete a arrecadação de receitas relativas a transferências de capital de proveniência externa (fundos



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

comunitários) e que do lado dos custos reconhece as transferências de capital concedidas às freguesias e a outras entidades para apoio ao investimento, verificou-se um aumento significativo dos proveitos e ganhos extraordinários, com mais 145.675,40 € (+16,66%), mas que foi largamente atenuado pelo, também crescimento, dos Custos e perdas extraordinárias, com mais 109.360,65 € (+10,15%) e que, conjugadamente, resultaram nos crescimento de mais 36.314,75 € (+ 17,91%), embora ainda insuficiente para anular a maior proporção de custos relativamente aos proveitos, tido contabilisticamente como de caráter extraordinário, mas que verdadeiramente o não são, pelas razões atrás indicadas.

Os dados relativos ao EBITDA, que melhorou ligeiramente, face ao EBIT, que se reduziu em consequência do maior impacto das amortizações, agravaram a evidência do quão é insuficiente a rentabilidade gerada pela atividade operacional municipal vista como um todo, não apenas porque uma significativa parte dos recursos utilizados na atividade operacional, que são geradores de gastos reconhecidos na formação do resultado operacional, não são eles próprios, no todo ou em parte, geradores de proveitos operacionais; mas igualmente porque as atividades ditas lucrativas não adquirem um verdadeiro caráter lucrativo, dado que lhe estão imputados diversos custos sociais que não permitem uma suficiente cobertura dos custos pelos proveitos.

Ou seja, há uma proporção da atividade municipal orientada para o cumprimento de fins públicos e para a satisfação não lucrativa de reivindicações ou necessidades das populações, que afeta o bom desempenho do resultado operacional e que não é um problema em si mesmo, mas uma consequência natural da especificidade dos municípios, em que o Município de Oliveira do Hospital não é exceção, enquanto autarquia local e entidade pública, boa concretizadora das finalidades que a Constituição e as leis lhe atribuem.

Por outro lado, há também uma ponderação do Executivo Municipal, manifestada nas suas decisões em matérias tarifárias, que protege os utentes dos serviços públicos essenciais, designadamente os mais carenciados e as famílias numerosas, no que concerne à aplicação de taxas mais agravadas, como o fazem os municípios em situação de desequilíbrio financeiro, ou à adoção de tarifários geradores de superavits na prestação de serviços públicos essenciais, o que também aqui não acontece.

Deve, no entanto, ser mantida uma preocupação de permanente ajustamento às realidades cada vez mais exigentes, designadamente em termos legais, que nos impõem a adoção de medidas que permitam melhorar a eficiência financeira da atividade dos serviços municipais, seja do lado da obtenção de poupanças na atividade quotidiana, seja também na distribuição mais equitativa dos deficits pelos utilizadores diretos dos diversos bens e serviços disponibilizados pela Câmara Municipal, isto é, procurando de forma progressiva, e sem ignorar as situações de carência social que persistem, fazer maiores aproximações entre o custo da prestação de serviços e utilidades aos munícipes e o valor recuperado a título de taxas, tarifas e preços para os mesmos bens e serviços.



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL CÂMARA MUNICIPAL

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não foi verificada a ocorrência de quaisquer factos relevantes após o encerramento do exercício que pudessem determinar a inclusão de notas de enquadramento ou explicativas no presente Relatório.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em conformidade com o que se encontrava estabelecido pelo POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício referente ao ano de 2019, no montante de 111.783,70 €, deverá ser efetuada do seguinte modo:

- Reservas Legais na proporção de 5% do Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 5.589,19 (cinco mil quinhentos e oitenta e nove euros e dezanove cêntimos);
- Resultados transitados, pelo valor restante de € 106.194,52 (cento e seis mil cento e noventa e quatro euros e cinquenta e dois cêntimos)

Nota: Não ocorre a afetação de qualquer montante destinado a reforçar o Património até ao alcance do objetivo de correspondência com o Ativo Líquido, em 20%, uma vez que este objetivo já se encontra alcançado e excedido.

CONCLUSÃO

São estes os comentários e esclarecimentos que se entendem como necessários à leitura e correta interpretação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao Exercício do ano de 2019, os quais se sujeitam à apreciação e votação da Câmara Municipal, para posterior apreciação por parte da Assembleia Municipal nos termos legais.

OLIVEIRA DO HOSPITAL, 15 de junho de 2020

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

- José Carlos Alexandrino Mendes -